PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO PUC-SP

Jefferson Ricardo de Andrade

O Colégio Adventista Brasileiro e a revista *O Colegial*: história, instituição e o periodismo impresso (1930-1974)

SÃO PAULO – SP 2023

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO PUC-SP

Jefferson Ricardo de Andrade

O Colégio Adventista Brasileiro e a revista *O Colegial*: história, instituição e o periodismo impresso (1930-1974)

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTOR em Educação: História, Política, Sociedade, sob a orientação do Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves.

SÃO PAULO – SP 2023

Banca Examinadora

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) — Código de Financiamento 001 — processo número 88887.473582/2020-00

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001 – processo número 88887.473582/2020-00

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram de diversas formas para a construção deste trabalho e sem elas não seria possível sua concretização. Gratidão à PUC-SP nas pessoas da coordenadora Profa. Dra. Leda Maria de Oliveira Rodrigues e do vice coordenador Prof. Dr. Carlos Antonio Giovinazzo Junior, do programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade, pelo acolhimento e apoio que recebi durante os seis anos que fui aluno na instituição. Obrigado ao meu orientador, professor Dr. Mauro Castilho Gonçalves, a quem aprendi a admirar por sua competência, habilidade, sensibilidade, compromisso e bom humor, fazendo da minha trajetória na PUC-SP um percurso incrível. Agradeço a todos docentes do EHPS na pessoa do professor Daniel Chiozzini que foi um grande apoio e inspiração. Esses profissionais me ofereceram as condições para que eu pudesse alcançar meus objetivos. Minha gratidão ao Centro Universitário Adventista de São Paulo – UNASP-SP, por possibilitar acesso aos arquivos para a realização da minha pesquisa. Termino agradecendo aos meus familiares e amigos.

RESUMO

A pesquisa analisou O Colegial, informativo escolar impresso produzido por um corpo editorial formado em alguns momentos por um grupo maior e em outros momentos por um grupo menor de alunos e professores do Colégio Adventista Brasileiro, instituição de ensino de confissão protestantes fundada em 1915 na região da zona sul da cidade de São Paulo. O periódico circulou na instituição entre as décadas de 1930 e 1970. Caracterizou-se como um empreendimento utilizado na comunicação com a comunidade escolar do Colégio Adventista Brasileiro e com os líderes e fiéis da Igreja Adventista no Brasil. Era elaborado por uma comissão editorial constituída de alunos, professores e administradores da instituição. A escolha dos impressos estudantis como fonte de pesquisa se deu por entender que, na historiografia educacional, os impressos representam fonte documental para a compreensão e interpretação de projetos institucionais. Para a análise da documentação foram utilizados aportes metodológicos do âmbito da História das Instituições Educativas, a saber: análise da gênese institucional, organização, funcionamento, representações, tradição e memórias, práticas, envolvimento, bem como aquelas que privilegiam diferentes confessionalidades e suas articulações com espaço, tempo e singularidades. A pesquisa analisou os valores que orientaram a instituição entre o período varguista e a ditadura civilmilitar, por meio da análise das edições da revista, seus ciclos e grupos de interesse. Fundamentam a proposição geral do trabalho, as práticas escolares, a circulação de ideias e política editorial, desde uma perspectiva confessional-protestante e suas estratégias de expansão da rede adventista e do adventismo no Brasil. Identificou-se por meio da análise do periódico, que no Colégio Adventista Brasileiro, entre os anos de 1930 e 1974, existiu uma rede de contatos e ideias formados por pessoas de todo o Brasil e de outros lugares do mundo e que esse espaço foi fundamental para criar a identidade adventista no país. Na análise documental do periódico, identificou-se o empenho do Colégio Adventista Brasileiro em manter a confissão religiosa nas práticas escolares.

Palavras-chaves: Educação Confessional, Escolas Protestantes, Protestantismo, Adventista, Periódico, Impresso Estudantil.

ABSTRACT

The research analyzed O Colegial, a printed school newsletter produced by an editorial board formed at times by a larger group and at other times by a smaller group of students and teachers from Colégio Adventista Brasileiro, a Protestant teaching institution founded in 1915 in the region from the south zone of the city of São Paulo. The periodical circulated in the institution between the 1930s and 1970s. It was characterized as an enterprise used in communication with the school community of Colégio Adventista Brasileiro and with the leaders and faithful of the Adventist Church in Brazil. It was prepared by an editorial commission made up of students, professors and administrators of the institution. The choice of student printouts as a research source was based on the understanding that, in educational historiography, printouts represent a documental source for the understanding and interpretation of institutional projects. For the analysis of the documentation, methodological contributions from the scope of the History of Educational Institutions were used, namely: analysis of the institutional genesis, organization, functioning, representations, tradition and memories, practices, involvement, as well as those that favor different confessionalities and their articulations with space, time and singularities. The research analyzed the values that guided the institution between the Varguista period and the civil-military dictatorship, through the analysis of the magazine's editions, its cycles and interest groups. They base the general proposition of the work, school practices, the circulation of ideas and editorial policy, from a confessional-protestant perspective and its strategies for expanding the Adventist network and Adventism in Brazil. It was identified through the analysis of the journal, that in Colégio Adventista Brasileiro, between the years 1930 and 1974, there was a network of contacts and ideas formed by people from all over Brazil and from other places in the world and that this space was fundamental to create Adventist identity in the country. In the documental analysis of the periodical, it was identified the commitment of the Colégio Adventista Brasileiro in maintaining the religious confession in the school practices.

Keywords: Confessional Education, Protestant Schools, Protestantism, Adventist, Periodical, Student Print

SUMÁRIO

Introdução
Capítulo I — Os Adventistas e suas instituições de ensino
1. O Adventismo no Brasil e o início de sua rede de escolas
2. O estabelecimento do colégio em São Paulo
3. A consolidação do Colégio Adventista Brasileiro40
Capítulo II – Do Período Vargas (1930-1945) à primeira década da Ditadura Civil
Militar (1964-1974): a trajetória do Colégio Adventista Brasileiro observada por meio
do impresso O Colegial.
Colégio Adventista Brasileiro e o período Vargas 5-4
2. O Colégio Adventista Brasileiro e o período de redemocratização do Brasil7
3. O Colégio Adventista Brasileiro e a Ditadura Civil-Militar
Capítulo III – O Colegial: história, editores e contribuições para a igreja
1. História do impresso protestante estudantil <i>O Colegial</i> 92
2. O Colegial, a formação de quadros e a manutenção da confissão adventista para uma igreja
em expansão111
Considerações Finais
Referências bibliográficas170
Anexos
Fontes

Introdução

Conhecer as instituições escolares, sejam elas de qual natureza for, é parte fundamental para se compreender a formação da sociedade moderna. De acordo com Gramsci (1966, p.29) " — a escola — em todos os seus níveis — e a Igreja são as duas maiores organizações culturais em todos os países, graças ao número do pessoal que utilizam". Analisando dessa forma, a compreensão sobre a atuação dessas duas instituições, escola e igreja, nos auxilia no entendimento, em grande medida, da formação cultural de uma sociedade. O desenvolvimento da instituição escolar está relacionado à trajetória do seu povo.

Essa pesquisa teve como objeto de estudo o informativo escolar impresso denominado *O Colegial*, destinado à comunidade escolar do Colégio Adventista Brasileiro, editado e produzido por alunos e professores entre as décadas de 1930 e 1974. A análise do periódico propô-se a compreender como ele se tornou um espaço de influência e formação de quadros para a Igreja Adventista em quase cinco décadas.

O percurso para chegar a definição do tema para este trabalho foi elaborado ao longo do processo de pesquisa para minha dissertação de mestrado, cujo foco foi o estudo e a análise das permanências e rupturas da confessionalidade de duas instituições de ensino protestante na cidade de São Paulo: Colégio Luterano e Colégio UNASP (Colégio Adventista Brasileiro).

Na referida dissertação, realizou-se estudos sobre os avanços da educação formal no município de São Paulo, que ocorreu da segunda metade do século XIX e início do século XX. Fez-se necessário, portanto, uma breve análise sobre as escolas americanas de confissão protestante que se instalaram na capital paulista nesse período. O ensino protestante ofereceu importantes contribuições para as transformações políticas e educacionais que ocorreram na cidade de São Paulo e para as mudanças que o ensino público paulistano sofreu durante esse período.

Na primeira parte da pesquisa do mestrado, foi analisada a história da educação protestante em São Paulo, apresentando o papel desempenhado nas sociedades paulista e paulistana. Fizeram parte dessa história os Colégios Luterano de São Paulo e Colégio Adventista UNASP. O estudo foi realizado sobre os dois colégios de ensino confessional protestantes com características semelhantes em alguns aspectos e distintas em outros. Pesquisou-se, dentro das possibilidades para uma pesquisa desse nível, a história dos dois

movimentos religiosos no Brasil, que na primeira metade século XX instalaram seus colégios em São Paulo.

A análise de documentos históricos, permitiu conhecer, na ocasião, a trajetória da identidade confessional das igrejas Adventista do Sétimo Dia e Luterana, presente nos colégios Adventista UNASP e Luterano de São Paulo. Diante dos resultados da análise documental dos regimentos e planos escolares, grades curriculares, fontes auxiliares e estudos anteriores realizados sobre a história dos colégios, nota-se que a razão que levou à fundação da instituição de ensino Adventista, criada em 1915 com o propósito de preparar jovens para a atividade de evangelização da igreja, contrasta com as motivações da criação da instituição de ensino Luterana, que objetivava atender com uma educação de valores cristãos os filhos dos membros da igreja.

Por meio da pesquisa no mestrado constatou-se que, as duas instituições, ao longo de suas trajetórias, buscaram a manutenção da confissão religiosa, de maneiras distintas. O estudo possibilitou a reflexão sobre as representações e os discursos do aspecto confessional do Colégio Adventista UNASP e do Colégio Luterano.

A análise documental revelou que nos últimos 40 anos, as igrejas Adventista e Luterana continuavam, na ocasião, mantendo suas instituições de ensino, sem fins lucrativos, com o objetivo de difundir a fé denominacional. No entanto, o que se constatou no estudo, foi que o Colégio Luterano de São Paulo é mantido pela igreja local nominada de Congregação Evangélica Luterana Redentor, que funciona no mesmo endereço do colégio. Já o Colégio Adventista UNASP, faz parte do sistema educacional Adventista no Estado de São Paulo, que é orientada por um mesmo regimento escolar e um mesmo plano pedagógico.

Constatou-se ainda que, ao longo da história das duas instituições, a maioria dos pais e alunos que fazem parte dos colégios não professavam ou professam a fé das igrejas mantenedoras das instituições. Apesar disso, ocorreu ao longo de quatro décadas a manutenção de matrículas, ainda que houvesse a diminuição ou aumento do número de alunos nos colégios. Na análise documental, observou-se que os colégios continuam difundindo a cultura religiosa, ainda que os níveis de confissão entre as duas instituições sejam distintos.

No Colégio Luterano, observou-se a ausência do aspecto confessional nos objetivos da instituição, a remoção das aulas de ensino religioso da grade curricular em níveis de ensino como o ensino médio, a redução das aulas de ensino religioso na educação infantil e ensino fundamental, a ausência de atividades espirituais no calendário escolar, a absência da figura do capelão escolar. Essas mudanças demonstram uma diminuição da intenção e força

da divulgação dos valores luteranos. Assim, quando comparado ao momento do estudo realizado com outros períodos históricos, pode-se presumir que ocorreu a escolha por uma nova identidade confessional no Colégio Luterano de São Paulo.

Ao final do estudo não foi possível afirmar se a nova identidade confessional se constituiu a partir da busca pela permanência no mercado, e com isso a adequação aos valores desejados pela clientela na região do colégio, ou se a nova identidade foi o resultado de uma estratégia de ajuste aos valores religiosos contemporâneo dos luteranos.

Na análise documental do Colégio Adventista UNASP, percebe-se o empenho da igreja Adventista em manter a confissão religiosa nas práticas escolares. Além do maior número de aulas de ensino religioso atualmente, observou-se que os objetivos educacionais, descritos nos documentos analisados, revelam maior intenção da instituição adventista em continuar difundindo valores religiosos na comunidade escolar em comparação ao Colégio Luterano de São Paulo. Se nota, que mesmo com a ampliação dos serviços oferecidos na instituição adventista e o aumento do número de suas matrículas, comparado a outros momentos históricos, o objetivo do colégio em difundir valores religiosos era superior ao que pode ser encontrado nos regimentos e planos escolares da instituição Luterana.

Na ocasião, a pesquisa identificou o Colégio Adventista como instituição que pertence a uma rede particular de ensino no Estado de São Paulo, organizada em seus aspectos administrativos e pedagógicos, e vinculada a uma rede mundial de escolas mantidas pela Igreja Adventista do Sétimo Dia. Esse fator foi considerado como aspecto importante na manutenção e ampliação da confissão religiosa do Colégio UNASP. A pesquisa documental revelou um maior interesse na manutenção dos objetivos confessionais no Colégio Adventista UNASP quando comparado ao Colégio Luterano de São Paulo.

Gatti (2002), nos estudos sobre a história das instituições educativas, afirma que se faz necessário uma análise mais ampla, complexa e abrangente sobre os espaços sociais destinados à educação escolar, dando a devida importância às suas características e singularidades, como o estudo da identidade religiosa das duas instituições empreendido nessa pesquisa.

Neste sentido, o roteiro seguido na pesquisa do mestrado se preocupou em realizar interpretações a respeito das instituições Adventista e Luterana, analisando elementos que conferiram às mesmas, um sentido histórico no contexto de sua época, bem como suas práticas.

Foi por meio dessa pesquisa no mestrado que localizei o periódico *O Colegial*, nos arquivos documentais do Centro Universitário Adventista de São Paulo, que sedia o Colégio UNASP, antigo Colégio Adventista Brasileiro.

Durante o processo de análise documental no Centro Universitário Adventista de São Paulo, identifiquei o impresso produzido pelos estudantes do então Colégio Adventista Brasileiro. Percebeu-se que tais materiais evidenciavam aspectos do cotidiano dos estudantes e das atividades desenvolvidas na instituição no período de circulação do periódico.

A análise preliminar dos exemplares revelou que o impresso estudantil era um veículo de comunicação com a igreja adventista no território brasileiro, em razão da instituição receber alunos de diversos estados.

Nesse momento me ocorreu que havia grande espaço e possiblidades para dar sequência na etapa do doutorado com uma pesquisa que aprofundasse a compreensão sobre a expansão do adventismo e da educação adventista. O início da minha participação como membro do Grupo de Pesquisa da História das Instituições e dos Intelectuais da Educação Brasileiro, contribuiu grandemente para o interesse em pesquisar sobre *O Colegial* como um objetivo de estudo da confissão adventista, na formação de quadros e expansão do adventismo entre os anos de 1930 e 1974.

Disseminar as práticas educacionais com os membros da comunidade escolar contribuiu em parte com o êxito de uma instituição de ensino. Compartilhar as práticas e ideias educacionais com os agentes escolares impacta diretamente no desenvolvimento das atividades pedagógicas da instituição e a forma como essas atividades são percebidas por alunos, pais e professores.

A disseminação das informações com a comunidade escolar é elemento importante para que seus membros tomem conhecimento, de forma mais abrangente, das atividades e práticas da instituição, motivando os envolvidos e permitindo maior engajamento. A eficiência na troca dessas informações proporciona maior interação no processo educacional, auxiliando para que a escola alcance seus objetivos.

Essa troca de informações dentro da instituição de ensino pode ser enxergada como estratégia, com o objetivo de difundir os ideais defendidos pela escola. Os temas e assuntos, comumente alvos da disseminação dessas informações dentro da escola, são datas do calendário letivo, eventos escolares de natureza acadêmica, ambiental, social, recreativa, datas de apresentações dos trabalhos pedagógicos e das ações realizadas para estimular a aprendizagem.

Atualmente, os canais utilizados para a comunicação dentro do ambiente escolar podem variar conforme a atividade que se quer destacar, sendo comuns veículos como: mural, caderno de comunicados ou a agenda, e-mails, cartazes e banners, informativos impressos, informativos eletrônicos, site da escola e reuniões presenciais.

Em um tempo que não existiam os meios eletrônicos e a própria forma impressa dos comunicados não eram tão simples de serem produzidos como hoje, os informativos, jornais e todos os tipos de periódicos impressos que circulavam nos espaços escolares, certamente possuíam espaço privilegiado como instrumento de comunicação e de formação nas instituições de ensino.

Na historiografia educacional, os impressos adquiriram grande importância como fonte documental e contribuíram para novas formas de leitura e análise do projeto escolar. Afirma Barreira que:

Eleger periódico como objeto de estudo permite que o historiador amplie suas fontes tradicionais e, assim, tenha acesso aos dispositivos discursivos que configuram determinados campos do saber. A análise desses materiais possibilita apreender como os indivíduos produzem seu modo social e cultural – na interseção das estratégias do impresso, que visa instaurar uma ordem desejada pela autoridade que o produziu ou permitiu sua publicação, com a apropriação feita pelos leitores; nesse espaço, percebemos as dependências que os unem e os conflitos que os separam, detectamos suas alianças e enfrentamentos. (BARREIRA, 2004, p. 402)

Os impressos educacionais são compostos de documentos de diversas formas, permitindo a compreensão por meio da análise dos conteúdos dos mais diversos entendimentos pedagógicos que existiram no decorrer da história. O periódico educacional deve ser considerado um instrumento importante de referência para a compreensão do processo histórico das instituições escolares e para se identificar novas interpretações do campo educacional. O impresso escolar permite ao pesquisador o estudo de um grupo social como a escola, conforme afirmam Catani e Bastos:

Nessa perspectiva, torna-se um guia prático do cotidiano educacional e escolar, permitindo ao pesquisador estudar o pensamento pedagógico de um determinado setor ou grupo social a partir da análise do discurso

veiculado e da ressonância dos temas debatidos, dentro e fora do universo escolar (CATANI; BASTOS, 2002, p. 5).

O Colegial foi um destes periódicos utilizados como veículo de informação e formação. Foi o informativo institucional oficial dos estudantes do então Colégio Adventista Brasileiro. Sua primeira edição foi impressa no ano de 1928 e a última em 1974. O periódico possuía em alguns momentos características de um jornal e em outras de uma revista. Na análise não foi possível identificar a sua periodicidade considerando as edições que foram mantidas em arquivo. Trazia depoimentos de alunos sobre o colégio e informações sobre os eventos sociais, espirituais e datas comemorativas da instituição.

Havia uma comissão responsável pelo impresso, formada por presidente, tesoureiro, redator, diretor de propaganda, secretário, secretária e diretor. Possuía espaço destinado para publicidade de empresas que ofereciam serviços na região do colégio como transporte, por exemplo. O informativo reservava publicidade para empresas, professionais liberais e para outras instituições adventistas como a Superbom, indústria alimentícia, e a Casa Publicadora Brasileira, que produzia literatura religiosa, sendo atualmente uma das editoras com maior parque gráfico do país.

Durante a análise do periódico não se identificou qual era a tiragem das edições que foram distribuídas junto à comunidade adventista, mas soube-se que ele não apenas circulava no colégio e em São Paulo, mas também em outros estados brasileiros.

Antes da publicação de *O Colegial* existiram no Colégio Adventista Brasileiro outras publicações similares. O primeiro foi *O Seminarista*, impresso pela primeira vez no ano de 1922, sete anos após a fundação do colégio.

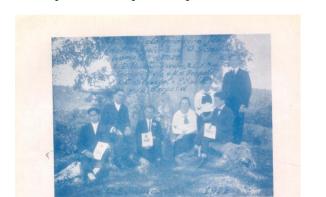


Figura 1 – Foto dos editores pioneiros do primeiro periódico editado na instituição O Seminarista

Fonte: O Colegial (dez. 1945, p.6). Centro Universitário Adventista.

Este informativo durou apenas dois anos e então foi substituído pelo *O Astro Colegial*. Os arquivos não permitiram saber mais informações sobre *O Seminarista* e *O Astro Colegial*. A edição de *O Colegial* mais antiga encontrada nos arquivos da instituição é o de número 03 do dia 1º de agosto de 1930.

O Colégio Adventista Brasileiro, instituição por onde circulou este impresso, iniciou seu projeto de construção em 28 de abril de 1915, por meio da Associação dos Adventistas do Sétimo Dia no Brasil, localizada no Capão Redondo – região de Santo Amaro, em São Paulo.

Em 3 de julho de 1915 as aulas iniciaram efetivamente em estruturas improvisadas, com apenas 12 alunos. Em 1º de agosto de 1915 foi lançada a pedra fundamental do Colégio da União Conferência Brasileira dos Adventistas do Sétimo Dia para formação de jovens missionários, sob a direção de John Lipke¹ e John Boehm. Iniciava ali o Seminário/Faculdade Adventista de Teologia. Segundo Guarda (2015) depois dos primeiros anos em que o Colégio Adventista foi administrado pelos pioneiros, nos 20 anos seguintes o colégio passou a ser liderado por diretores estadunidenses.

O período de consolidação da instituição, ocorre durante a reforma na educação no Brasil ocorrida no governo de Getúlio Vargas. Esse foi um período de nacionalização da educação brasileira. Decretos estaduais mudaram os currículos para incluir disciplinas de língua portuguesa obrigando a adoção de livros didáticos de autores brasileiros. No período entre 1937 e 1945, período importante na história do Colégio Adventista Brasileiro, o ensino escolar no Brasil é utilizado pelo governo com a finalidade de eliminar focos considerados contrários à ideologia getulista.

Todas as mudanças foram incorporadas ao cotidiano das escolas. As mudanças na legislação, como a exigência de brasileiros natos ou naturalizados e graduados em escolas brasileiras para a direção e docência, tornaram inviáveis as escolas étnicas, levando ao encerramento de suas atividades. O governo federal ambicionava uma escola como espaço de reprodução de formas de pensar e agir em conformidade com o projeto nacionalista.

-

¹ Johannes Rudolph Berthold Lipke (conhecido como John Lipke), colportor, evangelista, professor, médico, e um dos pioneiros da Igreja Adventista do Sétimo Dia no Brasil, nasceu em 27 de junho de 1875,1 em um distrito industrial de Berlin, Alemanha.2 Filho de Johanne Ulrike Theodore (Lagemann) Lipke e Wilhelm August Ferdinand Lipke, ambos de famílias luteranas. John Henry Boehm nasceu em 1884, na cidade de Kutter, estado de Saratov, Rússia. Contribuiu muito para a Igreja Adventista como pastor, administrador e promotor de educação. https://encyclopedia.adventist.org/

Foi neste contexto político e educacional do país que o Colégio Adventista Brasileiro ganhou seu amadurecimento. Os anos entre 1930 e 1974 é um período de grande crescimento da instituição. Ocorreram avanços como a construção de novos prédios e a oficialização do Ginasial. Nessa nova fase da instituição e com a dificuldade de atuação dos estrangeiros, assume a direção do colégio um ex-aluno por nome Domingos Peixoto da Silva (1898-1980), que administra a instituição de 1939 a 1947.

O Colégio Adventista Brasileiro exerceu um protagonismo na formação de quadros de líderes educacionais e eclesiásticos para a igreja e educação adventista no Brasil e o periódico *O Colegial* foi um periódico estudantil que contribuiu grandemente para a promoção de ideias e informações de interesse dos adventistas para expandir sua atuação educacional e missionária no país.

O estudo de periódicos na busca da compreensão da história das instituições escolares, como o Colégio Adventista Brasileiro, deve ser considerado nas pesquisas sobre o tema. O impresso permite entender, por meio do seu conteúdo, o projeto educativo que se pretende desenvolver e pode fornecer pistas sobre um projeto escolar construído. Para Nóvoa:

Na verdade, é difícil encontrar um outro corpus documental que traduza com tanta riqueza os debates, os anseios, as desilusões e as utopias que têm marcado o projeto educativo nos últimos dois séculos. Todos os actores estão presentes nos jornais e nas revistas: os alunos, os professores, os pais, os políticos, as comunidades... As suas páginas revelam quase sempre "a quente", as questões essenciais que atravessam o campo educativo numa determinada época (NÓVOA, 2002, p. 31).

Dessa forma, ao analisar o periódico *O Colegial*, pretendeu-se identificar como as práticas pedagógicas, religiosas e culturais do Colégio Adventista Brasileiro entre os anos de 1930 e 1974, contribuíram para a formação de quadros de liderança e a expansão da igreja Adventista do Sétimo Dia no Brasil.

Acredita-se na originalidade e relevância do estudo em razão de serem escassas as pesquisas sobre impressos estudantis de instituições de ensino confessional protestante, que serviram de comunicação e multiplicadores do projeto escolar e religioso. É importante considerar a relevância de se pesquisar impressos como fonte, com o objetivo de entender

aspectos da história da educação e da história das instituições de determinados grupos como os das escolas de confissão religiosa no Brasil.

Os textos de caráter informativo, educativo e religioso destes impressos escolares possuíam uma intenção no seu conteúdo. *O Colegial* circulou entre as décadas de 1930 e 1974 e era organizado considerando aspectos culturais e religiosos do Colégio Adventista Brasileiro. Nesse trabalho pretende-se compreender as práticas educativas e religiosas orientadas pela denominação adventista, em um período de grandes mudanças econômicas, educacionais e políticas no país, por meio de uma perspectiva historiográfica usando o método de análise documental, buscando perceber nos impressos os seus discursos, a sua materialidade, a circulação e edição, bem como a sua apropriação pelos leitores.

Os impressos estudantis como fonte de pesquisa, apresentam uma grande possibilidade de estudo, análise e reflexão nas pesquisas em História da Educação, seja qual for a instituição escolar. Esses periódicos como objeto de investigação das instituições educacionais, podem tornar-se uma fonte fundamental para trazer à tona aspectos antes ignorados ou secundarizados com outros objetivos de análise da história de instituições escolares.

Os estudos dos impressos no campo educacional têm se mostrado de grande importância nos estudos de História da Educação. Muitos pesquisadores têm empreendido empenho em sistematizar informações acerca dessas fontes. Revistas, periódicos, boletins informativos e jornais proporcionam muitas possibilidades de análise das inúmeras dimensões do cotidiano escolar ao longo da história de uma instituição. Essas fontes significam importantes aportes materiais dos vários discursos que compõe as atividades escolares.

Em sua maioria, os impressos produzidos no ambiente escolar representam métodos e ações pedagógicas da instituição de ensino em um determinado período de sua história. Os impressos escolares têm uma relação profunda com cada período de sua história. Os impressos, tomam-se uma forma de compreender o cotidiano escolar, permitindo ao pesquisador estudar as práticas educacionais de uma instituição de ensino de um determinado grupo social.

Roger Chartier (1990) afirma que os historiadores da cultura, quando utilizam fontes como o impresso, devem elaborar suas próprias estratégias para leitura dos textos com os quais trabalharam. Esses documentos apresentam ações simbólicas do passado e não são textos sem propósitos, foram escritos com diferentes intenções e objetivos.

Quando se utiliza informações como a de documentos como os impressos produzidos na escola, deve-se compreender que o impresso não é neutro ou imparcial. São documentos que servem como divulgador e manipulador da vida social em seus aspetos políticos, culturais, ideológicos e políticos.

Amaral destaca que:

Ao materializar aspectos ideológicos que conferem a identidade de determinados grupos sociais, o impresso utilizado como fonte de pesquisa pode desencadear novas ideias que ampliam o sentido dos fatos estudados. Nunca é demais lembrar que as fontes utilizadas em uma pesquisa devem ser intercruzadas e comparadas, não com o objetivo de buscar os fatos considerados "verdadeiros", mas sim no sentido de perceber as diferentes versões para os acontecimentos. Desta forma, abre-se a possibilidade do surgimento de aspectos subjacentes aos registros oficiais, criando-se novos caminhos que conduzam, tanto à busca de outras fontes, como também à própria interpretação dos achados (AMARAL, 2002, p. 122).

Os impressos periódicos educacionais são constituídos de documentos de muitas dimensões, o que permite compreender e analisar conteúdo das diversas concepções pedagógicas que existiram ao longo da história. Por essa razão, esses impressos são considerados instrumentos de referência para a compreensão do processo histórico educacional e para identificar novas interpretações e concepções educacionais.

Os periódicos educacionais podem ser compreendidos como jornais, boletins, revistas e todo e qualquer periódico, editado por entidades públicas ou privadas, feito por pessoas ligadas direta ou indiretamente à educação. O periódico em educação é um importante instrumento de orientação intelectual e moral, que funciona como guia do cotidiano educacional e escolar e como instrumento de pesquisa, apresentando-se como importante fonte de informação para a história da educação.

O impresso periódico educacional descreve as reflexões, teorias e ideias do momento presente que validam a memória a ser revista no futuro; serve como instrumento para mapear, analisar e refletir sobre a cultura escolar, bem como permite compreender práticas e formas de condutas de grupos e setores da educação.

Para Amaral (2002), os impressos apresentam-se como testemunhas vivas dos métodos e concepções pedagógicas, sendo a partir deles possível realizar uma leitura das

manifestações contemporâneas aos acontecimentos e uma real aproximação dos discursos emitidos na época em relação ao projeto de sociedade, bem como sobre as instituições sociais e, dentre elas, sobre a escola. Essas fontes, podem por vezes apresentar reação às normas estabelecidas, representam assim um produto cultural de sujeitos específicos em determinado contexto histórico. É preciso evidenciar como propõe Roger Chartier (1998, p. 15), que tais impressos não são neutros e imparciais, não podendo ser "compreensíveis fora do acontecimento ou do desígnio subjacente à sua publicação e à sua difusão, estando sempre ligado a um denso emaranhamento de tensões e conflitos que é necessário decifrar na sua particularidade".

A prática de elaboração e utilização do impresso estudantil nas escolas brasileiras, historicamente, esteve ligada aos princípios metodológicos da perspectiva pedagógica do educador francês Célestin Freinet (1896-1966), que se tornou mundialmente conhecida a partir da década de 1920. Freinet fundamentou-se nos trabalhos do educador belga Ovide Decroly, denominados Correio da Escola, realizados após a primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Freinet o reconhece como seu inspirador para a elaboração da técnica do impresso escolar, afirmando que antes de Decroly não havia conhecimento da utilização da prática de produção de impressos estudantis na França e em outros lugares do mundo (FREINET, 1974). A primeira experiência com impressos periódicos estudantis, segundo Bastos (2013) data da década de 1910, no pós-guerra, na Escola Decroly, Bélgica, com o Courrier de l'École. Mas foi Celéstin Freinet, com suas experiências a partir de 1924, que ampliou a divulgação e utilização do jornal escolar como texto livre

Sobre impressos estudantis produzidos no Brasil no início do século XX Giana Amaral salientou que:

Embora se saiba que alunos de determinadas escolas, desde fins do século XIX, editaram vários periódicos, é interessante salientar a profusão de impressos estudantis que circularam em várias cidades brasileiras entre as décadas de 1930 e 1960. A explicação para tal fato deve ser buscada no contexto brasileiro da época, em que é crescente a participação social e política dos estudantes. Ressalta-se, também, que neste período a imprensa ainda representava um espaço fundamental como meio de comunicação social. Ela esteve aí, talvez como em nenhuma outra época, a serviço de

interesses das mais diversas instituições e grupos sociais. (AMARAL, 2002, p. 123).

Segundo Nolasco (2015) a maioria das revistas e jornais estudantis no Brasil, produzidos no início do século XX, foram produzidos por professores e/ou autoridades escolares com apoio e colaboração de alunos na inserção de textos, poemas, estórias, pesquisas, entrevistas e outras vivências. Para a pesquisadora, embora na maioria dos casos os títulos os indicam como órgão da produção de alunos, há indícios de que muitas destas produções, mesmo com a indicação de um corpo de redatores formado por alunos, eram frutos da orientação de professores e diretores, empenhados na formação pedagógica e cívica de seus estudantes.

A imprensa estudantil no Brasil dos anos 1930 decorreu do encontro entre a ampliação do acesso à educação e a valorização da literatura e jornalismo no país. O país vivia um momento agitado na política e economia. A Revolução de 1930 lideradas por Getúlio Vargas tinha como objetivo a reforma do sistema político e econômico que vigorava no Brasil desde os primeiros anos da República e vinha sendo conduzido pela economia cafeeira e pela aliança política entre São Paulo e Minas Gerais.

Em novembro de 1930, foi instituído o Governo Provisório de Getúlio Vargas, que permaneceu até 1934, quando foi promulgada uma nova Constituição e o governo provisório se transformou num governo constitucional. Em 1937 foi criado um novo regime que ficou conhecido como Estado Novo, que permaneceu até o ano de 1945.

Sodré (1964) menciona que as condições econômicas da época impulsionaram as forças produtivas, permitindo a sua expansão, contribuindo com a Revolução de 30. No campo político, a partir dessa década, "na medida em que o latifúndio é profundamente golpeado" (SODRÉ, 1964, p.303), a modernização, ainda que avançasse muito lentamente, foi alavancada por um impulso que favoreceu o desenvolvimento da recém-implantada indústria nacional.

Dulce Pandolfi (2003) afirma que, durante o Governo Provisório (1930/1934), foram tomadas muitas medidas de caráter intervencionista e centralizadora no campo político, principalmente visando o controle das oligarquias regionais. No entanto, no campo social, foram realizadas mudanças que favoreceram o trabalhador, enquanto que, no campo econômico, foi iniciada uma fase nova, que tinha o Estado como o principal investidor, impulsionando a industrialização.

Com as diversas mudanças sociais nesse período, ocorre a valorização do estudo e da formação acadêmica do brasileiro. As transformações podiam ser observadas com a urbanização e a industrialização, acompanhadas da necessidade de uma classe trabalhadora minimamente letrada, ainda que essa classe representasse uma parcela muito pequena da sociedade.

Neste período muitas reformas foram realizadas na Educação, e que atingiram o ensino público e privado no país, com o objetivo de organizar e padronizar a instituição educacional e fortalecer o sistema nacional de educação. Um dos maiores indicadores que justifica as reformas que se seguiram é a criação do Ministério da Educação e Saúde.

É a partir da década de 1930 que intelectuais organizaram o Manifesto da Escola Nova, publicado oficialmente em 1932, na tentativa de reivindicar ações dos governantes com relação aos problemas enfrentados pela educação brasileira naquele contexto. Esses intelectuais buscavam modernizar a educação e afastar-se dos métodos do ensino tradicional.

Nesse contexto político e cultural iniciam nos anos de 1930 a produção de um grande número de impressos estudantis como *O Colegial* do Colégio Adventista Brasileiro. Impressos estudantis passam a circular em várias cidades do Brasil entre os anos de 1930 e 1960. As mudanças políticas e sociais favoreceram uma maior participação dos estudantes no cenário da cultura brasileira. Importante lembrar que neste período a imprensa ainda significava um veículo fundamental como canal de comunicação. Era um espaço central utilizado por diversos grupos sociais e instituições.

Os impressos estudantis, em sua maioria, tinham como responsáveis por sua produção os grêmios de estudantes das instituições de ensino. Nesses impressos observa-se um pouco dos hábitos e valores vividos na instituição e interesses que orientavam as relações dos alunos e professores. Esses documentos continham textos sobre questões que envolviam o comportamento e atividades dos estudantes, questões políticas, ideológicas e filosóficas.

Ao analisar esses impressos é importante que aspectos como: período, frequência com que eram produzidos, espaços que circulavam, forma que eram distribuídos, tiragem, formato, número das edições, de páginas, quem eram os editores responsáveis, se haviam publicidades, conteúdo, se havia supervisão de professores e responsáveis pela escola na elaboração, as apropriações culturais daqueles que escreviam esses periódicos, sejam considerados.

O campo de pesquisa relativo à imprensa, impressos e periódicos escolares se mostram ainda um campo a ser mais explorado por pesquisadores. No entanto, percebe-se através deste levantamento bibliográfico, importantes pesquisas no campo da imprensa escolar.

Distinguiu-se duas diferentes formas de análise nos estudos acadêmicos dedicados ao tema da impressa estudantil:

- Produções que trataram a imprensa escolar como estratégia didática e como mecanismo para o desenvolvimento da leitura e escrita; e
- Produções em que o núcleo central buscou a análise das práticas escolares e de seus agentes, aspectos sociais e políticos das instituições escolares.

Dentro da análise do primeiro grupo de produções, a pesquisa de Vieira (2009) foi a mais antiga localizada, e com acesso viável. O estudo realizado buscou analisar as características interdisciplinares na perspectiva dos Parâmetros Curriculares Nacionais. O objetivo do pesquisador foi identificar o conjunto de elementos conceituais bem como buscar uma literatura significativa sobre os conceitos e as teorias representativas para a elaboração do projeto "Jornal do Vestibular".

Masceda (2013) traz contribuições para as produções no âmbito das pesquisas da imprensa escolar como estratégia para leitura, escrita e letramento. Em seu estudo o pesquisador investiga a criação de um jornal virtual em uma escola pública, e busca analisar as contribuições para produção de notícias e o desenvolvimento da dimensão crítica dos alunos. O autor demonstra com o seu estudo, as dificuldades vividas pelos alunos com a ortografia e gramática.

A pesquisa de Barua (2015) narra a prática de letramento do jornal escolar "O Maracanã", desenvolvido em uma escola do campo no município de Alegrete-RS. O Trabalho discute o processo de constituição do jornal mediante os sentidos produzidos desde sua criação e implantação até a 35ª edição. A pesquisa aborda aspectos teóricos e metodológicos, e trata sobre a narrativa de experiência e conceituação de letramento.

No campo das produções sobre impressos, em que o núcleo central buscou a análise das práticas escolares e de seus agentes, e os aspectos sociais e políticos da instituição das instituições escolares, localizou-se algumas contribuições muitos importantes para a revisão bibliográfica deste trabalho.

A pesquisa de Martins (2017), que teve como objeto o Jornal Escolar O Estudante Orleanense, foi um impresso produzido pelas alunas e alunos da Escola Educação Básica Costa Carneiro, entre os anos de 1949 e 1973 do Grupo Escolar Costa Carneiro, localizado no município de Orleans – SC. O foco principal do trabalho foi o de compreender as relações de gênero dentro do universo escolar a partir das representações de mãe, mulher e

maternidade, nos textos comemorativos ao "Dia das Mães" que foram disseminadas no Jornal Escolar, O Estudante Orleanense, entre as décadas 1950 a 1970. Segundo Martins:

A produção dos jornais escolares estava imersa em um contexto histórico, político, social e econômico da sociedade brasileira que buscava normatizar os sujeitos e as relações sociais construindo um conjunto de regras que controla a vida dos cidadãos e cidadãs. Neste cenário, a escola contribuiu efetivamente para que esse controle fosse possível, em uma perspectiva de ensino que impunha normas de gênero imbuídas em uma sociedade heteronormativa, pautada em modelos de masculino e feminino e assim reafirmando características homogenizadoras e monoculturais. (MARTINS, 2017, p.238).

A análise realizada do Jornal O Estudante Orlandense, apresenta uma crítica não apenas da perspectiva histórica, mas social e política, tratando do tema gênero, demonstrando que o impresso escolar é uma importante fonte de pesquisa no campo da história e sociologia da educação.

Quando analisou o jornal intitulado O Sud Mennucci, elaborado pelos alunos do Instituto de Educação Sud Menuucci no município de Piracicaba - SP entre os anos de 1952 a 1954, Schweter (2015) identificou a abordagem do papel da mulher na sociedade. No entanto, analisou-se produções que abordaram outras temáticas como o próprio cotidiano da escola e a posição ocupada pela instituição na cidade. Schweter afirma que:

Tal qual uma imprensa corrente, os alunos que publicavam textos no jornal escolar passaram a ser porta-vozes das mudanças e melhorias que ocorriam na instituição, desde a melhoria da quadra até as transformações institucionais. Discorriam sobre as questões urbanas locais e denunciavam problemas coletivos. Assuntos cotidianos do espaço do educandário também estavam presentes no impresso, como a relação entre alunos e professores e as formas de conduta moral envolvida na instituição. (SCHWETER, 2015, p.132).

Em sua análise, a pesquisadora chama a atenção para os jornais produzidos por estudantes como parte da prática e cultura escolar das instituições de ensino. Para ela,

considerar estes periódicos significa dar voz a estes sujeitos que são pouco considerados nas pesquisas contemporâneas.

Com o objetivo de investigar os processos de formação de uma consciência crítica, reflexiva e cidadã dos alunos do Liceu Cuiabano entre os anos de 1926 e 1937, Nolasco (2015) relacionou como fonte central do seu estudo os seguintes jornais estudantis: A Chrysallida (1926, 1927,1928, 1932), O Délio (1931), O Liceísta (1933), O Estudante (1934), A Voz do Aluno (1934), O Mensageiro do aluno (1935) e a Folha Juvenil (1937).

Nolasco (2015) verificou que o jornalismo estudantil entre os alunos do Liceu Cuiabano foi um fator importante no processo de formação da consciência crítica dos estudantes e fundamental para uma nova maneira de posicionamento e de manifestação dos alunos diante do cenário social, proporcionando o surgimento de um sujeito cidadão e mais autônomo.

Furtado (2016) quando analisa, entre o período de 1907 a 1930, os jornais estudantis maranhenses O Progresso (1907), O Brazil (1907), O Canhoto (1912-1914), Excelsior (1914), O Estudante (1915), Lábaro (1921), Alma Nova (1929) e o Sangue Jovem (1930), busca identificar as formas de apropriação dos discentes expressas nas publicações.

A pesquisadora procurou compreender a dinâmica no ambiente escolar e as representações sobre as atividades pedagógicas como os métodos, as avaliações, formas de ingresso, currículo, aspectos que caracterizavam o cotidiano da instituição de ensino nas primeiras décadas de republica no país.

A pesquisa da imprensa periódica educacional no Liceu maranhense, permitiu compreender as algumas mudanças sociopolíticas que sustentaram a produção dos suportes escolares ao exporem ideias que evidenciavam o período republicano, o desenvolvimento do país, a criação de escolas e a implantação de métodos inovadores na instrução pública da instituição maranhense.

Aquino (2016) investigou periódicos estudantis do Liceu Maranhense e do Colégio São Luiz no mesmo município. A autora do estudo analisou a organização da imprensa estudantil nas duas instituições de ensino entre os anos de 1949 e 1953. No Colégio São Luiz ela destaca a organização do Grêmio Cultural e Recreativo Luiz Rêgo, responsável pelo jornal Avante (1949-1950) e no colégio Liceu os alunos organizaram o Grêmio e Centro Liceista com os jornais Folha Estudantil (1951), O Estudante de Atenas (1956-1957) e o Liceu (1957-1958). Sobre a atuação dos alunos, a pesquisadora faz as seguintes considerações:

O fato dos estudantes se envolverem na organização e na produção dos jornais em suas escolas, representava um esforço em não deixar desaparecer aqueles que representaram o Maranhão nos círculos literários do Brasil do século XIX e início do século XX, permanecendo, portanto, um diálogo entre o passado e o presente, um eco das elites letradas da cidade. Entende-se que as organizações estudantis se consideravam portavozes desse eco, desenvolvendo produções literárias e também posicionamentos políticos em nome dessa tradição. Ademais, consideravase a evocação do nacionalismo como posicionamento político presente em todas as publicações, mesmo naquelas do centro liceista, onde as diretorias se apresentavam distintas quanto à representação estudantil. Porém, os estudantes não fazem críticas quanto à situação política e social do estado, não reclamam por melhorias nos estabelecimentos de ensino, a crítica recai, muitas vezes, sobre as relações que os estudantes apresentam na escola (AQUINO, 2016, p.101).

Aquino (2016) considera que os impressos estudantis são espaços de formação de redes de sociabilidade e de fermentação intelectual e de relação afetiva que procuram propagar ideias com o uso da escrita. Assim como Aquino (2016), que analisou posicionamentos políticos dos estudantes maranhenses no Colégio Liceu e São Luiz, Biazzetto (2016) busca compreender, por meio da sua pesquisa, como os estudantes se relacionavam com as questões políticas de sua época. Em sua análise sobre a atuação política dos alunos do Grêmio Estudantil do Colégio Júlio de Castilhos Biazzetto afirma o seguinte:

Em seus posicionamentos políticos, os estudantes deixaram pistas de que eram defensores da legalidade, defendiam a Constituição Federal, a legislação vigente. Não apresentavam defesa de um partido político ou de algum político específico. Nas narrativas, foi possível perceber que defendiam concepções políticas que acreditavam, e realizavam proposições para as ações políticas do país. Eram essencialmente defensores de ideias, não de instituições ou de estruturas. (BIAZZETO, 2016, p.120).

Com a análise das vinte e uma edições do periódico estudantil "O Julinho" da década de 1960, a pesquisa teve como objetivo compreender como esses estudantes atuavam politicamente no cotidiano escolar, quais os seus questionamentos diante da sociedade. O

pesquisador analisou aspectos da dimensão religiosa do grupo de estudantes do colégio, que prezava por valores cristãos, atribuindo suas ideias a um posicionamento social-cristão e buscando distanciamento de qualquer outra classificação como comunista, burguês, reacionário.

Diante do novo governo militar, os textos de "O Julinho" deixam de abordar questões políticas governamentais diante do momento político que o país estava vivendo. As edições passam a discutir temas sobre a própria instituição escolar, do grêmio estudantil, mas não abordaram mais temas sobre política e o governo militar, de acordo com Biazzetto (2016).

Tal qual Biazzetto (2016) analisa a imprensa estudantil no período do regime do governo militar iniciado em 1964, Torregrossa (2016) analisa a participação dos estudantes e as formas de articulação encontradas por eles, e de que forma a repressão ditatorial agiu no interior do campus da Fundação da Universidade Estadual de Londrina, na tentativa de suprimir direitos fundamentais e cumprir as determinações que eram colocadas em prática de forma autoritária e violenta. Os caminhos encontrados pelos estudantes para resistir foi imprensa estudantil, panfletos, protestos e greve geral dos estudantes.

As fontes selecionadas por Torregrossa (2016), para a sua pesquisa foram localizadas no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina. A análise permitiu observar a atuação do movimento estudantil e a repercussão dentro e fora da universidade.

Os periódicos selecionados para análise foram o Jornal Poeira e o Jornal Terra Roxa com exemplares no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da UEL. Sobre a atuação dos jornais como espaço de voz dos estudantes durante este período do regime militar, Torregrossa conclui que:

O Jornal Poeira, consolidado na década de 1970, foi um dos principais veículos, ao lado do Jornal Terra Roxa, de informação entre o DCE da FUEL, a comunidade acadêmica e a sociedade londrinense. Por mais que tenha sofrido com a repressão por parte da polícia da FUEL, que chegaram a "convencer" os patrocinadores a retirar seus anúncios dos jornais, e também por parte da reitoria, esses periódicos serviram como principal meio de comunicação entre universidade e comunidade, denunciando as principais decisões tomadas pelo governo que refletiriam diretamente no dia a dia da universidade. Nas páginas desses jornais ficaram impressos não somente a visão política daqueles jovens, mas também um conjunto de experiências que hoje podem ser contadas e recontadas pelos historiadores

e servem para ilustrar este período tão intenso de nossa história. (TORREGROSSA, 2016, p.109).

No contexto das mudanças políticas, culturais e educacionais no país no ano de 1930, Hauer (2015) investigou a imprensa estudantil que foi produzida no Colégio Pedro II no Rio de Janeiro. Os impressos escolares produzidos pelos alunos do Colégio Pedro II nesse período, tinham como objetivo ampliar o acesso à informação, promover ideias e valores e servirem como instrumentos de mobilização e organização dos alunos, em um tempo que as organizações estudantis eram ainda pouco representativas. Hauer afirma que:

As pesquisas sobre a imprensa educacional nas primeiras décadas do século XX têm demonstrado que os periódicos educacionais e estudantis tiveram muita importância como instrumento de formação acadêmica e política, tanto no interior de escolas como nos cursos de formação de professores, e foram utilizadas pelo movimento escolanovistas e pelos movimentos católicos, considerados como sendo um "importante meio de moldagem de almas". A presente pesquisa constata ainda que, a partir da década de 1930, a produção de periódicos escolares foi bastante incentivada pelos adeptos da Escola Nova como proposta pedagógica, com o objetivo de desenvolver o espírito crítico e a noção de cidadania. (HAUER, 2015, p.239).

A pesquisa de Soares (2018) buscou por meio da imprensa estudantil analisar a história da educação do município de Codó - MA no período de 1916 a 1920 com ênfase no jornal A Escola. Através da análise do jornal, a autora identificou a cultura e o cotidiano da instituição, o projeto educativo, os cursos oferecidos, as notas dos alunos, os livros adotados, as festividades escolares, as sabatinas, as homenagens e as críticas. Soares assegura que:

O jornal "A Escola" apresentou elementos significativos para a compreensão tanto da Instituição Escolar – tornando possível traçar parte de sua trajetória – como também, revelou aspectos cruciais do cotidiano citadino. Em primeira instância, é inegável, houve um fascínio pessoal e muito subjetivo decorrido do fato de através de suas páginas, conseguir visitar uma Codó das primeiras décadas do século XX e compor um

panorama histórico que contribuirá para a bibliografia, ainda carente, do município. (SOARES, 2018, p.181).

O estudo de Soares (2018) demonstrou a importância do periódico escolar como fonte histórica na compreensão das práticas e do cotidiano escolar.

A partir da análise de Amaral (2002) sobre a produção de impressos por estudantes, nota-se um aumento das produções durante a década de 1930. Importante destacar que essa década é marcada na história da educação pelo ideário da Escola Nova, com o lançamento do Manifesto de 1932 que apelava à nação para um novo projeto de política educacional pautada no reconhecimento da função social e política da escola diante das necessidades modernas do Brasil no período. O Manifesto de 1932 apontava para a importância da impressa na educação dos povos, pois cabia à escola despertar e desenvolver a autonomia e o espírito de cooperação social entre os pais, professores, a impressa e todas as demais instituições diretamente interessadas na obra da educação.

As pesquisas de Amaral (2002) contribuem com essa pesquisa por destacar a relevância da ampliação de estudos sobre as práticas escolares presentes nas instituições escolares através da participação dos alunos com seus impressos, que devem servir como fonte e objeto de pesquisa no campo da História da Educação.

A pesquisa mais recente localizada neste levantamento bibliográfico sobre a imprensa estudantil no Brasil foi a de Torres (2019), que apresentou um estudo histórico sobre a educação brasileira por meio da imprensa estudantil e teve como objeto de estudo o pensamento progressista na revista Movimento da União Nacional dos Estudantes (UNE), edições de 1962 e 1963.

Dos dois campos de análise dos estudos acadêmicos, dedicados ao tema da imprensa estudantil que aqui foram listados e discutidos, entende-se que as que mais contribuíram com a proposta de pesquisa sobre *O Colegial* são as produções em que o núcleo central buscou a análise das práticas escolares e de seus agentes, aspectos sociais e políticos das instituições escolares. Espera-se demonstrar através desta pesquisa, a importância do periódico escolar como documento para compreensão das práticas escolares que levaram a ampliação do alcance e influência do adventismo no Brasil a partir do Colégio Adventista Brasileiro.

A pesquisa sobre instituições escolares delimita, segundo Gatti (2002:3), "um novo campo temático da historiografia da educação brasileira", abrangendo uma série de estudos pioneiros e fontes de análise capazes de auxiliar na compreensão dos processos históricos e educativos no Brasil. Junqueira (2013) afirma que as pesquisas no campo do ensino

confessional no cenário brasileiro ainda são reduzidas. Apesar deste cenário, parece evidente a importância deste tipo de estudo sobre as práticas educacionais da instituição escolar e seus objetivos confessionais.

Os procedimentos metodológicos realizados nesta pesquisa têm como fundamento os impressos estudantis *O Colegial* que circulou no Colégio Adventista Brasileiro entre as décadas de 1930 a 1970. Esses impressos foram analisados não apenas como fonte de informação, bem como "objeto da pesquisa histórica" (LUCA. 2011, p. 118) e da pesquisa histórica educacional.

No primeiro momento foram catalogados os impressos e digitalizados, identificados títulos, peridiciocidade, publicidade, corpo editorial, seções. Fontes foram selecionadas para permitir um cotejamento para serem analisados os editores do impresso, textos, datas, eventos que possibilitassem observar o crescimento da instituição, sua contribuição com o desenvolvimento da organização Adventista no país e a formação dos quadros de liderança.

A escolha da pesquisa do impresso se deu pela compreensão de que outros documentos não possibilitariam uma leitura histórica da trajetória educacional e confessional da instituição de ensino tendo em vista os objetivos da pesquisa. Compreende-se que esses impressos são retratos de leitura que podem não só testemunhar, mas ensinar através de seus conteúdos como afirma.

Com o acervo do periódico *O Colegial* e as informações que se pretendeu alcançar, foi feita uma leitura e interpretação dos impressos catalogados, com a tarefa de identificar as transformações, contribuições e as práticas educacionais e confessionais da instituição de ensino que foi analisada.

Analisar uma instituição de ensino é considerar a motivação das suas práticas pedagógicas, seus ideais e seus agentes conforme afirma Magalhães:

A instituição educativa apresenta uma cultura pedagógica que compreende um ideário e práticas de diversa natureza, dados os fins, os atores, os conteúdos, inserida num contexto histórico e desenvolvendo uma relação educacional adequada aos públicos, aos fins, aos condicionalismos e às circunstâncias. A instituição educativa constrói um projeto pedagógico, indo ao encontro de um determinado público, constituindo-se, deste modo, a relação e a razão fundamentais para a manutenção e desenvolvimento de seu projeto educativo – um processo que envolve dimensões humanas, culturais e profissionais de diversas naturezas: dimensões pedagógicas,

sociológicas, administrativas, relações de poder e de comunicação, relações de transmissão e apropriação do saber (MAGALHÃES, 1999. p. 68-69).

As práticas educacionais na instituição escolar envolvem não apenas aspectos pedagógicos, mas pressupostos filosóficos, dimensões sociológicas e culturais. Para o Magalhães (2007), o centro do processo metodológico, dos estudos sobre as instituições escolares, deve obsrevar:

A relação das instituições educativas com o meio sociocultural envolvente, associando de forma integrativa e dialética a descrição/caracterização dos públicos ao questionamento e à (re) construção das representações simbólicas das práticas e dos ideários educativos que marcam e constituem a identidade histórica de cada instituição. (MAGALHÃES, 2007, p. 71).

Para entender a vida da comunidade escolar de uma instituição de ensino, é necessário a compreensão de suas representações e práticas que estão envolvidas em ideais que marcam a sua existência. Este estudo objetivou compreender as práticas da confissão religiosa que direcionou as atividades da instituição de ensino, entre as décadas de 1930 a 1970, por meio do impresso estudantil *O Colegial*.

As edições do impresso localizadas no arquivo do Museu do Centro Universitário Adventista de São Paulo, foi o que levou à escolha do período de análise do impresso estudantil. Essas edições foram catalogadas e digitalizadas, de tal forma que permitiu ampliar o acesso e com maior facilidade.

Este estudo se iniciou com a leitura atenta dos impressos preservados nos arquivos da instituição. Uma leitura preliminar buscou analisar os periódicos, situando o formato de cada uma das edições dentro de uma estrutura de análise que permitiu identificar os aspectos formais dos impressos, como editores, conteúdo, duração, periodicidade, mudanças no formato do impresso, dentre outros aspectos. Eventos promovidos pela liderança da igreja, visitas de autoridades públicas ao colégio, artigos com conteúdo teológico e acadêmico eram produzidos pelos estudantes para o periódico.

Ao escolher como objeto de pesquisa *O Colegial*, buscou-se analisar o periódico como espaço não apenas de propagação dos ideais adventistas para a expansão da igreja, bem como um lugar em que os estudantes eram preparados para ocupar funções estratégicas

para uma igreja em crescimento. O estudo preocupou-se em analisar o papel desempenhado pelo impresso estudantil como veiculador de ideias e de valores adventistas no período de sua circulação no Brasil.

A pesquisa em arquivos históricos não pode ser vista apenas como simples organização de materiais cuja análise está centrada unicamente no conteúdo dos textos ou no contexto externo ao arquivo. Os documentos trazem consigo significados além do que neles é descrito, cada um conta uma história sobre o motivo de ser produzido, sua forma e os caminhos que o levaram a sobreviver ao tempo.

Benjamin defende a ideia de que todos os acontecimentos, por mais insignificantes que possam parecer, devem ser trazidos à luz da história. A história e a memória se entrelaçam: "somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida o passado é citável, em cada um dos seus momentos" (BENJAMIN, 1994, p.223).

As fontes históricas devem ser analisadas considerando-se suas fragilidades e seus vazios. Fontes históricas ou documentais, como os periódicos estudantis, algumas vezes são de difícil acesso por não haver arquivos organizados pelas instituições onde eles são gerados, e porque muitos documentos não foram preservados. Esse foi o caso do periódico *O Colegial*, pois algumas edições não puderam ser localizadas por que não foram preservadas.

Algumas fontes secundárias foram utilizadas para o estudo de *O Colegial* como a *Revista Adventista*, que começou a circular no ano de 1906 e ainda é editada. A *Revista Adventista* constitui no principal veículo de comunicação mensal interna da Igreja Adventista do Brasil.

No primeiro capítulo desta pesquisa, buscou-se situar o surgimento da Igreja Adventista no Brasil e a criação do seu sistema de ensino, que passou a ser usado como uma estratégia de expansão da denominação. Analisou-se a Igreja Adventista no contexto dos grupos protestantes tradicionais no país, que ampliaram sua atuação no fim do século XIX e início do século XX, muito em razão do projeto republicano de modernização do Brasil.

O segundo capítulo tratou do crescimento da instituição adventista durante os períodos do governo de Getúlio Vargas, de redemocratização do país e a primeira década da Ditadura Civil-Militar de 1964. Analisou-se na perspectiva do impresso *O Colegial* as mudanças na instituição ocorridas nesse período e como a liderança do colégio se beneficiou da relação próxima com as autoridades governamentais no período de circulação do periódico entre os anos de 1930 e 1974.

No terceiro capítulo aprofundou-se o estudo sobre o impresso observando sua estrutura editorial, mudanças e como o conteúdo e os editores que contribuíram para servir de espaço na preparação de quadros para a Igreja Adventista no Brasil. *O Colegial* foi analisado como material de propagação das ideias adventistas e o objetivo de expansão da igreja no território brasileiro entre os anos de 1930 e 1974.

Capítulo I – Os Adventistas e suas instituições de ensino

1. O Adventismo no Brasil e o início de sua rede de escolas

Apesar das tentativas dos protestantes de se estabelecerem no Brasil desde o início da colônia, Vieira (2006) e Mesquida (1994) afirmam que eles não tiveram êxito para o crescimento do protestantismo no Brasil colônia. De acordo com os pesquisadores, o primeiro movimento protestante surge no Brasil com a Igreja Reformada de Genebra na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1555, mas se encerra em 1567, com a expulsão dos estrangeiros por iniciativa dos colonos.

Aproximadamente um século depois, por ocasião da chegada dos holandeses no nordeste brasileiro (1624-1654), surgem pequenos grupos de protestantes, mas a presença deles têm uma curta duração, após a expulsão do grupo europeu. Por ocasião da proibição dos portugueses iniciada no século XVIII de circulação de estrangeiros no Brasil, não surgirão novas tentativas para o estabelecimento de protestantes ao país. Os novos movimentos e circulação da fé protestante apenas ocorrerá com a chegada da Corte em 1808 e o estreitamento das relações com a Inglaterra.

A circulação das ideias liberais e republicanas, que tinham como origem a Revolução Francesa, somadas ao movimento de independência dos Estados Unidos, foram aspectos que contribuíram para a ampliação do protestantismo no Brasil, juntamente com apoio de parte dos grupos políticos de acordo com Mesquida (1994).

No ano de 1820, ocorre a inauguração de um templo da Igreja Anglicana na cidade do Rio de Janeiro. Em 1827, imigrantes alemães realizam cultos no Rio de Janeiro, mas essas celebrações eram direcionadas aos imigrantes que viviam aqui e não à conversão de novos membros da fé protestante. Mesquida (1994, p.93) afirma que a Igreja Metodista Episcopal foi a primeira denominação a inaugurar o protestantismo de missão² no território brasileiro, fazendo com que o movimento impactasse em aspectos sociais, políticos e culturais.

A fundação do primeiro templo metodista no Brasil ocorre no mês de agosto de 1871, na província de São Paulo. A segunda igreja é criada no ano de1878, no Rio de Janeiro e a

² Nos estudos sobre protestantismo no Brasil tem sido utilizada uma tipologia que subdivide o campo em dois grandes grupos: "protestantes de imigração" (os luteranos alemães são o grupo mais representativo) e "protestantes de missão" (metodistas, presbiterianos, batistas, adventistas), que vieram com o objetivo de implantar suas respectivas igrejas e escolas.

terceira em 1881, na cidade de Piracicaba, local que abrigou a primeira instituição escolar de tradição metodista instituída no Brasil, o Colégio Piracicabano (ELIAS, 2001, p.24).

Outros grupos protestantes chegam ao Brasil durante o século XIX, conforme descreve Ramalho:

É de se notar, entretanto, que não somente se abrem possibilidades para esse sistema religioso, outras correntes de pensamento encontram campo também para se estabelecerem. Aproximadamente no período de um século, depois de 300 anos de predomínio quase absoluto do catolicismo, instalam-se no Brasil, movimentos como a maçonaria (1801) e o positivismo (1881, como igreja); o anglicanismo (1835); ramos protestantes, como o luterano (1823), metodista (1835), congregacional (1855), presbiteriano (1859), batista (1882), episcopal (1890); religiões cientificistas, como o espiritismo (1865) e o esoterismo (1909). Acrescente-se, ainda, os pentecostais que chegaram em 1910. (RAMALHO, 1976, p. 53)

Entre os imigrantes estadunidenses que chegam aqui no século XIX estão os presbiterianos, os luteranos, os batistas, os adventistas e os congregacionais. Ao falar sobre esses missionários estadunidenses que se estabelecem aqui, Dias afirma o seguinte:

As Igrejas norte-americanas que para cá vieram estavam ligadas, de uma forma ou de outra, aos valores da democracia liberal capitalista e vão relacionar esse projeto político com sua pregação do Evangelho. [...] o Protestantismo que chega ao Brasil não é mais o Protestantismo da Reforma, mas a versão nuançada desenvolvida pelas igrejas norte-americanas, marcada pela cultura daquele povo, depois de mais de três séculos. O mesmo aconteceu com o Protestantismo dos imigrantes, que representa muito mais a cultura religiosa de seus povos do que os conteúdos teológicos dos pais fundadores [...]. A herança da Reforma chega até nós desgastada e diminuída pelo processo de institucionalização experimentado até então. Não recebemos a proposta de Igreja de Lutero e de Calvino [ou, no caso do metodismo brasileiro, de John Wesley, e sim] o modelo eclesiástico, formalmente atribuído a eles, mas construído pelos seus intérpretes (DIAS, 2008, p. 8).

Andrade (2019) lembra que a atividade evangelística dos pioneiros missionários protestantes no Brasil, foi marcada pela visão ideológica estadunidense de expansionismo. Os Estados Unidos eram apresentados por esses missionários como uma nação moderna e evoluída. Afirmavam ser seus princípios éticos, morais, políticos e religiosos, fundamentados na tolerância, na iniciativa privada, na democracia e na igualdade de direitos.

Após a primeira metade do século XIX, circulavam no Brasil novas ideologias como o Iluminismo, o Darwinismo e o Positivismo entre os setores da elite, da classe média, dos oficiais do Exército Brasileiro, dos escritores, dos jornalistas e dos intelectuais. Essa discussão contribui para gerar um ambiente positivo para os movimentos sociais liberais da época, como a abolição da escravatura, a imigração europeia e estadunidense e a separação entre Igreja e Estado. Destaca-se que quando falamos de igreja nesse período, estamos falando principalmente da religião católica, que predominava com sua influência no campo social, político e cultural.

Cavalcanti (2001) afirma que a chegada dos missionários protestantes no Brasil, coincide com um ambiente social aberto às novas ideias. É um momento que ocorre no país o crescimento dos centros urbanos, a expansão da rede ferroviária e a expansão do sistema de comunicações que permitiu aos missionários um contato mais próximo com as suas congregações de origem. É nesse contexto social que a fé protestante encontra um ambiente favorável na sociedade brasileira.

O movimento protestante de missão se inicia de forma sistemática no Brasil por volta dos anos de 1850 e 1860, sendo que o objetivo desses missionários era propagar a fé protestante entre os brasileiros. A origem desses missionários era em quase toda a sua totalidade de origem norte-americana e pertenciam às Igrejas Congregacionais, Batistas, Metodistas e Presbiterianas.

Desde o começo do século XIX, várias igrejas protestantes estadunidenses estavam experenciando movimentos de reavivamento espiritual. Desses movimentos de reavivamento surge o grupo millerita que daria origem aos Adventistas do Sétimo Dia³ nos Estados Unidos.

-

³ Os adventistas do sétimo dia, com mais de 21.9 milhões de membros no mundo, são membros de uma igreja cristã protestante organizada em 1863 nos Estados Unidos. Sua origem ocorre logo depois do movimento liderado por Guilherme Miller, que ressaltou a necessidade de maior ênfase na pregação sobre a breve volta de Jesus Cristo a esse mundo. A sede sul-americana da Igreja Adventista do Sétimo Dia, responsável pela coordenação administrativa em oito países, registra mais de dois milhões de membros. https://www.adventistas.org/pt/institucional/os-adventistas/quem-sao-os-adventistas/

Em todo o mundo, a Igreja Adventista do Sétimo Dia é coordenada por meio de 13 divisões e regiões administrativas. Todas essas divisões estão submetidas à sede mundial em Silver Spring, Maryland, nos Estados Unidos. A liderança mundial ocorre por meio da Conferência Geral da Igreja Adventista do Sétimo Dia que, a cada cinco anos, realiza uma assembleia para nomeação de líderes e votação de documentos oficiais.

De acordo com o site oficial dos Adventistas do Sétimo Dia - www.adventistas.org, a igreja está presente em 212 países e conta com 21.9 milhões de membros, sendo aproximadamente 70% na América Latina e continente Africano. Possuem 1048 hospitais, clínicas e orfanatos, 60 editoras gráficas, 23 indústrias de alimentos, 16 centros de mídia que incluem canais de televisão e rádio e, são responsáveis por coordenar uma das maiores redes de ensino do mundo com 9489 unidades escolares com mais de 2 milhões de alunos.

O movimento millerita que daria origem à nova organização religiosa, tinha a fé que o fim do mundo estava próximo com o advento de Jesus e o "juízo final." O grupo millerita adventista (que acreditava nesse advento de Jesus Cristo) surge nos anos de 1830 com aproximadamente cinquenta mil fiéis, criando um movimento que envolvia diversas denominações.

O movimento millerista se espalhou por várias regiões estadunidenses, chegando inclusive ao Canadá. Andrade (2019) afirma que em 1843, após estudos da bíblia, William Miller chega à conclusão que esse segundo advento de Cristo seria entre 21 de março de 1843 e 21 de março de 1844. Não era objetivo de Miller que ocorressem dissidências nas igrejas protestantes que acreditavam nessas ideias, apesar disso, como não era permitido aos milleritas pregar e falar da mensagem em muitas dessas igrejas, muitos membros deixaram suas igrejas para se unir ao novo movimento.

Como Jesus não retorna conforme o previsto, os seguidores de William Miller viveram o que viria a ser conhecido como o "Grande Desapontamento". Segundo Hosokawa (2001) nesse momento o movimento millerita se divide em razão das diferentes interpretações para o desapontamento. Seis diferentes igrejas surgem do millerismo a partir desse momento. Do grupo denominado de sabatista surgiriam duas denominações: Igreja Adventista do Sétimo Dia, entre 1861 e 1863; e a Igreja de Deus do Sétimo Dia, em 1866.

De acordo com Andrade (2019) a princípio a Igreja Adventista do Sétimo dia não teve interesse em criar escolas. Um dos motivos é que os membros e a liderança da igreja acreditavam que Jesus retornaria em seus dias. O retorno de Jesus nesse tempo tornaria irrelevante a educação formal por meio das escolas. Knight (1983) considera que esse foi o

motivo pelo qual o sistema educacional Adventista foi o último empreendimento denominacional.

Antes das escolas, a Igreja Adventista estabeleceu uma editora em 1853, responsável pela produção de livros e periódicos. Os primeiros adventistas votaram para estabelecer uma casa publicadora em Nova Iorque. Os primeiros editores moravam e trabalhavam juntos em uma casa alugada. Um dos pioneiros adventista por nome Hiram Edson (1806–1882), havia recentemente vendido sua fazenda e emprestou os recursos para a compra da impressora manual. Urias Smith (1832-1903) e Thiago White (1821-1881) que foram fundadores da Igreja Adventista do Sétimo Dia, estavam entre os primeiros editores da nova editora protestante.



Figura 2 – Primeira impressora da editora dos adventistas em Nova Iorque em 1953

Fonte: Site: https://adventist.news/pt/news/o-trabalho-de-publicacoes-foi-essencial-no-inicio-da-igreja-adventista. Acessado em 22 mai. de 2023

A organização da igreja como instituição ocorreu em 1863 e o setor médico em 1866. A primeira escola adventista foi fundada apenas em 1872 nos Estados Unidos e o número dessas instituições apenas se ampliou no ano de 1900, quando começou a ganhar um caráter de rede.

Em sua pesquisa, Andrade (2019) lembra que neste período, nos Estados Unidos, ocorria um movimento de reforma educacional, motivado pelas ideias do filósofo John Dewey, que impactou e trouxe grandes mudanças educacionais.

Os Estados Unidos e a Europa estavam sendo influenciados pelas ideias do empirismo de Locke, pelo positivismo de Comte, pelo Liberalismo de Hobbes e pelo pragmatismo de Dewey. É nesse período que a liderança da Igreja Adventista começa a demonstrar preocupação com o ensino oferecido nos Estados Unidos, principalmente nas séries iniciais.

No surgimento da igreja, os filhos dos adventistas recebiam a educação formal nas escolas públicas e com as próprias famílias, mas haviam críticas aos valores vividos no ensino público. Os adventistas começam a defender então, um modelo educacional organizado a partir dos princípios de suas crenças.

Outra questão importante que motivou a liderança da igreja a criar suas próprias escolas, foi a necessidade de crescimento da igreja. Os líderes passaram a defender a ideia de que deveria haver uma maior preparação para a formação de novas lideranças. É neste momento que surge então a primeira escola adventista, em Battle Creek, Michigan, chamada de Battle Creek College, fundada no ano de 1872. Andrade (2019) afirma que no ano de 1900, a Igreja Adventista contava com 220 escolas de ensino fundamental e 25 escolas de ensino secundário e faculdades espalhados pelo mundo.

Apesar de a educação adventista ter recebido grande influência da cultura estadunidense, seu início e desenvolvimento no Brasil ocorre a partir da influência dos imigrantes alemães, no sul do país.

A distribuição de livros e periódicos com a mensagem dos adventistas, por vendedores que até hoje são denominados de colportores⁴, foi o primeiro empreendimento da igreja no Brasil. Esses homens denominados de colportores eram de imigrantes alemães e vendiam ou distribuíam livros espirituais e religiosos de porta em porta.

A educação adventista se firma com a criação de sua primeira escola no ano de 1896. O Colégio Internacional de Curitiba, no Estado do Paraná, foi a primeira escola com

_

⁴ Colportores são aqueles que trabalham com colportagem que é a distribuição de publicações, livros e panfletos religiosos. Na França, colportor tinha originalmente o sentido de mascate, ou seja, vendedor que transportava suas mercadorias. O termo colportor tem origem no termo francês colporteur ("vendedor ambulante") e é uma combinação da palavra col (pescoço) com a palavra "porter", "carregar". Nos primeiros tempos da divulgação do cristianismo não católico no Brasil, os colportores foram importantes para a distribuição de literatura protestante em locais de difícil. Site: https://web.archive.org/web/20150412234410/

princípios adventistas, estabelecido no território brasileiro e funcionou menos de uma década.

No entanto, de acordo com Andrade (2019), este colégio não foi construído por iniciativa da igreja, apesar de ter sido organizado por um pastor adventista por nome Huldreich Von Graf (1855- 1946), natural de Hamburgo na Alemanha. O Colégio foi fundado em 1º de junho de 1896. Para administrar a pequena instituição o pastor Graf convidou Guilherme Stein Junior⁵ (1871–1957), o primeiro membro adventista batizado no Brasil.

O Colégio Internacional chegou a alcançar o número de 400 alunos. No entanto, Guilherme Stein que era diretor, foi convidado para iniciar uma escola paroquial no município de Gaspar Alto, Santa Catarina. A então escola oficial da igreja foi organizada no ano de 1897.

Kreutz (2005) afirma que a imigração alemã no Brasil foi a primeira grande corrente imigratória, seguida por austríacos, italianos, japoneses, poloneses e russos. Os grupos de imigrantes alemães se concentraram principalmente nas zonas rurais, formando comunidades fechadas e estruturadas com seu comércio, artesanato, igreja e escolas étnicas.

As colônias alemãs rurais estavam concentradas no Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, essas comunidades alemãs se concentravam nas capitais.

Quando fala do início do adventismo no território brasileiro e a presença de comunidades alemãs, Schunemann (2003, p. 31) afirma que a "[...] presença de colônias alemãs, que se mantinham relativamente isoladas do resto do país, propiciou o primeiro contexto favorável para a expansão do adventismo no Brasil". Os primeiros adventistas convertidos no Brasil pertenciam às comunidades germânicas.

2. 2. O estabelecimento do colégio em São Paulo

Segundo Magalhães (1996) para compreendermos a história de uma instituição de educação faz-se necessária sua contextualização, considerando sua comunidade de origem e

⁵ Guilherme Stein Jr. foi o primeiro cidadão brasileiro a ser batizado na Igreja Adventista do Sétimo Dia. Ele nasceu em 13 de novembro de 1871, na cidade de Campinas-SP. Guilherme atuou como professor, pastor e escritor. Escreveu os dois primeiros livros adventistas de autoria brasileira: Sucessos Preditos da História Universal (1909) e O Sábado (1919). Trabalhou como tradutor para a Casa Publicadora Brasileira. https://encyclopedia.adventist.org.

reescrever seu percurso de existência nas suas mais diversas dimensões, para lhe conferir um sentido histórico. É por essa razão que antes de escrever sobre a história do Colégio Adventista Brasileiro é importante contextualizarmos o cenário geográfico, político e econômico da sua fundação.

O Colégio Adventista Brasileiro surge no então município de Santo Amaro⁶. A história de Santo Amaro remete o período colonial do Brasil. Seu início ocorre quase que simultaneamente com a cidade de São Paulo. Nos arredores de São Paulo, formaram-se os aldeamentos de Guarulhos, São Miguel, Itaquaquecetuba, Pinheiros, Embu, Carapicuíba, Barueri, Nossa Senhora do Ó e Santo Amaro, constituídos por uma população de mestiços, indígenas, portugueses e jesuítas.

De acordo com Berardi (1969) a aldeia que deu origem a Santo Amaro se chamava Guaianases, do Cacique Caá-ubi, que existia à beira do Rio Jurubatuba. A pesquisadora descreve que:

Os arquivos da Diocese de Santo Amaro e da Secretaria de Cultura de São Paulo registram que José de Anchieta, em visita à aldeia, percebeu o grande número de colonos e índios catequizados e a necessidade da instalação de um povoado. Foi, então, erguida uma capela que recebeu uma pequena imagem de Santo Amaro, um santo nascido na Itália, doada por João Paes e sua esposa Suzana Rodrigues, portugueses que havia chegado com Martim Afonso de Souza em São Vicente. Dessa forma, o povoado que ficara conhecido por diversos nomes indígenas, como Birapuera, Virapuera, Ibirapuera, Geribatiba, Beribativa, e Jeribativa, passou a ser chamado de Aldeia de Santo Amaro. (BERARDI, 2005, p. 477).

Para Costa (2017) a maneira como os registros descrevem a história de Santo Amaro, a partir de suas origens ligadas à igreja Católica, revelam como a apreensão da memória está associada ao ambiente social e político, a partir da apropriação de imagens, textos e monumentos que descrevem o passado, e determinam o modo de apreensão do tempo. O

⁶ Em 1832 a região de Santo Amaro se tornou um município. O município abrangia todo o território que ficava ao sul do Córrego da Traição, hoje em dia canalizado e parte da Avenida dos Bandeirantes, estendendo-se até a Serra do Mar. Incluía, ainda, áreas dos municípios como: Itapecerica da Serra, Embu, Embu-Guaçu, Taboão da Serra, São Lourenço da Serra e Juquitiba. O surgimento do Aeroporto de Congonhas em 1934 foi um dos grandes motivos pelos quais o Decreto Estadual número 6983 foi promulgado em 22 de fevereiro de 1935. Esse decreto extinguiu o município de Santo Amaro e o incorporou ao município de São Paulo. https://www.saopauloinfoco.com.br/historia-municipio-santo-amaro/

nome Santo Amaro foi dado em homenagem a Amaro de Ribeira, um padre português que viveu no local no século XVI.

Santo Amaro é uma região, como tantas outras que surgiram pelo Brasil, que retrata sua origem e sua memória associada ao ambiente colonial e que surgir sob a influência religiosa. Percebe-se neste contexto a memória avaliada na perspectiva de Le Goff (2013, p.420), como fenômeno individual e psicológico ligado à vida social e objetivo da atenção do Estado que, para conservar os traços de acontecimentos do passado, produz documentos e monumentos, para escrever e preservar a memória.

Ao longo do século XVII, o movimento de colonização estimulou a evolução de ciclos econômicos no planalto paulista, baseados principalmente na monocultura, como a cana de açúcar. No entanto, a monocultura não excluiu a necessidade da pequena produção agrícola, essencial para a dinâmica econômica e social das aglomerações urbanas, como descreve Costa (2017).

Os antigos povos aldeados, tais como os moradores da Aldeia de Santo Amaro, vieram a constituir esse modelo de produção, em regime de posse das terras. Nas proximidades da Vila de São Paulo de Piratininga e nas margens dos rios, vão se formando sítios, roças e fazendas, com a criação de pequeno e médio porte, além de bois e cavalos, em menor número. O excedente da produção é comercializado com os habitantes da vila e com o litoral, onde se compravam armas, sal e utensílios do além-mar (SUZUKI, 2004, p.7).

Frabretti (2008, p. 62) comenta a divisão dos arredores de São Paulo que ocorreu no início do século XVII, em dois setores: um formado por chácaras nos arredores da cidade que deram origem aos bairros de Pari, Brás, Mooca, Cambuci, Vila Mariana, Santa Cecília, Barra Funda e Bom Retiro. A outra região denominada de sertão destinada à agropecuária, onde hoje está o Bairro de Santo Amaro e região sul da cidade.

A vila de Santo Amaro passa a ser uma região importante para a cidade de São Paulo por ser fornecedora de produtos básicos como mandioca, milho, feijão, arroz e batatas. De acordo com Costa (2017) no dia 14 de novembro de 1886, o imperador D. Pedro II e sua esposa Tereza Cristina visitam a cidade de São Paulo, e nessa visita eles fazem o trajeto de trem à Santo Amaro, demonstrando a importância da vila, não apenas para São Paulo, mas para o contexto político e econômico da época.

O primeiro registro oficial de imigrantes em São Paulo aponta uma Colônia Alemã formada em 1828 com a chegada de 129 colonos, e é a região de Santo Amaro que recebe esses primeiros imigrantes. Foi realizado um sorteio de terras em 1829, destinado aos novos

alemães que aqui chegaram, e essa região das terras ficou conhecido como Sertão de Santo Amaro. (BERARDI, 2005, 178).

Um fato importante sobre a organização da colônia alemã na região de Santo Amarro está relacionado a uma preocupação de aspecto étnico e que levou o Estado incentivar a imigração alemã, conforme descreve Costa:

A população mestiça de Santo Amaro dos primórdios reflete a situação da população brasileira em geral. Aspecto esse que levou à adoção, pelo Estado, de uma política de imigração que atuou tanto no processo de ocupação do solo e na transição do trabalho escravo para o livre, como para "branquear" a população brasileira. Justifica-se, assim, a preferência pelo colono de origem alemã. (COSTA, 2017, p. 57-58).

O crescimento da cidade de São Paulo fez surgir a necessidade de abastecimento de gêneros de primeira necessidade, e os alemães foram os pioneiros na produção agrícola comercial, além de terem introduzido o cultivo da batata inglesa. Também produziam milho, arroz, feijão, mandioca, abóbora e hortaliças. A necessidade de um novo perfil de trabalhador contribuiu para tornar Santo Amaro uma central de abastecimento para a capital.

Em 1935, três anos após as comemorações do primeiro centenário do município de Santo Amaro, o interventor federal, Armando Sales Oliveira, expediu um decreto que anexou a cidade de Santo Amaro à capital. Foi assim que Santo Amaro, município vastíssimo que então fazia divisas com São Vicente e Itanhaém, tornou-se um bairro da cidade de São Paulo

Um grupo de 15 missionários adventistas procedentes de Nova York desembarcou na cidade de Santos do dia 25 de setembro de 1913 e seguiu para o então município de Santo Amaro. O grupo realizara em janeiro de 1914 uma série de palestras numa conferência religiosa para aproximadamente 500 pessoas. Os temas tratavam assuntos de orientações sobre saúde, tratamentos naturais e os males do fumo e das bebidas alcoólicas.

Guarda (2015) menciona que nessa ocasião, os missionários Jonh Lipke (1875-1943) e Jonh Boehm (1884-1975) conheceram Pantaleão Teizen, um novo converso da fé adventista que frequentou as séries de palestras. Teizen era neto de imigrantes alemães e recebeu como herança do sogro, José Antonio Mariano, terras no Capão Redondo. Segundo Martins (2014) ao saber do desejo dos líderes da igreja Adventista de estabelecer uma escola missionária, a família Teizen propôs a venda do terreno e os adventistas compraram a propriedade. A venda foi registrada no cartório de Santo Amaro no dia 28 de abril de 1915.

No momento em que a igreja adventista inicia a construção do colégio de missão, eram construídas na capital grandes obras urbanas, como o Viaduto do Chá e a Avenida Paulista. São Paulo ia perdendo as feições de província e assumindo um protagonismo econômico; transformando todo o território paulista. As cidades de Santos, Jundiaí, Itu, Campinas e outras vilas passam a receber indústrias e conviver com uma nova classe operária.

A capital paulista vivia um processo de grande crescimento econômico e demográfico iniciado no final do século XIX conforme aponta Fausto:

A partir de 1890, a cidade de São Paulo começou a crescer em ritmo acelerado. O crescimento significativo se iniciara nos anos 1872-86, quando foi de 52% (de 31 385 para 47 697 habitantes), a uma taxa geométrica anual de 3%. Nos anos 1886-90, alcançou 36% (de 47 697 para 64 934 habitantes), o que representa uma taxa geométrica anual de 8%. Mas a grande arrancada se deu entre 1890 e 1900, período em que a população paulistana passou de 64 934 habitantes para 239 820, registrando uma elevação de 268% em dez anos, a uma taxa geométrica de 14% de crescimento anual.10 Em 1890, São Paulo era a quinta cidade brasileira, abaixo de Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belém. No início do século, chegaria ao segundo lugar, embora ainda muito distante dos 688 mil habitantes da capital federal. (FAUSTO, 2016, p. 36).

O crescimento da cidade de São Paulo, segundo Fausto (2016), está relacionado com a sua solidificação como mercado de distribuição no país e com a chegada de um grande número de imigrantes. Fausto (2016) afirma que, apesar da ausência de dados, é provável que a movimentação demográfica da zona rural para o perímetro urbano no estado ocorreu na última década do século XIX, logo após o fim dos primeiros contratos de formação do café. A consolidação da capital como centro de integração da região sudeste aconteceu na medida em que as relações capitalistas de produção se estenderam, intensificando a divisão do trabalho e o crescimento do pequeno comércio, da classe média profissional ou burocrática, dos primeiros núcleos operários.

Petrone (1955) em seu texto de título *A Cidade de São Paulo no Século XX*, menciona que entre 1900 e 1950 acontecimentos mundiais como a I Guerra Mundial (1914-1918), a crise econômica de 1929 e a II Guerra Mundial (1939-1945) repercutiram de forma extraordinária sobre a capital paulista, contribuindo para o surgimento do seu grande parque

de indústrias. Quando escreve sobre o surgimento de alguns bairros paulistanos neste período, muitos inclusive que receberam indústrias e que se tornaram moradia dos trabalhadores, Fausto (2016) afirma o seguinte:

A cidade se implantara no interior de um maciço, cercado de planícies varzianas e insalubres, sujeitas às inundações do Tamanduateí e do Tietê. Essas planícies foram se integrando ao núcleo urbano, à medida que iam sendo atravessadas pelas estradas de ferro — a Inglesa, a São Paulo-Rio de Janeiro, a Sorocabana. O baixo preço dos terrenos e a proximidade das estações ferroviárias atraíam as novas indústrias e muitos dos imigrantes recém-chegados para o Brás, o Bom Retiro, a Mooca. O processo de formação dos bairros, em função da constituição da sociedade de classes, é simétrico: enquanto a massa de imigrantes se concentra nas várzeas, bordando as faces sul e leste do maciço paulistano, vão surgindo neste os bairros residenciais que sobem as encostas em busca de terrenos altos e saudáveis (Higienópolis) até atingir o alto espigão, onde se abre a avenida Paulista. (FAUSTO, 2016, p. 37).

A cidade de São Paulo se tornaria no final de 1930 o maior centro industrial da América do Sul de acordo com Petrone:

Ao findar a "terceira década" do presente século, São Paulo aparecia como o maior centro industrial da América do Sul. Possuindo pouco menos de 2.000 estabelecimentos fabrís em 1918, tinha em 1932 cerca de 2.100; mas, em 1947, este número elevava-se a 12.000 e, hoje pode ser calculado em 20.000, onde exercem sua atividade nada menos de 440.000 operários e de onde sai mais da metade da produção industrial de todo o país. (PETRONE, 1955, p. 128).

Ainda na primeira década do século XX, Petrone (1955) afirma que ocorreu o que se denominou de uma nova fundação da cidade. Sob a administração dos prefeitos Antônio Prado e Raimundo Duprat, a cidade passou por mais transformações urbanísticas e recebeu novas benfeitoria. Um levantamento em 1920, apontou que o município de São Paulo possuía uma população de 579.033 habitantes, o que significa um aumento de duas vezes em um espaço de 20 anos de acordo com Petrone (1955), a exemplo do que já havia ocorrido

entre 1870 e 1890. No entanto, o ritmo de crescimento foi inferior ao da década final do século XIX, quando a população quadruplicou em seu número, fenômeno motivado pela imigração europeia.

O estudo de Petrone (1955) revela que a cidade teve um aumento médio de 70.000 habitantes nos dois primeiros quinquênios do século XIX, ao passo que tal aumento passou a ser de 100.000 nos dois quinquênios ulteriores. Na década de 1910 ocorre um declínio da imigração, em virtude de uma pequena diminuição da entrada de italianos e do número daqueles que retornaram. O movimento imigratório no Estado de São Paulo chegou a ser quase deficitário. No período de 1900-1907, entraram 308.809 imigrantes e saíram 277.029.

Entre os anos de 1910 e 1915, a imigração em São Paulo retomou seu antigo ritmo, fenômeno atribuído à resolução da crise da imigração italiana, à melhoria da situação da lavoura cafeeira e ao crescente desenvolvimento industrial. A capital paulista demonstrava em suas atividades e cotidiano, uma capacidade de absorção relativa aos imigrantes que não se encontrava, no mesmo grau, em nenhuma outra região brasileira. Petrone (1955) ao descrever a ampliação da área urbana e o crescimento populacional, traça uma relação com a mudança da paisagem da cidade afetada pelas construções de novos prédios:

A expansão da área urbana e o crescimento demográfico repercutira naturalmente, no ritmo das construções urbanas. Na primeira década do século, o número de prédios passou de 21.656, em 1900, para 32.914, em 1910, o que significa um aumento de mais de 10.000 prédios, isto é, cerca de mil por ano. Ao terminar a segunda década, o total já atingia quase 60.000, o que corresponde a um aumento três vezes maior ao registrado no período anterior, com a média anual de 3.000 prédios (PETRONE, 1955, p. 145).

O século XX traz para São Paulo muitas manifestações do desenvolvimento não apenas econômico, mas cultural e artístico. Em 1922, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Luís Aranha, entre outros intelectuais e artistas, iniciam um movimento cultural, que assimilava as técnicas artísticas modernas internacionais, apresentadas na célebre Semana de Arte Moderna. Esta semana é considerada em muitas pesquisas o marco histórico do Modernismo no país. O evento de três dias não teve uma grande repercussão na mídia e na vida das pessoas na ocasião

Posteriormente, no entanto, com a realização de um número grande de pesquisas, discussões e polêmicas em torno, tornou-se um marco na historiografia do Brasil. Patrícia Reinheimer (2007) diz que a Semana de 1922 é citada em quase todos os estudos históricos e artísticos, que abordam temas como modernidade, transformação ou assuntos como o Estado Novo e a construção de uma simbologia nacional.

No setor educacional, Bruno Bontempi afirma que na capital paulista, entre os anos de 1900 e 1920, ocorreu um crescimento em massa da população em idade escolar no sistema de ensino. Um processo que enfrentou grandes dificuldades:

Os grupos escolares, à medida que se irradiavam do centro para os bairros operários, iam perdendo o caráter de instituição exemplar e tomando o mau aspecto de mais um dos serviços precários prestados pelo poder local aos periféricos, em um momento de vertiginoso crescimento demográfico e urbano, notadamente na Capital. (BONTEMPI, 2008, p. 269).

Todo este crescimento nas dimensões sociais, econômicas, educacionais e culturais, teve grande influência na escolha dos líderes adventistas ao buscar a cidade de São Paulo para reiniciar seus investimentos educacionais.

As atividades do Colégio Adventista na cidade de São Paulo, iniciaram no dia 6 de maio de 1915. O casal John e Augusta Boehn entraram na propriedade com mais cinco rapazes e uma moça. Em 02 de agosto foi lançada a pedra fundamental do primeiro edifício do colégio. Segundo Roberto Azevedo, a liderança da Igreja Adventista tinha a seguinte pensamento:

Os pioneiros tinham a visão de que a escola era, em essência, uma forma dinâmica e sólida de expandir a Igreja Adventista na América do Sul. Eles aceitavam e praticavam o conselho de Ellen White de que 'em todas as nossas igrejas devem haver escolas'. Para eles, a escola adventista era um elemento fundamental de expansão da Igreja. (AZEVEDO, 2004, p. 33).

A opção pela região de São Paulo para estabelecer uma instituição de ensino significava uma escolha estratégica para o crescimento da igreja adventista. A expansão para além das comunidades alemãs e alcançar os brasileiros de fala portuguesa exigia uma escola que ensinasse em português e pudesse formar obreiros nativos. A propriedade adquirida

para o estabelecimento do colégio era um espaço de 145 hectares. A opção pela zona rural de São Paulo, até esse momento município de Santo Amaro, indica uma escolha na direção contrária dos empreendimentos de outras correntes protestantes que aconteceram na cidade e no estado.

3. A consolidação do Colégio Adventista Brasileiro

Para Viñao Frago (2001 p. 31), o estudo crítico do ideário educacional ou a cultura institucional escolar, é de grande importância pois "os mesmos também mudam, não são eternos". Identificar as permanências e rupturas dos ideais de uma instituição confessional pode ajudar na compreensão dos objetivos atuais desses colégios, pois com as mudanças culturais, sociais, políticas e econômicas no país e no mundo, ao longo das últimas décadas, é possível que esses colégios confessionais tenham passado por transformações que modificaram sua forma de atender à comunidade escolar, a percepção do serviço que oferecem ou mesmo os objetivos pelos quais surgiram.

Segundo Vieira (2011) a década de 1870 é considerada por alguns como um divisor de águas na história da educação brasileira, significando o início de uma nova etapa de relevantes transformações que atingiram vários setores da vida do país. Nesse período, a província de São Paulo foi responsável por um grande crescimento populacional. Ocorreu, nessa época, um deslocamento do centro de desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro para São Paulo, tendo como motivação o desenvolvimento do setor da industrialização do café no Oeste paulista e as consequentes inovações no setor de comercialização do produto.

Hilsdorf (1977), ao descrever as instituições de ensino estadunidense protestantes na Província de São Paulo, afirmou que o ensino protestante era considerado, em sua estrutura, um modelo distinto do ensino católico. De acordo com a pesquisadora, além do fato de as escolas estadunidenses protestantes serem diferentes das escolas paulistas, públicas ou privadas, é importante considerar a ideia da associação dos princípios católicos com um espírito aristocrático, conservador e com métodos antigos, e a visão dos protestantes como versão religiosa dos ideais liberais e democráticos que defendiam as lideranças políticas e culturais da Província de São Paulo, que desejavam uma renovação nas escolas.

As lideranças progressistas paulistas liberais e democratas, apoiavam as escolas estadunidenses e muitos desses líderes colocavam seus filhos nessas escolas. Esses

estabelecimentos de ensino representavam para a elite paulista a manifestação e experimentação dos ideários estadunidenses de democracia e liberdade.

Hilsdorf (1986) lembra que essas instituições eram organizadas dentro do padrão estadunidense. Rangel Pestana (1839-1863) importante político do Partido Republicano, jornalista e um dos fundadores do jornal O Estado de S. Paulo, participou da história do surgimento das primeiras escolas estadunidenses de confissão protestante, instaladas em São Paulo.

As igrejas protestantes, segundo Hilsdorf (1977), iniciaram sua ação no Estado de São Paulo a partir de 1863, com a instauração da Igreja Presbiteriana do Norte na cidade de São Paulo e dois no município de Brotas (1865) e na cidade de Sorocaba (1869). A Igreja Metodista funda seu primeiro templo na cidade de Santa Bárbara (1871) e em Piracicaba (1881). Os Batistas, por sua vez, iniciaram suas atividades no município de Santa Bárbara (1871) e no município de São Paulo (1899).

A primeira escola protestante no estado de São Paulo, foi o Colégio Internacional (1869), fundado na cidade de Campinas. A capital paulista recebeu em 1870, por iniciativa de Mary Chamberlain, a Escola Americana que mais tarde se tornou o Mackenzie College, de tradição presbiteriana.

Vieira (2011) comenta que em 1878, a Escola Americana havia se transformado no centro das atenções e de comentários. Esse destaque se dava não somente por seus métodos pedagógicos inovadores, mas pela presença de mestres de grande preparo intelectual. A Igreja Batista inicia as suas atividades educacionais no ano de 1902 com o Colégio Batista Brasileiro.

Andrade (2019) escreve que nas primeiras décadas do início da República, os estados brasileiros do Sudeste ganharam maior protagonismo no cenário social e político-econômico. Por possuir grandes lavouras de café, ter recebido grande diversidade de imigrantes europeus e dispor de extensas estradas de ferro, o estado de São Paulo detinha grande parte do monopólio do desenvolvimento nacional e do mercado interno.

Nesse momento ainda se vivia um período de transição do período do Império para a consolidação da República. Para Carvalho (1998, p. 110) a "propaganda republicana se fez em parte em torno do argumento de que a república fazia parte da identidade americana. República e América eram o novo, o progresso, o futuro".

Esse era um período de necessidade de um projeto nacional de educação. Este período encontrava-se cercado por muitas correntes ideológicas, entretanto, as mais marcantes enfatizavam a ideia de "insuficiência do povo", a cultura de "ilustração

brasileira", bem como o interesse de grupos dominantes regionais (ROCHA, 2006, p. 134-136). As escolas estadunidenses das principais denominações protestantes (Metodistas, Batistas, Presbiterianas) se estabeleceram no território paulista no fim do século XIX e início do século XX.

Essas escolas gozavam de boa reputação entre as lideranças paulistas, pois para estas "[...] havia a certeza de que a riqueza e o progresso dos Estados Unidos decorriam da obra educacional de seus fundadores" (BONTEMPI JR., 2008, p. 275). Segundo Hilsdorf (1998) para a liderança paulista as experiências das práticas educacionais americanas adotadas nas escolas americanas no final do século XIX consistiam em provas da superioridade desse modelo em relação às escolas monárquicas.

Querido (2011) relata que os colégios protestantes estadunidenses organizavam seus estudos de forma seriada e progressiva. Além das classes de ensino normal, ofereceriam classes de ensino profissionalizante. Em relação ao currículo, ofereciam conteúdos literários e científicos, trabalhos manuais como treino para os estudos nos laboratórios, atletismo, educação física e ginástica.

As instituições de ensino protestante contribuíram para mudanças na educação pública paulistana. Essas contribuições se caracterizaram pela implantação de novos métodos pedagógicos, introdução da educação cooperativa entre meninos e meninas, valorização da educação feminina e inovação do currículo. Nesse contexto de atuação das instituições de ensino protestante é que o Colégio Adventista vai se estabelecer na zona sul da cidade.

Em 1915, de acordo com Hosokawa (2001), o estado de São Paulo concentrava pouco mais de 15% dos membros da Igreja Adventista do país. Havia um total de 300 membros. No município de Santo Amaro a Igreja Adventista foi inaugurada em 17 de janeiro de 1915.

Um dos novos conversos das conferências evangelísticas realizada na Igreja Adventista de Santo Amaro, Pantaleão Teisen, descendente dos imigrantes católicos que se estabeleceram em terras localizadas entre Santo Amaro e Itapecerica da Serra, soube que os Pastores Jonh Lipke e Read Spies estavam procurando uma propriedade para o novo colégio missionário e ofereceu uma propriedade na região que viria a ser o Capão Redondo.

O casal Augusta e John Boehm, missionários russo-germânicos, haviam chegado em 1913 no Brasil. O casal tinha estudado no União College, instituição de ensino em Nebraska-EUA. Haviam pastoreado igrejas e grupos de fiéis adventistas localizados em núcleos alemães adventistas em Nova Europa e Ibitinga no interior do estado de São Paulo.

O diretor da Missão Paulista dos Adventistas John Lipke, sabendo da experiência de Boehm com fazendas no Kansas e sua prática em construções adquirida na Califórnia, deu a missão ao casal Boehm de dirigir o empreendimento que contou com o apoio do próprio pastor John Lipke, que já possuía experiência como professor de escolas paroquias e colégio missionário, conforme descreveu Hosokawa (2001).

No dia 06 de maio de 1915 foi tomada a posse do terreno e os alunos começaram a chegar do Espírito Santo, Goiás, Pernambuco, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. Foram montadas barracas e iniciada a construção de uma represa para abastecimento do acampamento. No dia 3 de julho as aulas começaram com 12 alunos.

Com a primeira Guerra Mundial, na Europa os líderes da Igreja Adventista estavam apreensivos com a convocação dos membros da igreja na Alemanha para os campos de batalha. A Igreja Adventista na Alemanha, que havia contribuído com muitos missionários e principalmente com dinheiro, vinha enfrentando sérias dificuldades econômicas.

Discussões sobre o recrutamento de membros para a guerra e outros dogmas gera uma cisão na igreja e o enfraquecimento da Igreja Adventista na Alemanha. Em 1916 surge o movimento separatista da igreja denominado Igreja Adventista da Reforma. Nesse momento a Igreja Adventista Alemã deixa de enviar missionários para os continentes africano e sul-americano. E é nesse momento que para Hosokawa (2001) o adventismo na América do Sul passa a sentir uma maior influência nos Estados Unidos da América.

O ano letivo de 1915 foi uma espécie de curso introdutório para os estudantes. Em razão dos alunos chegarem de diferentes regiões do país, cada um tinha uma formação diferenciada. Os professores se esforçavam inicialmente para homogeneizar o grupo e introduzir novas disciplinas. Até o início de 1917, as aulas foram dadas em português alemão e inglês. O próprio casal Boehm ainda não dominava o português.

A declaração de guerra do Brasil contra os alemães impacta as práticas no novo colégio em Santo Amaro, conforme descreve Hosokawa:

Com a declaração de guerra assinada pelo presidente Venceslau Brás em 27 de outubro de 1917, o antigermanismo atingiu a igreja que tinha mais de 70% dos membros em regiões com forte presença alemã. Boa parte dos presidentes de campo e departamentais da IASD no Brasil eram alemães natos ou de origem germânica nascidos nos Estados Unidos. Esses teuto-americanos mantinham uma forte germanidade que associava dois conceitos de "superioridade" cultural e doutrinária, ressaltado pela

compreensão da doutrina adventista como "verdade", isto é, convicção de verdades a serem melhor compreendias ou destacadas. (HOSOKAWA, 2001, p. 82).

Em 1917, a maioria dos missionários que estavam no Brasil era cidadãos naturalizados ou nascidos nos Estados Unidos, mesmo falando a língua germânica. Rabello (1990) relata que um jornalista de São Paulo, notando grande movimentação de estudantes alemães e construções numa região isolada de Santo Amaro, resolveu denunciar através de um jornal a "fortaleza alemã no Capão Redondo". Segundo relado de Rabello (1990) 130 homens armados cercaram e revistaram o Colégio Adventista, não encontrando nada que fosse julgado fora do normal. Rabello ainda afirma:

Todos os sótãos, porões, salas, quartos, escritórios, depósitos, etc. foram revistados encontrando-se, apenas uma espingarda para atirar nos gambás que vinham atacar as galinhas. Um oficial foi à hidrelétrica acompanhando pastor Boehm e examinou tudo. Em seguida os militares interrogaram o pessoal do seminário, mas não encontraram nada que o comprometesse. Enquanto as mulheres foram à cozinha preparar suco de uva para oferecer aos militares, o professor Paulo Henning convidou a todos para o salão nobre, de então, e o coral cantou alguns hinos dedicados aos defensores da pátria os quais, por sua vez, responderam com o cantar do Hino Nacional Brasileiro, Depois, professores, alunos e militares juntos, deram "viva o Brasil! "Viva o exército brasileiro"! "Viva o Seminário Adventista!". (RABELLO, 1990, p. 54-55).

A instituição para não ser fechada, teve que buscar professores brasileiros e que fossem membros da igreja adventista para lecionar matérias exigidas pela legislação como língua portuguesa, história do Brasil e geografia do Brasil. Com a presença de moças na instituição, em torno de 35% das matrículas a instituição investe em um outro prédio para servir de resistência para as moças do internato. Em 1920 inicia-se as atividades de uma escola primaria para o estágio e aplicação das metodologias das chamadas normalistas que estudavam na instituição.

Com o passar dos anos, a presença maior dos alunos proveniente do Sul foi dando espaço para os alunos de outros estados como Bahia, Alagoas e Pernambuco. O número de

alunos de São Paulo aumentava com a expansão da igreja na capital e no interior de São Paulo.

Os primeiros missionários formados pelo colégio saíram para o atuar no evangelismo da igreja em 1918. Em 1936 o colégio atinge o número de 100 alunos, formando 27 pastores, 25 professores, 15 obreiros atuando em escritórios, alguns como redatores da publicadora dos adventistas no Brasil, além daqueles que foram atuar em países como Angola e Portugal.

O crescimento industrial no Brasil acentuado durante o governo Vargas, refletiu no Colégio Adventista. Hosokawa descreve a evolução do setor de produção de alimentos mantida na instituição:

O incremento industrial brasileiro acentuado durante o governo de Vargas, por ocasião da II Guerra Mundial pode ser visivelmente acompanhando pela produção de suco de uva. No final dos anos 1930 eram produzidos menos de 50 mil unidades.

Em 1947 uma variedade de geleias, sucos e outros alimentos eram processados, com mais de 500 mil unidades de sucos de uva. No último quadriênio de 1942-1945 a escola manteve e aumentou significativamente os alunos industriais com um nível de subvenção cada vez mais reduzido em função dos ganhos financeiros da instituição. (HOSOKAWA, 2001, p. 90).

Os alunos da instituição aprendiam a cultivar e a plantar uvas para a produção comercial de suco. Outros produtos começaram a ser produzidos pelo colégio como o melado, pasta de amendoim, sucos e geleias de abacaxi, amora, framboesa, morango e maracujá transformando aquilo que era um departamento da instituição numa indústria no início do ano de 1940, que em 1941 surge com o nome de Superbom.

Com a nova indústria são ampliadas as ofertas de vaga e emprego para os alunos que não possuíam recursos financeiros para custearem seus estudos. A ampliação do departamento industrial ocorreu durante o acelerado processo de industrialização que ocorria no Brasil no período da II Guerra Mundial. A oferta de produtos do colégio aumentava a cada ano e passou a ser comercializado em outros estados, sendo inclusive premiado na IV e V Feira Nacional de Indústrias de São Paulo.

Andrade (2019) em sua pesquisa comenta que havia uma boa relação da instituição com a prefeitura da cidade de São Paulo. Essa boa relação proporcional ao colégio algumas conquistas como em 1963, quando foi inaugurada uma piscina, com recursos doados pela

prefeitura do município. Na ocasião o prefeito Adhemar de Barros (1901-1969), após um discurso de inauguração, empurrou para dentro da piscina um estudante promovendo o início das atividades na piscina.

Andrade (2019) menciona que o ex-presidente Jânio Quadros fez mais de uma visita ao colégio e demonstrava admiração, além de profundo conhecimento da filosofia e da obra adventista. O vereador e deputado federal por São Paulo Gióia Junior frequentava a instituição.

O nome Colégio Adventista Brasileiro permaneceu por mais de 20 anos, até que em 1962, o colégio passou a se chamar Instituto Adventista de Ensino (IAE). Em 1968, criouse o primeiro curso de ensino superior, a Faculdade de Enfermagem. Em 1973, foi inaugurada a Faculdade de Educação.

Um acontecimento mudaria de forma significativa os rumos do atual Instituto Adventista de Ensino, quando em 1979 um decreto de desapropriação foi assinado por Olavo Setúbal, então prefeito de São Paulo. De acordo com a reportagem do jornal Folha de S. Paulo (1979), de 10 de outubro de 1979, a instituição possuía uma propriedade de um milhão de metros quadrados na estrada de Itapecerica da Serra, e aguardava desde maio por uma definição da desapropriação.

O governador do Estado de São Paulo, Paulo Maluf, e o prefeito da cidade, Reynaldo de Barros (1931-2011), visitaram a instituição no ano de 1981 e em julho de 1983 saiu o decreto definitivo da desapropriação. O decreto permitiu aos adventistas continuaram com as atividades do colégio em uma área de 20%, sendo que pelos outros 80% que foi desapropriado, o colégio recebeu em parcela única 4,3 milhões de dólares.

Parte deste montante foi usado para a aquisição de uma propriedade de 830 hectares no município de Engenheiro Coelho - SP na região de Campinas, onde hoje está estabelecida a maior instituição adventista de ensino superior no Brasil.

A partir de 1985, a instituição passou a ser bi campi: campus de São Paulo (UNASP-SP) e campus de Engenheiro Coelho (UNASP-EC). Em 2002, o UNASP passou a ser uma instituição tri campi, ao incorporar o Instituto Adventista de São Paulo (IASP), fundado em 1949 e localizado na cidade de Hortolândia. O IASP passou a ser então denominado UNASP, campus Hortolândia (UNASP-HT).

No ano de 2018 o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp) decidiu pelo tombamento do UNASP-SP conforme apontou reportagem de Mengue para o jornal Estado de S. Paulo:

O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp) decidiu tombar a sede do Centro Universitário Adventista de São Paulo (Unasp), localizado no Capão Redondo, zona sul da cidade de São Paulo. O espaço é datado dos anos 20. A decisão levou em consideração a "representatividade e importância" da instituição como "polo indutor de urbanização" do bairro no século 20. O tombamento foi requerido em 2012 por um ex-aluno. Em breve, a decisão será publicada em Diário Oficial e, se não houver contestação, será acatada pela Secretaria Municipal de Cultura. A decisão do Conpresp foi unânime, embora parte das edificações do local tenha passado por alterações nas características originais (MENGUE, 2018).

O UNASP-SP atualmente atende estudantes do berçário à pós-graduação, oferecendo dois programas de mestrado na área de saúde e educação. O UNASP-SP é a instituição adventista com mais tempo em atividade no Brasil.

Capítulo II – Do Período Vargas (1930-1945) à primeira década da Ditadura Civil-Militar (1964-1974): a trajetória do Colégio Adventista Brasileiro observada por meio do impresso *O Colegial*.

1. Colégio Adventista Brasileiro e o período Vargas

Segundo Guarda (2015) depois dos primeiros anos em que o Colégio Adventista foi administrado pelos pioneiros, nos vinte anos seguintes o colégio é liderado por diretores norte-americanos. Em seguida a instituição vive no Brasil o período chamado de Nacionalização. Para Guibernau (1997), desde a Revolução Francesa o nacionalismo tem sido insuflado pelo Estado através das escolas.

A reforma na educação foi o ponto de partida para o governo de Getúlio Vargas. As primeiras medidas nacionalizadoras aconteceram durante a I Guerra Mundial, alcançando as escolas primárias particulares de língua alemã. Decretos estaduais mudaram os currículos para incluir disciplinas de língua portuguesa obrigando a adoção de livros didáticos de autores brasileiros. Estas medidas perderam seu efeito após a guerra e somente o estado de São Paulo procurou nacionalizar o ensino primário segundo Seyferth (1999).

A década de 1930 iniciou de forma agitada, com revoltas que levaram a saída do presidente Washington Luís do posto de presidente da República, ocasionando um novo cenário político no país. A transição no governo federal ocorreu em um momento de profundas transformações políticas, sociais e econômicas, as quais refletiam a insatisfação da população com temas que estavam relacionados a possibilidade de acesso a condições dignas de emprego, renda e educação. Neste cenário, ganhou popularidade o nome de Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954) para ocupar a chefia do executivo federal.

Quadros (2013) lembra que ao assumir a presidência em outubro de 1930, Getúlio Vargas ficaria no poder quinze anos. Nesse período, exerceu o poder, inicialmente, na forma de governo provisório, de 03 de outubro de 1930 a julho de 1934, referendado pelo Decreto nº 19.398, sendo nomeado chefe do Governo Provisório, reunindo em suas mãos as funções e atribuições não somente do Poder Executivo bem como do Poder Legislativo, o que se expressava por sua prerrogativa de elaborar decretos-leis. Em um segundo momento, Vargas governou como presidente eleito, de forma indireta e constitucional, de julho de 1934 a novembro de 1937, quando iniciou o governo ditatorial até 1945.

O novo governo aboliu as leis que regulamentavam a organização política do país e estabeleceu novas orientações de cunho centralizador e sob seu controle. Fausto aponta algumas ações que foram executadas no início do governo Vargas:

Todos os antigos governadores, com exceção do novo governador eleito de Minas Gerias, foram demitidos e, em seu lugar, nomeados interventores Federais. Em agosto de 1931, o chamado Código de Interventores estabeleceu as normas de subordinação destes ao poder central. Limitava também a área de ação dos Estados, que ficaram proibidos de contrair empréstimos externos sem a autorização do governo federal: gastar mais de 10% da despesa ordinária com os serviços da polícia militar; dotar as polícias estaduais de artilharia e aviação ou armá-la em proporção superior ao Exército. (FAUSTO, 2007, p. 333).

Sobre o cenário econômico, no início da sua trajetória como presidente da República, Getúlio Vargas enfrentou uma situação econômica instável. Segundo Boris Fausto (2007), a crise mundial trouxe como consequência uma produção agrícola sem mercado consumidor equivalente, levando à ruína de fazendeiros e ao desemprego nas grandes cidades, bem como a receita das exportações caíra bruscamente.

Para enfrentar esse cenário difícil, o governo obteve apoio estratégico de vários setores, com destaque para o setor militar, com o apoio dos tenentes. Uma instituição que serviu de base importante para o novo governo e que pretendia ampliar sua participação política foi a Igreja Católica, a qual levou grande massa de fiéis católicos a apoiar o governo. Fausto (2007) apresenta marcos que foram estabelecidos para estreitar os laços estabelecidos entre Igreja e Estado:

Marco simbólico da colaboração foi à inauguração da estátua do Cristo Redentor no Corcovado, a 12 de outubro de 1931 – data do descobrimento da América. Getúlio e todo o ministério concentram-se na estreita plataforma da estátua, pairando sobre o Rio de Janeiro. Aí, o Cardeal Leme consagrou a nação 'ao Coração Santíssimo de Jesus, reconhecendo-o para sempre seu Rei e Senhor'. A igreja levou a massa da população católica a apoiar o novo governo. Este, em troca, tomou medidas importantes em seu favor, destacando-se um decreto, de abril de 1931, que permitiu o ensino da religião nas escolas públicas. (FAUSTO, 2007, p. 26)

Segundo Quadros (2013) muitas pressões ocorreram contra o governo de Getúlio Vargas, grande parte delas vinha da elite de São Paulo, que defendia a constitucionalização do país com base nos princípios da democracia liberal. Como forma de amenizar as cobranças que estava sofrendo, o governo promulgou o Código Eleitoral de 1932, o qual trouxe novidades, como a obrigatoriedade do voto e seu caráter secreto. Pela primeira vez, seria reconhecido o direito de voto das mulheres.

As medidas refletiam ações que impactavam os direitos civis e que repercutiram na sociedade, fortalecendo a posição do governo, minimizando e tirando o foco de outras questões políticas, econômicas e sociais que permaneciam sem ação do governo.

Fausto (2007) escreve que como a insatisfação não diminuiu, foi deflagrada a Revolução Constitucionalista, em nove de julho de 1932, de São Paulo contra o governo federal. O plano dos revolucionários era realizar um ataque contra a capital do país, colocando o governo federal diante da necessidade de negociar. O plano não deu certo.

Apesar da oposição dos paulistas despertar a simpatia na classe média carioca, a revolução ficou militarmente confinada ao território de São Paulo. Outras elites regionais como a do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais não se quiseram correr o risco de enfrentar as armas e o governo o qual haviam ajudado a colocar no poder. Em 1933 o governo provisório de Vargas promulga uma nova Constituição em 16 de julho de 1934. A nova Constituição contemplava mudanças na ordem econômica, social, da família, educação, cultura e segurança nacional.

No período entre 1937 e 1945, o ensino escolar é utilizado pelo governo com a finalidade de eliminar focos considerados contrários à ideologia getulista. A imposição aos professores de lecionar utilizando a língua portuguesa, a mudança do currículo com obrigatoriedade do ensino de Geografia e História do Brasil, além do ensino de Educação Moral e Cívica. Não podemos deixar de mencionar a disciplina de Educação Física que passava a ter uma orientação militar.

A década de 30 representou um momento histórico em que setores da sociedade iniciaram articulações que resultaram em um movimento chamado Ação Integralista Brasileira (AIB). Em outubro de 1932, após a Revolução Constitucionalista, Plínio Salgado e outros intelectuais fundaram o AIB em São Paulo. O lema do movimento era "Deus, Pátria e Família" e seus objetivos eram a intervenção do Estado na economia e o combate ao capitalismo financeiro.

Como relata Fausto (2007), houve um confronto intenso entre os integralistas e comunistas com relação à organização da sociedade. Os integralistas baseavam sua filosofia em abordagens conservadoras, como a família tradicional, a tradição cultural do país e a centralidade da Igreja Católica. Já os comunistas estavam fundamentados em concepções e programas reformistas e eram revolucionários em sua luta por mudança social.

Eles defendiam a luta de classes, eram críticos das religiões e preconceitos e queriam a emancipação nacional por meio da luta contra o imperialismo e a reforma agrária. No dia 30 de março de 1935 no Rio de Janeiro, é criada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), sob a liderança de Luís Carlos Prestes.

De acordo com Quadros (2013), em de julho de 1935, Carlos Lacerda leu um manifesto de apoio à derrubada do governo de Getúlio Vargas e a tomada do poder por um governo popular, nacional e revolucionário. O acontecimento contribuiu para que aumentasse a repressão do governo às organizações como a ANL, ocasionando o fechamento do partido em 11 de julho de 1935. Ocorreram vários prisões e insurreições orquestradas pelo governo federal para garantir a continuidade do regime centralizador, abafando todas as iniciativas revolucionárias insurgentes.

Em meio à instabilidade e às disputas anteriores à eleição que ocorreriam em 1938, foram feitas especulações sobre a formulação de um plano de ação política pelos revolucionários, chamado COHEN, que não pode ser comprovado.

No entanto, um oficial integralista capitão Olímpio Mourão Filho foi surpreendido, em setembro de 1937, datilografando no Ministério da Guerra um plano de insurreição comunista. O suposto plano causaria violência nas ruas, nos lares, massacres, saques, incêndios de igrejas. Como reação imediata do governo, foi aprovado pelo Congresso o estado de guerra e suspenso os direitos constitucionais por 90 dias.

Gomes (1996) relata que Vargas então toma o poder de forma autoritária. Contendo os movimentos de oposição, o governo fechou as entidades que promoviam as leis para a organização social e jurídica do país, o Parlamento, as Assembleias estaduais e as Câmaras Municipais foram dissolvidas, sendo substituídas através da criação de um complexo quadro jurídico-institucional que estabeleceu novos padrões para o governo e criou mecanismos necessários para viabilizar à interferência do Estado nos diferentes setores da sociedade.

Vargas atribuiu grande importância ao campo educacional, com maior ênfase ao ensino profissional, buscando o preparo de profissionais para o crescimento industrial. Entretanto, apesar do ministro da Educação Gustavo Capanema ter promovido uma reforma do ensino secundário, sua maior preocupação foi organizar o ensino industrial, com o

objetivo de preparar mão de obra qualificada. O setor educacional foi um espaço de disseminação das ideias do regime, com o objetivo de formar novas gerações de acordo com a proposta de Getúlio.

Beisiegel (1984) afirma que o objetivo de Vargas era a democratização da educação, que desenvolveu dois movimentos diferentes e complementares. O primeiro movimento consistiu no aumento das matrículas nos vários níveis do ensino, principalmente naqueles cursos entendidos como destinados à formação comum dos brasileiros. O outro referia-se à eliminação dos antigos e diferenciados tipos de níveis de ensino, que era destinado a diferentes clientelas, sendo sua gradual substituição por um modelo único de escola.

O primeiro ministro da educação no Brasil foi Francisco Campo, que permaneceu na função no período de 1930 a 1932. Campos propôs inúmeras reformas, seguindo as diretrizes de Vargas. As novas diretrizes ficaram conhecida como a Reforma Francisco Campos. Em 1931, o Decreto nº 19.941, de 30 de abril estabeleceu o ensino religioso de forma facultativa nas instituições de instrução primária, secundária e normal. Ficou estabelecida, no Art. 50, que a inspeção e vigilância do ensino religioso pertenciam ao Estado no que respeita à disciplina escolar, e às autoridades religiosas, no que se refere à doutrina e à moral dos professores. Saviani (2010) destaca à inserção do ensino religioso nas escolas oficiais, afirmando que isso ocorria pela primeira vez no período republicano. Por meio desse Decreto, o Ministro atendia ao pedido da Igreja Católica.

Qual o significado dessa aliança? Como explicar que um adepto do escolanovismo, ao assumir o posto de autoridade máxima dos assuntos educacionais da república, tenha tomado medida em benefício da Igreja Católica? Por um lado, essa situação não se configura tão estranha, uma vez que estava respaldada por importantes precedentes históricos, como se pode ver pelos processos de restauração na Europa em meados do século XIX. O exemplo mais contundente desse fenômeno deu-se na França, onde a burguesia, após ter atacado violentamente a Igreja enquanto componente do "Antigo Regime", a ela se aliou diante do temor do avanço do movimento operário. E no Brasil das décadas de 1920-1930 também estava em causa esse temor num momento em que se procurava converter a questão social de caso de polícia, como fora tratada na República Velha, em questão política [...] (SAVIANI, 2010, p. 196)

O novo sistema educacional refletia dois aspectos, o impulso da revolução, que buscava a transformação na sociedade com a inserção de mecanismos educacionais para promover o desenvolvimento dos cidadãos e a busca do poder centralizador por parte do governo. Nesse momento, ganhou destaque um grupo de intelectuais, cujo ideal não era compartilhado por todos de forma igual, mas todos desejavam uma nova educação, como o objetivo de renovação. E foi este objetivo que uniu esse grupo

Esses intelectuais redigiram um documento, chamado Manifesto dos Pioneiros, no ano de 1932, que analisava a história do ensino no Brasil e as reformas educacionais presentes nesse período, com crítica ao sistema educacional e apresentando possibilidades para um novo sistema de educação, que contemplasse um ensino para todos os brasileiros em todas as dimensões do ensino. Esse documento foi assinado por 26 intelectuais, que estavam de alguma forma ligados à educação e à cultura do país.

Entre os signatários estavam Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, A. de Sampaio Dória, Anísio Spinola Teixeira, M. Bergström Lourenço Filho, Roquette-Pinto, J. G. Frota Pessoa, Julio de Mesquita Filho, Raul Briquet, Mário Casasanta C., Delgado de Carvalho, A. Ferreira de Almeida Jr., J. P. Fontenelle Roldão Lopes de Barros, Noemy M. da Silveira, Hermes Lima, Attílio Vivacqua, Francisco Venâncio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Meireles, Edgar Sussekind de Mendonça, Armanda Álvaro Alberto, Garcia de Rezende, Nóbrega da Cunha, Paschoal Lemme, Raul Gomes.

Todas estas mudanças foram incorporadas ao cotidiano das escolas. As mudanças na legislação, como a exigência de brasileiros natos ou naturalizados e graduados em escolas brasileiras para a direção e docência, tornaram inviáveis às escolas étnicas, levando ao encerramento de suas atividades. Nas instituições que perseveraram, as práticas pedagógicas, os currículos e a relação com a comunidade local foram marcados pela incorporação dos conteúdos patrióticos. Segundo Seyferth:

O estímulo ao patriotismo, o uso de símbolos nacionais e comemorações das datas nacionais também são pontos destacados na legislação federal. Militares que participaram da campanha deram especial atenção ao civismo como instrumento de assimilação e meio de formação de uma "consciência nacional". Nesse aspecto, a questão educacional extrapola os limites da escola para chegar à população adulta através de solenidades públicas de exaltação aos símbolos e heróis nacionais. (SEYFERTH, 1999, p. 220)

Seitenfus (1985) afirma que o projeto de nacionalização de Getúlio Vargas ganhou maior ênfase em 1938, com a chegada de Osvaldo Aranha (1894-1960) ao Ministério das Relações Exteriores. Nesse período, muitas medidas foram adotadas visando a assimilação imediata das minorias estrangeiras.

A liberdade de ensino que até então havia sido concedida para as escolas étnicas foi revogada. Getúlio Vargas buscava transformar o pluralismo étnico que até então existia no Brasil. No novo modelo de centralização política o tema da educação assumiu o status de prioridade para Vargas, conforme destaca Schwartzmann (2005), com a formação do Ministério da Educação e Cultura:

Existe muita literatura sobre as ideias e a obra desses pioneiros e sobre o que o governo de Getúlio Vargas e seus ministros, Francisco Campos e Gustavo Capanema, conquistaram ou deixaram de conquistar no âmbito da educação. Os proponentes da reforma educacional se dividiam profundamente, com base em princípios ideológicos e doutrinários, indo desde os fascistas autoritários (Francisco Campos) e os católicos ultramontanos (Alceu Amoroso Lima) até os pragmatistas do tipo americano (Anísio Teixeira) e os que acreditavam nos poderes científicos da nova pedagogia (Lourenço Filho e Fernando de Azevedo), chegando aos marxistas (Paschoal Lemme). Uma parte dos conflitos em questão estava ligada ao pacto assinado entre Vargas e a Igreja Católica conservadora, segundo o qual o ensino brasileiro seria reorganizado sob a supervisão e direção da Igreja [...] (SCHWARTZMANN, 2005, p. 23)

Instituições como igrejas e escolas étnicas foram alvos do governo de Vargas, em razão dos seus projetos educativos. No entanto, de acordo com Silva (2010), ocorreram reações às medidas de nacionalização por parte de pastores estrangeiros, padres e até de bispos. Até os anos 1940, o governo não conseguiu impor a obrigatoriedade de realização de missas e sermões em língua nacional devido à reação por parte do clero.

Silva (2010) comenta que a reação dos religiosos fez o governo temer que a situação tomasse maiores proporções, ao se estabelecer um conflito, principalmente no caso da Igreja Católica. Essa situação levou o governo a cogitar uma nacionalização do clero, porém, rapidamente se percebeu que tal projeto era inviável considerando a insuficiência de padres brasileiros para atender aos fiéis.

O conflito entre Estado e igreja estaria definitivamente aberto, caso não se tentasse e efetivamente não se realizasse um pacto entre ambos. Frente à mesma questão — a da conveniência com núcleos estrangeiros no Brasil — duas estratégias opostas se cruzavam. O Estado não abria mão do projeto de nacionalização que implicava na uniformização cultural, mesmo que para isso tivesse que utilizar métodos coercitivos e violentos; a Igreja, por sua parte, não se oporia — ao contrário, até estimularia — à preservação da cultura estrangeira se por esse caminho visse portas se abrirem à missão de multiplicar seus fiéis (SCHWARTZMAN, BOMENY & COSTA, 1984, p. 162).

Outras diretrizes foram impostas, a fim de garantir a manutenção da desejada identidade e unidade nacional. Kreutz (2000) descreve que a partir do ano de 1938 todo o material didático utilizado nas escolas deveria obrigatoriamente estar em língua portuguesa, assim como apenas poderiam ser admitidos nas escolas professores e diretores que fossem brasileiros natos.

O governo federal ambicionava uma escola como espaço de reprodução de formas de pensar e agir em conformidade com o projeto nacionalista. Neste contexto político, o Colégio Adventista promoveu alterações em sua gestão, passando a denominar-se Colégio Adventista Brasileiro. Nesta nova fase da instituição assume a direção do colégio um exaluno por nome Domingos Peixoto da Silva (1898-1980), que administrou a instituição de 1939 a 1947.

Peixoto formou-se no Colégio Adventista Brasileiro, quando ainda era Seminário Adventista, em 16 de dezembro de 1922, sendo integrante da primeira turma de graduação do curso de teologia. Mais tarde também estudou direito por dois anos na Escola Superior de Direito, atual Universidade de São Paulo, USP. Atuou como pastor evangelista na região Sul e Sudeste até 1933 quando foi chamado para retornar ao Colégio Adventista Brasileiro como professor do curso de teologia.

Silva (1972) afirma que ano de 1935 Domingos Peixoto foi enviado para os Estados Unidos com o objetivo de aprimorar seus conhecimentos em teologia no Pacific Union College, instituição adventista localizada na Califórnia. Após retornar para o Brasil em 1937, foi nomeado diretor do ensino secundário do Colégio Adventista Brasileiro, que havia sido oficializado pelo governo brasileiro naquele ano.

Anterior à gestão de Domingos Peixoto, o Colégio Adventista Brasileiro foi administrado por 04 diretores estadunidenses: Thomas W. Steen dos anos de 1918 a 1927, George B. Taylor de 1928 a 1931, Ellis R. Maas de 1932 a 1937 e Lloyd E. Downs de 1937 a 1938.

No caso da Igreja Adventista no Brasil, o primeiro presidente brasileiro da igreja seria nomeado apenas em 1975, quando o ex-aluno e editor de *O Colegial*, Enoch de Oliveira (1924-1992), seria indicado como presidente, estando à frente da igreja até o ano de 1980. O adventismo se estabeleceu no Brasil nos moldes estadunidense, local de sua origem. Esse período que antecedeu a gestão de Domingos Peixoto, também foi um período da *Americanização*⁷ que o ocidente viveu.

Warde (2000) comenta sobre o papel que os Estados Unidos ocupavam no fim do século XIX e início do século XX na configuração de novos modelos de cultura e novos padrões intelectuais e morais. O americanismo foi um acontecimento de mudança radical de toda uma cultura, fundamentando reformas econômicas, intelectuais e morais.

Gramsci (1978) viu no americanismo a recriação do sujeito e a produção de um novo modelo de sociedade. O êxito do americanismo se deu por meio das condições culturais, religiosa, demográficas e políticas diferençadas dos Estados Unidos em relação à Europa. Mas para Gramsci (1978) devia-se principalmente pelo fato de que o americanismo era a filosofia que se afirmava na ação que estava produzindo uma nova adaptação psicofísica de um "homem novo".

No Brasil, a passagem do século XIX para o século XX é marcada por intensa busca da modernização. A busca pelo moderno, pelo novo, pelo que deu certo em outros países estavam na pauta das discussões referente ao futuro do país. A modernização do campo educacional era vista como fundamental para o desenvolvimento nacional, para a criação de novas mentalidades, se opondo ao tradicionalismo imposto pela pedagogia de orientação católica jesuítica.

Se buscava uma nova orientação para a construção de um novo homem para uma nova sociedade que se pretendia. Esses novos rumos desejados necessitam de um homem que se adaptasse a um mundo em transformação. Desse modo, necessita-se de um novo homem educado moral, física e socialmente. Nesse período a educação passa a ser percebida como forma de produzir esse homem, ao mesmo tempo em que era vista como forma de tirar o

⁷ Americanização é uma expressão usada para descrever a influência que os Estados Unidos exerceram sobre a cultura de outros países, resultando no fenômeno da substituição de uma determinada cultura pela cultura estadunidense.

Brasil do atraso cultural em que permanecia, quando comparado a alguns países europeus e aos Estados Unidos.

Segundo Warde (2000), coube aos Estados Unidos serem o modelo do progresso e mudança. Em São Paulo, onde foi fundado o Colégio Adventista Brasileiro, os republicanos paulistas vinculavam as ideias federalistas à imagem do novo, do moderno, do civilizado, imagens que encontravam reflexo nos Estados Unidos da América.

A escola passou a ser enxergada como o caminho que levaria a nação a formar o homem novo racional e moderno, segundo o modelo estadunidense. As iniciativas de instituições de ensino protestante, como o Colégio Adventista Brasileiro, foram bastante significativas quanto a este objetivo.

A influência desses colégios impactou na organização escolar e nos processos didáticos no ensino no Brasil. A relação entre protestantes norte-americanos e os republicanos paulistas foi importante na conjuntura de transformação do início do século XX.

De acordo com Guarda (2015) a primeira professora brasileira a lecionar no Colégio Adventista Brasileiro foi Albertina Rodrigues da Silva Simon (1896–1984). Albertina Simon nasceu em junho de 1896, na cidade de São Paulo. Era a filha de portugueses que emigraram para o Brasil em 1894. De família católica, cursou magistério na Escola Caetano de Campos em São Paulo.

Albertina conheceu a Igreja Adventista em 1915, quando frequentou uma série de reuniões evangelísticas conduzidas pelo pastor John Lipke, fundador do Colégio Adventista Brasileiro, em uma tenda montada perto de sua casa. A professora começou a trabalhar na editora dos adventistas, a Casa Publicadora Brasileira, em 27 de dezembro de 1916, como tradutora de inglês e revisora. Um mês depois, em 27 de janeiro de 1917, foi batizada pelo na Igreja Adventistas.

Um decreto aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo mudaria os rumos da trajetória profissional da professora Albertina. O Decreto n. 2944, de 8 de agosto de 1918 estabelecia que nenhuma escola do país poderia funcionar sem um professor nativo para lecionar Português:

Artigo 45. - Nenhum estabelecimento particular de ensino, primario ou secundario, poderá ser installado no Estado, sem prévia auctorização da Directoria Geral da Instrucção Publica, que somente poderá concedel-a mediante requerimento a que o interessado juntar os seguintes documentos:

- a) attestado ou títulos que provem a capacidade moral e technica do director e dos professores. Esse attestado, referente á capacidade moral e technica do director e dos professores, será firmado pelo presidente ou director de associações que mantenham escolas; por pessoas diplomadas pelos cursos secundarios ou superiores do Estado ou da Republica; por auctoridades judiciarias: por auctoridades escolares municipaes, estaduaes ou federaes; e, finalmente, quando se tratar de estabelecimentos religiosos, por auctoridades ou ministros das respectivas confissões;
- b) planta do predio em que haja de funccionar a escola, instruída com relatorio do inspector medico escolar sobre as condições bygienicopedagogicas do mesmo;
- c) compromisso de confiar a professores brasileiros o ensino de Português, Geographia e Historia do Brasil, bem como de fazer que todo o ensino, salvo em se tratando de línguas extrangeiras, seja ministrado em idioma patrio. (SÃO PAULO, 1918)

O decreto do governo paulista exigindo professores nativos para lecionar língua portuguesa, exigiu que os administradores do Colégio Adventista Brasileiro buscassem por profissionais para essa área na instituição. Por essa razão, Albertina foi chamada para lecionar no colégio, não apenas língua portuguesa, mas também matemática e educação física. A professora permaneceu na instituição até 1957.

Apesar de ter os professores brasileiros, o Colégio Adventista Brasileiro foi administrado até 1937, apenas por administradores estadunidenses, quando seria nomeado Domingos Peixoto. Peixoto tinha formação jornalística que conseguiu nos Estados Unidos. Foi membro da Associação Brasileira de Imprensa e Associação Paulista de Imprensa. A gestão de Peixoto é marcada por sua habilidade de se relacionar com autoridades políticas e governamentais.

Guarda (2015) menciona sua relação de amizade com Getúlio Vargas, Juscelino Kubistchek (1902-1976), João Goulart (1918-1976), Magalhães Pinto (1909-1996), Auro de Moura Andrade (1915-1982) e Ulysses Magalhães (1916-1992).

Essa amizade de Peixoto com estas autoridades auxiliou na autorização de cursos do ensino secundário como comercial, científico, clássico e normal. Peixoto fez com que o colégio recebesse no período de sua gestão verbas públicas para ampliação e melhorias na instituição. Com os novos cursos de nível secundário, o colégio passava a atrair mais alunos e assim poder melhor equilibrar o seu orçamento.

Guarda (2015) ao mencionar um pouco da biografia do diretor destaca:

Nasceu em São Borja, RS, portanto, era conterrâneo e 15 anos mais novo que Getúlio Vargas. É importante destacar essa relação com o político que influenciou ou conduziu os destinos do povo brasileiro, durante várias décadas até meados do século 20. Isso marcou a vida de Peixoto e lhe deu condições especiais para se tornar o primeiro adventista brasileiro a exercer uma função diplomática (ou de relações públicas) da igreja adventista. (GUARDA, 2015, p.71)

Apesar de *O Colegial* não apresentar registros sobre a relação próxima que Peixoto mantinha com Getúlio Vargas, A *Revista Adventista* destacou a proximidade entre essa importante liderança dos adventistas e Getúlio Vargas:

Sendo eleito gerente da Casa Publicadora Brasileira em fevereiro de 1949, dirigiu os destinos da editora até dezembro de 1950. De 1951 a 1971, exerceu a função de Secretário Geral para o Brasil, do Departamento de Deveres Cívico Religiosos. Foi o fundador do Curso de Socorristas-Padioleiros. No período em que respondeu pelo Depto. De Liberdade Religiosa, gozou de excelentes relações de amizade com altas autoridade s civis e militares, destacando-se seu relacionamento com Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek de Oliveira (REVISTA ADVENTISTA, 1980, p.31)

A mesma edição da revista ainda exibiria fotos de Peixoto ao lado de Getúlio Vargas e outro presidente que o diretor do colégio tinham mantinha relação próxima.

Figura 3 – Domingos Peixoto ao lado de Getúlio Vargas em 1951



Fonte: Revista Adventista (mar. 1980, p. 30). Casa Publicador Brasileira.

Em uma das visitas de Peixoto a Vargas, um episódio peculiar ocorreu. A indústria de alimentos dos adventistas no Brasil, sediada no Colégio Adventista Brasileiro, receberia o nome de Superbom, pela relação que havia do diretor do colégio do então presidente do Brasil, segundo Gorski (2011) que foi aluno e diretor da instituição:

Em 1942, recebi a incumbência de preparar suco de uva de forma artesanal para entregar às casas comerciais. Também embalava mel para o mesmo fim. O suco de uva havia sido legalmente registrado com o nome de Suco de Uva Excelsior. Como "chefe" desse setor, talvez tenha sido o primeiro "chefe de expedição" da empresa que no futuro viria a ser a fábrica Superbom. A propósito, o nome Superbom veio de uma visita feita pelo diretor do colégio, pastor Domingos Peixoto, que era natural de São Borja, RS, ao seu conterrâneo Getúlio Vargas, então presidente da República. Tendo-lhe oferecido algumas garrafas do suco de uva Excelsior, ao experimentar o produto oferecido, o presidente exclamou: isto é "SUPERBOM"! Assim surgiu o nome fantasia que permanece até hoje. (GORSKI, 2013, p.36)

A gestão de Peixoto é marcada por sua habilidade de se relacionar com autoridades políticas e governamentais. Além de Getúlio Vargas, Guarda (2015) menciona sua relação

de amizade nos próximos anos de gestão com Juscelino Kubistchek, João Goulart, Magalhães Pinto, Auro de Moura Andrade e Ulysses Magalhães.

Figura 4 – Domingos Peixoto em visita à Juscelino Kubitschek



Fonte: Revista Adventista (mar. 1980, p. 30). Casa Publicadora Brasileira.

Essa amizade de Peixoto com estas autoridades auxiliou na autorização de cursos do ensino secundário como comercial, científico, clássico e normal. Peixoto fez com que o colégio recebesse no período de sua gestão verbas públicas para ampliação e melhorias na instituição. Com os novos cursos de nível secundário, o colégio passava a atrair mais alunos podendo melhor equilibrar o seu orçamento.

Segundo Guarda (2015) a administração de Peixoto, somada à expansão da igreja Adventista na década de 1940, fez com que o colégio vivesse um período de crescimento e realizações. Enquanto a Igreja Adventista teve um aumento de membros de 70% no Brasil, o Colégio Adventista Brasileiro cresceu aproximadamente 48%. Em 1950 o Colégio Adventista Brasileiro já possuía 600 alunos, e era a maior instituição adventista de ensino fora do Estados Unidos.

O Colegial do ano de 1946 trouxe o resumo do relatório produzido por um inspetor federal por nome João Batista Fontes por ocasião de sua visita. Os inspetores federais tinham a tarefa de averiguar se as atividades desenvolvidas nas instituições de ensino atendiam às diretrizes e às normas legais do ensino no país. Seus objetivos eram direcionar os professores e fazer cumprir as normas dos regulamentos educacionais. Os inspetores federais eram profissionais utilizados para serem os "olhos vigilantes permanentes" do Estado.

Por meio desse relatório produzido por João Batista Fontes, é possível perceber que o Colégio Adventista Brasileiro gozada de grande prestígio junto às autoridades governamentais nos anos de 1940:

Agora, quando se dão bases novas ao ensino e se preparam leis reguladoras de programas e fórmulas, é interessante evocar alguns estabelecimentos que podem servir como orientação. Não pode subestimar-se o concurso que cada um empresta à obra educacional brasileira, mas devem destacar-se os que mais se adaptaram às condições do momento mundial os melhores servem à política do homem do povo no "século do homem do povo".

Um dos estabelecimentos que merece um estudo de sua organização, é o Colégio Adventista Brasileiro, célula de uma das mais formidáveis organizações de ensino que o mundo conhece. Poderíamos chamá-lo a mais eficiente e a mais emocionante escola de democracia de todos os países. Não se limita o ensino somente aos programas oficiais, para formação de bacharéis. Aprende-se solidariedade, um ofício, o amor à terra pelo conhecimento de seu amanhã. Pondo de parte os aspectos religiosos é— e esses não reduzem nem inibem — o Colégio Adventista Brasileiro devia ser o padrão para as reformas que se preparam. (O COLEGIAL, 1946, p.7)

A partir da década de 1940, várias reformas educacionais foram realizadas em diferentes países no mundo. As condições mundiais a que o inspetor federal João Batista Fontes se referiu no relatório provavelmente se referia ao aumento do acesso à educação e pela introdução de sistemas de ensino obrigatório. A educação passou a ser vista como um direito básico para todas as pessoas, independentemente de sua origem socioeconômica.

Além disso, houve um crescente reconhecimento da importância da educação como meio de preparar os jovens para o mercado de trabalho e para a cidadania ativa. As reformas educacionais buscavam estabelecer currículos mais relevantes, com ênfase no desenvolvimento de habilidades práticas e no aprendizado voltado para a vida real.

No campo das reformas educacionais, destacam-se dois movimentos principais: a Educação Nova e a Educação Tecnicista. A Educação Nova, influenciada pelas ideias de pensadores como John Dewey, enfatizava a aprendizagem ativa, a participação dos alunos na construção do conhecimento e a integração entre teoria e prática. A Educação Tecnicista,

por sua vez, tinha uma abordagem mais voltada para a eficiência e a produtividade, enfatizando o treinamento de habilidades específicas para o mercado de trabalho.

Em muitos países, a reforma educacional após a Segunda Guerra Mundial também buscou promover a igualdade de gênero na educação, garantindo o acesso e a permanência das meninas na escola. Isso resultou em avanços significativos na redução das disparidades de gênero na educação.

É importante ressaltar que as reformas educacionais variaram consideravelmente entre os países, dependendo de seus contextos políticos, econômicos e sociais. Cada nação implementou suas próprias políticas e estratégias de reforma, buscando atender às suas necessidades e desafios específicos no campo da educação.

Analisando outra citação feita pelo inspetor federal, de que o Colégio Adventista Brasileiro devia ser a referência para as reformas que ocorriam no país, na década de 1940, o Brasil passou por uma série de reformas educacionais significativas que buscaram modernizar o sistema educacional e expandir o acesso à educação. A Reforma Capanema (Lei Orgânica do Ensino Industrial): Implementada em 1942 durante o governo de Gustavo Capanema, foi uma delas.

Essa reforma visava fortalecer o ensino técnico e profissionalizante. A lei estabeleceu diretrizes para a criação de escolas técnicas e formação de profissionais nas áreas industriais, comerciais e agrícolas, visando atender às demandas do mercado de trabalho e impulsionar o desenvolvimento econômico do país.

A Lei Orgânica do Ensino Primário (1946) também estabeleceu novas diretrizes para o ensino primário no país. Ela definiu a obrigatoriedade de oito anos de ensino primário, divididos em duas etapas de quatro anos cada. A lei também enfatizou a importância da alfabetização e da formação integral do aluno.

Durante os anos de 1940, foram criados alguns Institutos de Educação em diferentes estados brasileiros como o Instituto de Educação do Rio de Janeiro, atualmente Instituto de Educação Sarah Kubitschek; Instituto de Educação de Minas Gerais, atualmente Instituto de Educação de Minas Gerais Bernardo Monteiro; Instituto de Educação de Pernambuco, atualmente Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano. Essas instituições tinham como objetivo a formação de professores, com ênfase na qualificação dos docentes para atuar nas escolas primárias e secundárias.

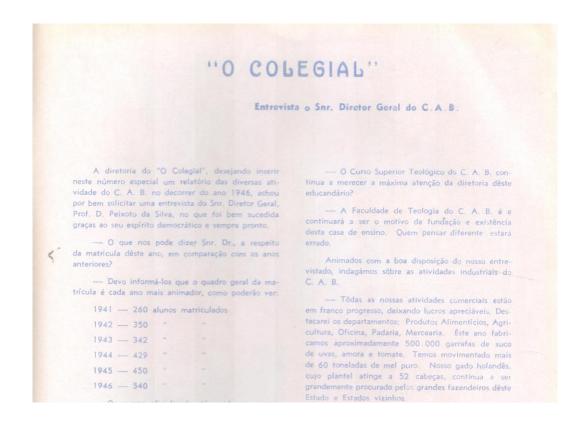
Durante essa década, houve uma expansão significativa da rede de escolas em todo o país. Esforços foram feitos para aumentar o número de escolas públicas e privadas, especialmente nas áreas urbanas, a fim de ampliar o acesso à educação básica.

A relação próxima entre Domingos Peixoto, diretor do Colégio Adventista Brasileiro, e Getúlio Vargas, pode ser vista não apenas como algo que proporcionou alguns benefícios, como a abertura de novos cursos na instituição, mas essa relação pode ser analisada como fator para que o Colégio Adventista Brasileiro estivesse alinhado às diretrizes do Ministério da Educação do governo de Getúlio Vargas.

O Colegial do mês de dezembro do ano de 1946 trouxe um quadro que mostrava o expressivo crescimento que o Colégio Adventista Brasileiro teve entre os anos de 1941 e 1946, saindo de 260 matrículas para 540 alunos matriculados.

Figura 5 – Reportagem com o diretor do Colégio Adventista Brasileiro,

Domingos Peixoto, sobre o crescimento da instituição



Fonte: O Colegial (dez. 1946, p. 55). Centro Universitário Adventista.

O Colégio Adventista Brasileiro se consolidava como o principal espaço de formação de pastores, professores e demais lideranças para a Igreja Adventista no Brasil.

2. O Colégio Adventista Brasileiro e o período de redemocratização do Brasil

No ano de 1943 o Brasil decidia sua participação na Segunda Guerra Mundial ao lado das nações democráticas. O ex-aluno e diretor do Colégio Adventista Brasileiro Nevil Gorski, lembra de sua convocação para participar como soldado na Guerra:

O Brasil havia declarado guerra ao "Eixo" e tinha suas tropas combatendo ao lado dos aliados no norte da África e na Itália. Era a Força Expedicionária Brasileira (FEB), para a qual fui convocado. No primeiro domingo de 1945, ao sair do refeitório do colégio, Norton Hartwig, um colega militar que, sendo cabo, havia assumido o comando do tiro de guerra que eu havia concluído no ano anterior, me entregou um jornal do dia e disse-me: "veja a página tal". Folhei rapidamente o jornal e cheguei à dita página que tinha como título "Relação de convocados para a FEB, apresentação no Quartel de Santana até o próximo sábado". Uma olhada rápida àquelas duas páginas, com suas centenas de nomes levou-me a um nome já grifado a tinta por Norton: era o meu. (GORSKI, 2011, p.46)

Com o fim da Segunda Guerra Mundial o governo ditatorial de Getúlio Vargas enfraqueceria, considerando as conjunturas nacional e internacional. Até este momento, no entanto, a liderança do Colégio Adventista Brasileiro ainda apresentava grande alinhamento ao regime e à figura de Vargas como mostra o trecho de uma nota sobre a homenagem feita ao então presidente por ocasião do seu aniversário:

Unindo-se aos festejos comemorativos do natalício do Dr. Getúlio Vargas, o Colégio Adventista Brasileiro homenageou ao insigne chefe da nação com um programa cívico, no qual falaram entre outros o professor Dr. Guilherme Denz, discorrendo sobre: O Dr. Getúlio Vargas, e seus feitos; a seguir o aluno Edgar de Oliveira enalteceu a personalidade e dinamismo do Presidente Vargas, bem como o seu entusiasmo pela mocidade brasileira. A Srta. Cleita Zeroth, com o "Guarany" nos fez sentir o verdadeiro espírito de seu autor. Recebeu os justos aplausos a Srta. Albertina C. Dias ao discorrer sobre: Dr. Getúlio Vargas o homem do momento. A cerimônia encerrou-se com o hino Nacional cantado em uníssono pelos estudantes. (O COLEGIAL, 1944, p.4)

Em 1945 a ditadura entra em sua fase final. O próprio Getúlio Vargas reconhece que a proximidade do fim da guerra tornava "o momento propício e indicado para convocarmos a nação a fim de pronunciar-se e escolher os seus dirigentes" (VARGAS, 2011, p. 496). Em abril foram organizados partidos políticos para o processo eleitoral e os candidatos à presidência – o brigadeiro Eduardo Gomes era o candidato da União Democrática Nacional (UDN), de oposição, enquanto o general Eurico Dutra era o candidato do Partido Social Democrático (PSD), governista. No mês de maio, surge um terceiro partido, diretamente ligado a Vargas – o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) –, e foi decretada nova lei eleitoral, marcando-se as eleições presidenciais e legislativas para dezembro.

A atuação do chamado Movimento Queremista – termo derivado do slogan "Queremos Getúlio" –, que defendia a "Constituinte com Getúlio", e as suspeitas de que Vargas tivesse intenções de permanecer, leva à sua deposição, em 29 de outubro. Afastado do poder, o ex-presidente retirou-se para sua estância em São Borja, mas continuou como uma referência para a política nacional. Um exemplo da sua importante influência política foi seu apoio declarado à candidatura do general Eurico Dutra, sendo fundamental para que este fosse eleito presidente da República.

O Colégio Adventista Brasileiro desfrutava ainda de prestígio permanecia junto às autoridades no período de redemocratização do país. *O Colegial* de 1949 destaca a visita do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Washington Osório de Oliveira. Getúlio Vargas, em decreto de 1º de outubro de 1938, nomeou Washington Osório de Oliveira Ministro do Supremo Tribunal Federal e aposentou-se em 19 de junho de 1940.

Washington de Oliveira deu depoimento sobre sua visita ao Colégio Adventista Brasileiro, que foi estampando na capa do impresso estudantil. Nas palavras do ex-ministro, percebe-se que a instituição mantinha alto conceito entre as autoridades:

Já atingiram os Adventistas do Colégio de Santo Amaro um grau muito elevado de aperfeiçoamento, conseguido com o próprio esforço, com constância e lentamente porque ali não se explora, não há tubarões sequiosos de lucro: há sacerdotes. Predominam em tudo os sentimentos e o superior espírito cristão.

Considero o Colégio Adventista Brasileiro um modelo digno de ser imitado e de merecer do Governo o auxílio necessário para que possam ser fundados muitos outros, o que seria relevantíssimo serviço à nossa boa gente e ao Brasil. Envio ao digno Diretor, ao Corpo Docente e alunos do

notável estabelecimento, os mais cordiais agradecimentos pelo acolhimento amistoso que me dispensaram e às pessoas de minha família que me acompanharam na inesquecível visita. (*O COLEGIAL*, 1949, p.1)

Figura 6 – Registro da visita do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal

Washington Osório de Oliveira



Fonte: O Colegial (abril. 1949, p. 1). Centro Universitário Adventista.

Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956—1961), com um conjunto de medidas, cuja meta — 50 anos em 5 — ocorreu o crescimento econômico do país associado ao capital estrangeiro, em detrimento de uma política de estabilidade monetária, o que possibilitou a entrada de empresas estrangeiras, principalmente no setor automotivo. Neste cenário, a indústria de base no Brasil foi um dos setores que recebeu maior recurso, ao lado dos setores de energia e de transportes.

No início do período de JK a Igreja Adventista no Brasil apresentava crescimento em muitas áreas, em grande parte, graças às contribuições de formação de quadros de pessoal para áreas estratégicas da igreja que acontecia no Colégio Adventista Brasileiro, conforme revela *o Colegial* de 1955:

No Brasil, são mantidos pelos adventistas 190 educandários, desde escolas elementares, ginásios e colégio, e uma Faculdade de Teologia; quatro hospitais importantes, vários dispensários e clínicas; diversas lanchas para assistência médico social às populações ribeirinhas dos grandes Rios, Amazonas, S. Francisco, Araguaia e Ribeira; e, muitos empreendimentos outros estão em plena função e outros projetados para breve, inclusive uma atividade mais intensa a favor dos índios que vivem às margens do Araguaia, os quais apelam para que lhes sejam mandados mais professores adventistas para instruir os seus filhos. Diante do vulto de tantas realizações, as pessoas de bem não ocultam a sua apreciação pela grandiosa moral da mensagem, e dos resultados práticos dos trabalhos altruísticos levados a efeito pelos adventistas. Hailé Selassié, Imperador da Etiópia, chegou ao ponto de confiar o ensino da Etiópia às mãos de professores adventistas, e de solicitar cada vez maior número de médicos e professores adventistas para cuidar da saúde e da instrução do seu povo. Em S. Paulo, o Sr. Ênio Silveira, um dos diretores da Editora Nacional, especializada em livros didáticos, após visitar o Colégio Adventista Brasileiro, fêz uma relevante e longa reportagem sôbre o que pôde ver e compreender, afirmando afinal que no C. A. B. "se prepara todos os anos um grupo de homens e mulheres que honrariam qualquer civilização". (O COLEGIAL, 1955, p.4)

A reportagem produzida pelo diretor da Editora Nacional, Ênio Silveira, que descrevia de maneira positiva o Colégio Adventista Brasileiro, não foi localizada durante a análise de *O Colegial*. No entanto, não se pode deixar de destacar a visita de Ênio Silveira à instituição. Em seu estudo Batista (2013) afirma que na década de 1950 a Editora Nacional era responsável por dez por cento de todas as publicações produzidas no Brasil.

Ênio Silveira conviveu com grandes escritores e intelectuais, dentre os quais o sociólogo Fernando Azevedo e o pedagogo e escritor Anísio Teixeira, assessores culturais da Editora Nacional. Silveira cursou editoração na Universidade de Columbia onde aprendeu técnicas de produção e divulgação que serviram para sua atuação inovadora no mercado editorial brasileiro. Ênio Silveira teve protagonismo no cenário político, lutando pela democracia no país.

A instituição continuava crescendo em um momento de mudanças significativas no país. O ano de 1956 foi de transformações para muitos setores do país como o setor de

alimentação, siderurgia, saneamento básico, eletrodomésticos, naval e nuclear. A efetivação do projeto da construção Brasília e, de transferir a capital do Brasil para o interior mobilizou toda a estrutura física, humana e econômica presente na atual gestão política. O governo de JK não fez diferente é lembrado pela ausência de políticas sociais e educacionais.

Sales (2019) em um estudo sobre o crescimento de escolas e igrejas adventistas no Brasil século XX, afirma que no ano de 1906 o Brasil contava com 24 igrejas, compostas por 1070 membros e um total de 10 escolas com 178 alunos matriculados. Já em 1939 o total de igrejas chegava a 95 com 12.871 membros e 74 escolas com 1923 alunos.

A pesquisadora destaca que as décadas de 1940, 1950 e 1960 apresentaram crescimento, tanto em número de igrejas, membros, quanto de escolas e alunos. Grande parte das escolas consideradas escolas paroquiais, pois estas estavam instaladas nas dependências da igreja e visavam especialmente ao atendimento dos filhos dos servidores e membros adventistas, embora estas escolas recebessem estudantes de outras denominações.

Havia um significativo crescimento de escolas e igrejas adventistas conforme mostra a tabela a seguir.

Figura 7 – Tabela sobre o crescimento de igrejas e escolas adventistas no Brasil entre os anos de 1950 e 1970

		1940	1945	1950	1955	1960	1965	1970
União Norte	Igrejas	6	8	13	22	32	36	50
	Membros	403	870	1.848	2.914	4.305	9.975	20.256
	Escolas	3	7	13	15	34	36	44
	Alunos	105	288	509	840	1.554	1.837	3.379
União Este	Igrejas	43	51	60	84	111	155	209
	Membros	4.701	6.888	8.707	12.609	17.831	28.964	50.460
	Escolas	28	54	64	85	84	117	105
	Alunos	843	1.889	2.417	2.386	3.971	5.568	5.231
União Sul	Igrejas	57	64	69	87	136	234	325
	Membros	8.745	11.839	16.812	24.174	36.623	58.086	90.471
	Escolas	63	70	88	80	126	169	172
	Alunos	2.253	3.500	2.910	3.279	4.874	7.502	9.392
Brasil	Igrejas	106	123	142	193	279	425	584
	Membros	13.849	19.597	27.367	39.697	58.759	97.025	161.187
	Escolas	94	136	165	180	244	322	321
	Alunos	3.201	5.677	5.836	6.505	10.399	14.907	18.392
	% de igrejas com	88,7%	110,6%	116,5%	93,3%	87,5%	75,8%	54,5%

Fonte: SALES (2019, p. 119). Universidade Estadual Paulista.

O número de igrejas, membros, escolas e alunos matriculados aumentaria exponencialmente entre os anos de 1940 e 1960. Nessas três décadas o número de igrejas

adventistas no Brasil cresceria cento e sessenta e três por cento, o número de membros cresceria trezentos e vinte e quatro por cento, o número de escolas adventistas aumentou cento e cinquenta e nove por cento e o número de alunos matriculados teria crescimento de duzentos e vinte e quatro por cento.

Entre as décadas de 1940 e 1960 Mendes (2015) afirma que no estado de São Paulo igrejas foram construídas, outras foram reformadas, a fábrica de alimentos Superbom foi inaugurada na capital, o Hospital Adventista de São Paulo foi inaugurado e as igrejas do Estado foram organizadas em distritos pastorais para organizar o atendimento pastoral. (

O número de adventista no Estado de São Paulo ultrapassou 3.000 entre 1930 e 1940 sendo a maior parte deles na capital onde estava o colégio. O início do evangelismo adventista no rádio e o relacionamento com a imprensa secular foram oportunidades de diálogo e inserção social da missão adventista em São Paulo de acordo com Mendes (2015).

Conforme os bairros para o operariado foram surgindo na capital, com preços acessíveis, a Igreja adquiriu lotes e construiu grandes igrejas. Mendes (2015) descreve que foram mais de cinquenta nesse período e que o adventismo paulistano tinha uma característica plural, se diferenciando do adventismo nas demais regiões do país.

Nesse período Lessa (2010) diz que ocorreu um aumento no número de publicações produzidos pela Casa Publicadora Brasileira, editora dos adventistas. Na década de 1940, foram lançadas quarenta e três obras importantes para a literatura adventista de acordo com Lessa (2010). Ele destaca alguns livros como Conselhos Sobre a Escola Sabatina, 1940; O Conselheiro Médico do Lar e O Super-Homem na História, 1941; Mensagens aos Jovens, 1942; O Desejado de Todas as Nações e O Ritual do Santuário, 1943; A Marcha da Civilização, 1944; A Influência Transformadora de Uma Jovem, 1945; A Ciência do Bom Viver e Conselhos aos Pais, Professores e Estudantes, 1947; e Santificação, 1949.

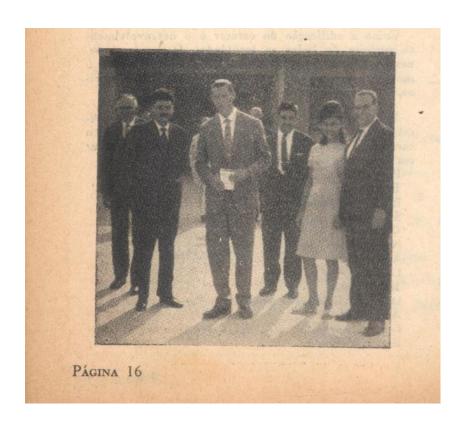
A infraestrutura relacionada aos equipamentos também foi ampliada. Em 1948 e 1949, foram adquiridas novas máquinas com maior capacidade impressão, dobradura, corte e acabamento. Ainda de acordo com Lessa (2010), no ano de 1953, foram lançadas duas revistas: Nosso Amiguinho, que se tornou a revista adventista infantil do país, e Mocidade, que foi retirada de circulação três décadas depois.

Naquele ano começaram também as publicações de devocionais anuais, conhecidas no meio adventista brasileiro como Meditações Matinais. Ainda em 1953, foi impresso o livro O Maior Discurso de Cristo e, no ano seguinte, Parábolas de Jesus e Testemunhos Seletos, todos eles escritos por Ellen G. White. Um marco importante no ano de 1953 foi a expansão do prédio da editora, nas áreas de impressão e armazenamento.

A análise do impresso estudantil *O Colegial* revelou que nesse período de crescimento que antecedeu o início da Ditadura Civil-Militar o colégio continuava desfrutando de prestígio junto as autoridades políticas no país.

Em 1963 uma matéria de *O Colegial*, edição de maio, destaca a visita do presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo ao Colégio Adventista Brasileiro. A reportagem menciona que o Dr. Ciro de Albuquerque, presidente da Assembleia, foi levado para conhecer as dependências como prédio escolar, leiteria, horta, além de almoçar no restaurante do colégio com os estudantes.

Figura 8 – Ciro de Albuquerque, presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, conhecendo as dependências do Colégio Adventista Brasileiro



Fonte: O Colegial (maio. 1963, p. 16). Centro Universitário Adventista.

Essa relação estreita que os adventistas mantinham com as autoridades políticas, se mostraria ainda mais fortalecida no período entre 1964 e 1974, primeira década da Ditadura Civil-Militar como veremos a seguir.

3. O Colégio Adventista Brasileiro e a Ditadura Civil-Militar

Não foi localizada nenhuma edição de *O Colegial* no ano de 1964, ano em que, no dia 31 de março, se iniciaria um período de governo ditatorial. Não foi possível saber se não foram publicados ou se ocorreram as publicações, mas não foram mantidos nos arquivos as edições desse ano. A única edição do impresso estudantil do Colégio Adventista Brasileiro do ano de 1965, um ano após o início do governo militar que iria de 1964 a 1985.

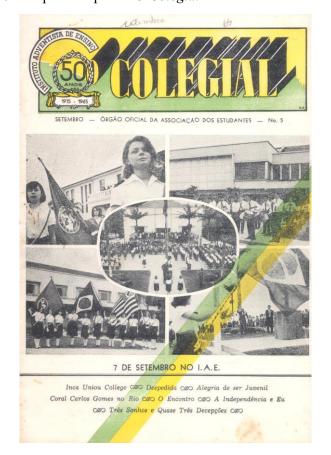


Figura 9 – Capa do impresso O Colegial de setembro do ano de 1965

Fonte: O Colegial (setembro. 1965, capa). Instituto Adventista de Ensino

Essa única edição do ano de 1965 trouxe na capa imagens de alunos e professores da instituição em posição de ordem unida em reverência à bandeira do Brasil. Em nenhuma outra edição anterior de *O Colegial* nota-se um destaque tão patriótico como nessa edição.

O projeto do golpe de estado no Brasil em 1964, ocorreu quando o então presidente João Goulart (1919-1976) anunciou que colocaria em prática as Reformas de Base, com intenção de reduzir a concentração da renda e da terra no país, muitas pessoas saíram às ruas para defender a proposta. No entanto, apesar do apoio popular às mudanças propostas por João Goulart, alguns setores da sociedade ligados ao pensamento conservador protestaram contra o governo, pois consideravam que as noivas propostas eram o início de um regime comunista no Brasil.

Naquela ocasião, foi formada uma coligação que reunia parte do grande empresariado brasileiro, proprietários de grandes propriedades rurais e por empresas internacionais instaladas no país, incluindo empresas do setor automobilístico. O golpe contava com a participação de setores das Forças Armadas.

O Instituto Vladimir Herzog em artigo publicado em seu website Memórias Da Ditadura Militar (2023) afirma que a Igreja Católica contribuiu para disseminar o medo do governo de João Goulart entre a população e colaborou para trazer muitas pessoas às ruas, pedindo por mudanças. E essas mesmas manifestações serviram de justificativa para o golpe militar que viria logo em seguida.

A situação no país por si mesma criava todas as condições para um golpe de estado, mas temos que considerar que o apoio que o governo dos Estados Unidos ofereceu aos golpistas, foi fator decisivo para que o golpe ocorresse. A diplomacia estadunidense, liderada pelo embaixador dos EUA no Brasil, Lincoln Gordon, participou da conspiração juntamente com empresários e militares.

No dia 31 de março de 1964, os militares golpistas começaram a se deslocar de Minas Gerais para o Rio de Janeiro. Iniciou-se a Operação Brother Sam, da Marinha dos EUA, para apoiar os militares no Brasil. Mas não houve necessidade, pois, a situação militar se resolveu internamente (MEMÓRIAS DA DITADURA MILITAR, 2023).

No início ocorreu uma resistência no meio sindical e entre alguns movimentos estudantis, no entanto, esses movimentos foram desorganizados e desestimulados pela atitude de João Goulart, que tendo conhecimento da ameaça de intervenção estadunidense no país, desiste de resistir quando foi do Rio de Janeiro para Brasília e, dali, para o Rio Grande do Sul.

João Goulart e Leonel Brizola (1922-2004), que era cunhado de Jango e deputado federal na ocasião, discutiram se seria possível resistir a partir do Rio Grande do Sul, mas o presidente não escolheu esta opção. Em 4 de abril de 1964, Jango e sua família desembarcaria no Uruguai em busca de asilo político.

No dia 9 de abril de 1964, o comando das Forças Armadas divulgou o primeiro Ato Institucional, que convocou o Congresso para eleger um novo presidente com poderes ampliados. O Congresso, que nesse momento tinha 41 mandatos de deputados cassados, elegeu o general Humberto Castelo Branco à presidência.

O Ato Institucional concedeu amplos poderes ao Executivo para decretar Estado de sítio e suspender os direitos políticos dos cidadãos por até dez anos; cassar mandatos políticos sem a necessária de análise do judiciário; suspendeu as garantias constitucionais ou legais de estabilidade no cargo, ficando assim o governo livre para demitir, dispensar, reformar ou transferir servidores públicos.

A recente historiografia dedicada ao período de governo militar iniciado em 1964 e à educação naquele período, revelam que o regime lançou mão de um projeto para a formação cívica do povo brasileiro, utilizando estratégias que iam desde a propaganda na televisão até a distribuição de materiais nas ruas com mensagens nacionalistas.

O governo militar tinha um ideário nacionalista-desenvolvimentista comprometido com um modelo de cidadania enfático quanto ao engajamento dos brasileiros em favor dos ideais pátrios. E uma análise sobre os objetivos educativos da propaganda militar, Fico (1997) assinala que os objetivos educacionais da propaganda militar possibilitam compreender melhor a visão que os militares possuíam de sociedade.

A denominada ditadura militar brasileira deve ser entendida como uma ditadura civilmilitar, com muitos desdobramentos políticos e ideológicos sobre os mais variados segmentos sociais e instituições, inclusive igrejas e instituições privadas de ensino.

O golpe civil-militar de 1964 perseguiu alguns educadores cujo pensamento e ação julgava subversivos e contrários ao pensamento dos militares. Três grandes educadores brasileiros sofreram perseguição com o novo regime: Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira e Paulo Freire.

As mudanças buscadas nesse período ditatorial buscaram adequar o projeto educacional ao modelo econômico adotado pelos militares. A preocupação era criar um sistema de educação que atendesse às necessidades do sistema econômico capitalista vigente no pais. Tal projeto buscava a qualificação técnica da mão de obra e ao mesmo tempo

pretendeu-se garantir que as escolas se tornassem um espaço de propagação dos valores conservadores do regime.

Diferente da perseguição a personalidades, instituições e quem se opusesse ao novo regimento, análise do periódico *O Colegial* revela que nesse período pós instauração do regime de ditadura miliar, a instituição adventista não apenas continuava desfrutando de prestigio junto a autoridades no país, mas personalidades que estavam alinhadas ao novo regime.

A edição de *O Colegial* de junho de 1967 descreve uma visita do cônsul alemão Dr. Gert Weiz ao colégio. Essa edição que menciona a visita do cônsul, descreve que a motivação para receber o alemão, era buscar fundos que possibilitassem a abertura da faculdade de enfermagem da instituição, que viria a ser uma das referências de curso de enfermagem na cidade de São Paulo.

Figura 10 – Registro da visita do Cônsul alemão Gert Weiz ao Instituto Adventista de Ensino



Fonte: O Colegial (jun. 1967, p. 3). Centro Universitário Adventista

O Correio da Manhã, periódico brasileiro que em sua primeira fase foi publicado no Rio de Janeiro, entre 15 de junho de 1901 a 8 de julho de 1974, na edição do dia 05 de outubro de 1967, destaca que o Dr. Gert Weiz era cônsul da Alemanha Ocidental.

Nesse período a Alemanha era dividida entre o território oriental e ocidental, de influência socialista e capitalista. No ano da visita do cônsul a instituição adventista, o Correio da Manhã afirmou que Weiz acompanhou uma comitiva da montadora de automóveis Volkswagen ao parque industrial da montadora alemã em sua filial paulista. A filial do Brasil era a fábrica que mais recebia investimentos da montadora fora da Alemanha Ocidental, segundo o jornal.

Órgão de impressa alemão Deutsche Welle trouxe matéria online em abril de 2021 destacando a participação da Volkswagen no período do governo militar. Deutsche Welle é uma empresa pública de radiodifusão da Alemanha, com sedes em Bonn e Berlim, que transmite para o exterior programas de rádio, além de oferecer uma programação televisiva e um amplo portal de conteúdo online em 30 línguas. A Deutsche Welle é o equivalente alemão a redes de notícias como a BBC World.

A matéria de Linder (2021) para o Deutsche Welle relata que o relatório final da investigação sobre a participação da Volkswagen na repressão do regime militar no Brasil, concluiu que a montadora alemã manteve uma grande colaboração com o governo militar. O presidente da Volks no país no período chegou a tecer elogios ao golpe de 1964.

De acordo com o documento mencionado por Linder (2021) a Volkswagen demonstrou vontade de participar do sistema repressivo, sabendo que submetia seus funcionários a risco de prisões ilegais e tortura.

Produzido em conjunto pelo Ministério Público Federal em São Paulo (MPF-SP), Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP) e o Ministério Público do Trabalho (MPT), o relatório foi resultado de uma investigação que iniciou no ano de 2015, quando foram abertos inquéritos civis contra a Volkswagen, após pedido de vários sindicatos e da Comissão Nacional da Verdade. Sobre o relatório Larissa Linder explica:

O relatório final destaca uma carta do presidente da subsidiária brasileira de 1964, na qual o ex-filiado ao partido nazista Friedrich Schultz-Wenk elogia "a organização da revolta, que havia sido extremamente bempreparada". A correspondência, dirigida ao presidente da companhia na Alemanha, demonstra ainda conivência com a violência por parte do Estado.

Logo após o golpe de 1964, diz o relatório, a filial brasileira da Volks compartilhava da ideologia do regime e, a partir do fim da década de 1970, tinha interesses comerciais, ao desejar utilizar o "maquinário repressivo do Estado" para impedir greves. O entendimento dos órgãos é de que tudo era feito não só com o conhecimento da alta cúpula da VW no Brasil, mas também da matriz na Alemanha.

Segundo o documento, a empresa demonstrou vontade de participar do sistema repressivo, "sabendo que submetia seus funcionários a risco de prisões ilegais e tortura". A cooperação incluiu a delação de funcionários aos órgãos de repressão, a contribuição com a prisão ilegal, a entrega de funcionários a esses órgãos e o falseamento da verdade sobre a prisão de funcionários aos familiares, "colaborando com o desaparecimento forçado, ainda que temporário, desses profissionais". (LINDER, 2021)

A Volkswagen e outras empresas faziam contratações de egressos das Forças Armadas para suas equipes de segurança. Em 1969, a Volkswagen contratou o coronel Adhemar Rudge, que montou seu grupo, dando preferência a indivíduos oriundos das Forças Armadas. De acordo com o relatório Rudge era influente e foi peça fundamental para que a Volkswagen colaborasse com o sistema repressivo estatal.

Existem indícios de que a Volkswagen tenha chegado a ajudar materialmente a Operação Bandeirante (Oban). Primeiro aparato repressor criado pelos militares, a Oban funcionou à margem das estruturas oficiais e sem orçamento público, financiada por empresas. A jornalista Larissa Linder relata outro episódio dentro da Volkswagen:

O Tarcisio Tadeu Garcia Pereira ainda se recorda do dia chuvoso, em março de 1979, quando foi preso no pátio da fábrica da Volkswagen, em São Bernardo do Campo, por policiais da Rota. Apanhou por quatro horas, e foi levado ao Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Acabou liberado após uma negociação que envolveu o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que já despontava como uma liderança de relevo.

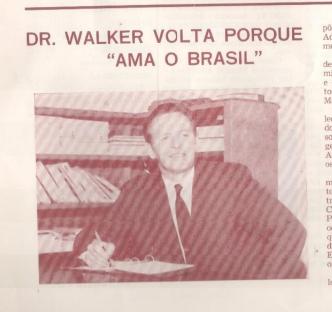
Militante sindical, Pereira começou a trabalhar efetivamente na VW em 1972, e acompanhou a repressão dentro da fábrica, incluindo a prisão de sete funcionários naquele ano. Hoje ele preside a Associação Henrich Plagge, que defende os interesses de trabalhadores da VW vítimas de perseguição política.

"Desde 1975, a VW já dava para os órgãos de repressão a minha foto, a minha ficha funcional, o nome da minha mãe, a atividade que eu fazia", diz. Para ele, o relatório divulgado nesta quarta é uma prova cabal das digitais da empresa na repressão, embora considere que a VW não tenha admitido completamente os fatos. (LINDER, 2021)

A visita do cônsul alemão à instituição adventista nesse período, não pode ser desprezada na análise dos impressos estudantis. A relação dos adventistas com uma autoridade que atuava para os interesses da companhia automobilística alinhada ao governo militar, deve ser vista como um fator de proximidade dos adventistas com os militares nessa ocasião, fosse uma relação motivada por interesses ou por questões ideológicas.

Outra edição de O Colegial do ano de 1970 chama a atenção por uma reportagem que traz o título Dr. Walker volta por que "AMA O BRASIL". No da edição do mês de abril de 1970 anunciava o retorno de Hampton Eugene Walker, que voltaria para lecionar no curso de teologia da instituição.

Figura 11 – Reportagem sobre o retorno do Dr. Walker ao Instituto Adventista de Ensino



O Dr. Hampton Eugene Walker, acompanhado de sua es-pôsa, regressou êste mês ao Brasil convidado pela Faculdade Adventista de Teologia para lecionar as matérias do departa-mento de Educação.

mento de Educação.

O Dr. Walker, bacharel em Religião e História, Mestre de Teologia, Educação e Escola, e Doutor em Educação e Administração, é sobretudo missionário e amante da nossa terra e de nossa juventude, pois aqui trabalhou 12 anos conhecendo todos os territórios e estados do Brasil com excessão de Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, e Rio Grande do Sul.

Aos 27 anos de idade, 1947, chegou pela primeira vez indo lecionar no ITA, atual Instituto Petropolitano de Ensino, sendo logo chamado para ser Departamental dos Jovens da Associação Rio-Minas. Uma das realizações do Dr. Walker nessa gestão foi a construção do 1.º acampamento permanente da América do Sul, em Satulina. Em 1935, partiu de férias para os Estados Unidos. os Estados Unidos.

os Estados Unidos. No ano seguinte, desta vez no norte do Brasil, estava o missionário Hampton Walker estendendo novamente as fronteiras do advento. Como Departamental da União Norte, construiu dois acampamentos permanentes, em Belém do Pará e Caxias do Maranhão, e os primeiros prédios do Colégio Grão Pará; ao mesmo tempo, administrou 75 escolas primárias. Certa ocasião, interditado pelo padre de Caxias do Maranhão de usar qualquer salão para as suas conferências, o pastor Walker as dirigiu ao ar livre durante 4 dias, havendo muitos assistentes. Em 1960, tornou a partir aos Estados Unidos para aperfeiçoar os estudos.

Depois de 10 anos, o Dr. Walker volta, não sòmente para lecionar Educação, mas porque "ama o Brasil".

Fonte: O Colegial (abr. 1970, p. 6). Centro Universitário Adventista

Walker, de acordo com o periódico, havia atuado em algumas instituições adventistas em diversas regiões do Brasil e havia viajado para os Estados Unidos em 1960 para aprofundar seus estudos, retornando 10 anos depois. A frase "Depois de 10 anos, o Dr. Walker volta, não somente para lecionar Educação, mas porque "ama o Brasil" (*O Colegial*, 1970, pág. 6) deve ser analisada no contexto do ano em quem que foi publicada.

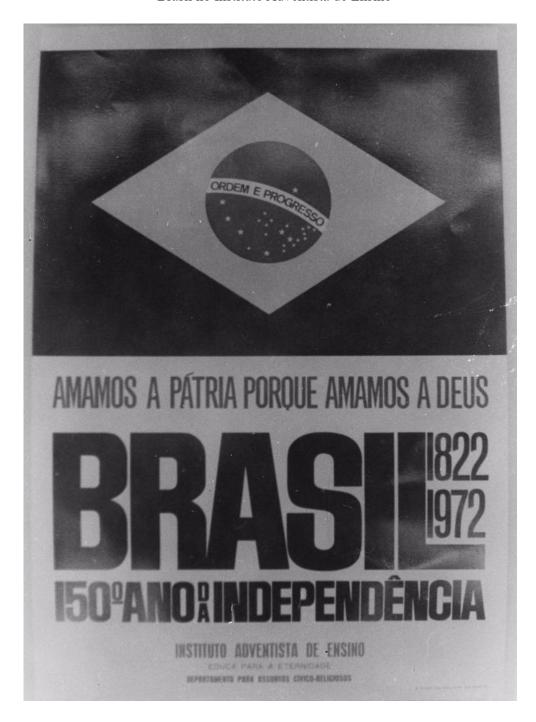
No ano de 1969 iniciava no Brasil um dos períodos mais repressores da ditadura miliar. Os direitos fundamentais dos cidadãos haviam sido suspensos. Qualquer pessoa podia ser detida por ordem ou desejo do governo. Nas instituições de ensino, nas empresas, na imprensa, nos teatros, a sociedade brasileira sentia o poder repressor do novo regime.

O governo passou a gastar milhões de cruzeiros em propagandas destinadas a melhorar a imagem do governo militar. Slogans como "Brasil: AME-O", "Brasil: Ame-o ou deixe-o!", "Quem não vive para servir ao Brasil, não serve para viver no Brasil", passaram a ser vistos cada dia com mais frequência durante o período mais repressor da ditadura militar. A afirmação da reportagem de *O Colegial* de que o professor Walker voltava a lecionar no Brasil por que "amava-O" coincide com o início da propaganda ufanista do governo militar.

No ano de 1972 um cartaz em comemoração aos 150 anos da Independência do Brasil, produzido pelo Departamento de Assuntos Cívico-Religiosos e fixado nas dependências daquele que agora deixou de ser o Colégio Adventista Brasileiro e passou a ser o Instituto Adventista de Ensino, trazia os seguintes dizeres: "Amamos a Pátria por que Amamos a Deus". Nesse ano, o país vivia sob a liderança do general Emílio Garrastazu Médici (1905- 1985), o terceiro presidente da ditadura militar. Foi o ano em que o partido de sustentação da ditadura, o ARENA, se colocou em quase todos os estados e prefeituras do país.

Médici foi o responsável pelo período que ficou conhecido como "anos de chumbo", dado o uso da força por meio de prisões, torturas e execuções. Esses anos foram difíceis para boa parte da população, como trabalhadores, indígenas e opositores do regime, pois o governo, além de censurar, prender e torturar, passou a investir massivamente em campanhas profissionais de propaganda, estimulando o "patriotismo". A governo ditatorial de Médici tinha uma ampla campanha na mídia em 1972 e esse interesse pela propaganda era inédito desde o golpe de 1964. É nesses anos que surge a expressão veiculada pelo governo federal: "Brasil, ame-o ou deixe-o."

Figura 12 – Cartaz comemorativo utilizado na Comemoração dos 150 anos da Independência do Brasil no Instituto Adventista de Ensino



Fonte: Centro de Memória Unasp São Paulo (set. 1972). Centro Universitário Adventista.

No contexto de comemoração dos 150 anos da independência, o Instituto Adventista de Ensino participa das comemorações por meio do seu coral de estudantes que recebia o nome do maestro Carlos Gomes. A *Revista Adventista*, periódico dos adventistas produzido até hoje, imprime na capa da edição de dezembro daquele ano, uma imagem do Coral Carlos

Gomes se posicionando como um mosaico em "150", aos pés do Monumento à Independência no Ipiranga em São Paulo.

Figura 13 – Capa da *Revista Adventista* com o Coral Carlos Gomes do Instituto Adventista de Ensino no Monumento à Independência do Brasil



Fonte: Revista Adventista (dez. 1972, capa). Casa Publicadora Brasileira.

A apresentação do Coral Carlos, formando pelos estudantes, não se tratava de um desfile comum ou uma festa da Independência. A instituição, por meio de seu Coral, participava de um evento promovido pelo governo militar. Presentes no evento estavam Médici, o vice-presidente Augusto Hamann Rademaker Grünewald (1905-1985), o governador de São Paulo Laudo Natel (1920-2020), e o primeiro ministro de Portugal Marcello José das Neves Alves Caetano (1906–1980). Naquele ano o Coral Carlos Gomes era orquestrado pelo maestro Flávio Araújo Garcia (1929-2019). Flávio Garcia foi aluno e posteriormente professor do Colégio Adventista Brasileiro e atuou no impresso estudantil *O Colegial* como fotógrafo. Flávio Garcia era filho de Jerônimo Garcia, um dos diretores do Colégio Adventista Brasileiro.

Outra publicação da Revista Adventista de dezembro de 1972 ilustra um sentimento de orgulho da proximidade com o governo militar. A matéria da revista informava sobre um evento na cidade de Manaus que reuniu jovens adventistas de todo o Brasil e que teve a participação da liderança mundial dos adventistas no encontro.

Figura 14 – Capa da Revista Adventista com o Coral Carlos Gomes do Instituto Adventista de Ensino no Monumento à Independência do Brasil



Fonte: Revista Adventista (dez. 1972, p.19). Casa Publicadora Brasileira.

A revista destaca homenagens que foram feitas a autoridades e celebridades no pais:

Grande trabalho de relações públicas, utilizando-se da presença do Coral, do Quarteto, e convidando autoridades ilustres para proferir palestras sobre temas da atualidade e de interesse nacional. O Cel. Floriano Pacheco, Superintendente da Zona Franca de Manaus, foi um dos brilhantes oradores, durante a hora da Pátria. O Dr. Osias Monteiro, da Secretaria de Planejamento do Governo, falou sobre a Amazônia legal. A Profa. Eurides Brito da Silva, também ocupou a tribuna com raro brilhantismo. O Dr. João Batista Clayton Rossi falou sobre o papel da igreja no combate aos tóxicos. [...] Cada dia prestava-se uma homenagem especial a um vulto ilustre de nossa pátria. Eis os homenageados: Exmo. O Sr. Presidente da República, Gal. Emílio Garrastazu Médici; D. Pedro I; Edson Arantes do Nascimento (Pelé), pelo exemplo como jovem abstêmio e que não faz propaganda de produtos nocivos à saúde; Eurides Brito da Silva, pelo seu exemplo de fiel adventista mesmo no exercício de elevadas funções no cenário nacional. [...] Fica, igualmente, o desafio permanente a todos os jovens, para que permaneçamos leais aos compromissos assumidos com Deus, com a Igreja e com a Pátria.". (REVISTA ADVENTISTA, dez. 1972)

Além do nome do Presidente Médici, os homenageados, de acordo com a revista, eram o Cel. Floriano Pacheco, que criou a Suframa - Superintendência da Zona Franca de Manaus, fundada em 1967, durante o período da Ditadura Militar para, inicialmente, operar como Porto Livre. Também foi mencionado o nome da professora Eurides Brito da Silva. Eurides, que era adventista e atuou durante todo período do regime ditatorial nas instâncias da administração pública para a educação.

Édson Arantes do Nascimento, o Pelé, recebeu homenagem no evento dos jovens adventistas. Importante citar que o governo militar buscou associar os campeões da Copa do Mundo de Futebol no México em 1970, ao momento pretensiosamente vitorioso e otimista que vivia o Brasil. A seleção de futebol vitoriosa do Brasil, simbolizava esse país que aparentemente dava certo na avaliação dos militares.

A organização desse evento que ocorreu em Manaus com os fiéis adventistas distribuiu bandeirinhas do Brasil, o verde-amarelo domina o evento. Os organizadores do evento colocaram na programação, nos dias em que o encontro ocorreu, um momento cívico

que foi denominado de "hora da pátria", onde líderes apontados pelo governo militar proferiam discursos para os fiéis.

O governo do general Médici chegaria ao fim em 1974. Médici deixaria o governo contrariado e fazendo acusações aos generais que viriam a sucedê-lo no cargo: Ernesto Geisel (1974-1979) e João Baptista Figueiredo (1979-1985). Em entrevistas ao jornal Folha de São Paulo Roberto Médici, que era filho e secretário particular para assuntos especiais de Médici na Presidência afirmava que Figueiredo foi o principal articulador da candidatura Geisel, com o objetivo de, a seguir, sucedê-lo no governo. (Folha de São Paulo, 1995).

A relação do agora Instituto Adventista de Ensino continuava próxima com o governo militar. Na semana da independência, no dia 7 de setembro de 1976, a Revista Adventista e o jornal O Globo, publicaram matérias sobre apresentação do coral de adolescentes do Instituto Adventista de Ensino ao presidente Ernesto Geisel.

Figura 15 – Reportagem do jornal O Globo sobre recepção do presidente Ernesto Geisel para receber uma oração dos adventistas antes de sua viagem para o Japão

Adventistas oram para que Geisel tenha uma boa viagem ao Japão

BRASILIA (O GLOBO) — O Presidente Gelsei ouvindente una prece em sua intenção, feila por um das fintes organies do Coral de Adolescentes do Instituto Adventária de Ensino, de São Paulo, na qual foi pedida as bengâcies do Deus para que a próxima viagem do Presidente ad Japão "transcorra em par, na ida e na vola".

Além das quairo músicas interpretadas, os membro do Coral fiscram saudação a Geiso, salientando a satie fação do grapo pola oportunidade de rer recebida pel Presidente, e agradecendo pelos beneficios que de veu prestando ao Brasil, "neste hora em que o País pessa po dificuldades sobratudo de asturera cenamica".

Junto com os Ministros dos gabinetes Civil e Militar, o Presidente ouvir a oração e aplaudiu ao fim de cada música interpretada, entre clas "Amote, Brasil", a "Oração de São Francisco" e "Haja Paz na Terra".

A homenagem foi realizada no salão leste de Palácio de Planalito, por professores e membros do Coral Adventista, no total de 67 persoas. Dois adolescentes presentaram e Chefe do Governo com três voltimes do livro "O desejada de todas se nasões", de autor adventista.

vam, o Presidente cumprimentou cada um dos professores e os integrantes do Coral, com um aceno de mão. Actinal da apresentação, dases "musico obrigado" aos cantores e se despediu dos dirigentes do grupo, deixando em se guida o Palacio do Planatto pola rampa principal.

A saida foi aplaudido por dezenas de pessoas que e aguardavam na praça em frente ao palácio, passando vaga rosamente de carro e accuando. Pela manha, antes de entrar no palácio, também pela rampa, Golsel desceu do carro e cumprimentos um grupe

Pela manha, antes de entrar no palacio, também pela rampa, Goisel desceu do carro e cumprimentou um grupo de pessoas que seguravam uma faixa com os dizeres: "Os trabelhadores de Sergipe saúdam o Presidenté Ernesto Geisel".

Despuchos



Durante a audiência ao coral, o Presidente Geisel recebe de dois adolescentes o fivro "O desejado de todas as nações", de autor adventista

Fonte: Jornal O Globo (7 de set. 1976, p.3). O Globo.

O então presidente recebeu no Palácio do Planalto, em Brasília, o Coral de Adolescentes do Instituto Adventista de Ensino sob a regência do maestro, professor Gerson

Pires de Araújo. O maestro Gerson Pires foi aluno e fez parte da diretoria do impresso estudantil *O Colegial* no ano de 1950. Juntamente com os Ministros dos gabinetes Civil e Militar, Geisel ouviu a oração e acompanhou a apresentação do coral que tinha em seu repertório músicas como "Amo-te, Brasil" e "Haja Paz na Terra".

O governo de Geisel foi marcado pela necessidade de se conter o avanço das oposições frente os sinais de crise da ditadura. Diante dos problemas enfrentados naquele período, Geisel anunciou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II-PND), com o objetivo de buscar a retomada do crescimento econômico com a contenção da inflação que crescia. As reformas iniciadas pelo general não repercutiram como desejadas. Naquele período o Brasil sofreria com os efeitos da crise mundial do petróleo. As grandes potências econômicas passavam por um momento de crise. Diante da economia enfraquecida, os setores de oposição política passaram a ganhar maior força de atuação política.

É no período do governo de Ernesto Geisel que ocorreu o assassinato do jornalista Vladimir Herzog nos corredores do II Exército de São Paulo no ano de 1975. Segundo as fontes oficiais, o jornalista teria cometido suicídio na prisão. No entanto, as fotos do incidente estranhamente mostravam seu pescoço amarrado a um lençol e com os pés ao chão.

O episódio acabou dando forças para que diversas entidades representativas se unissem em torno de duas grandes reivindicações: a anistia aos presos políticos e a realização de uma nova Constituinte. Entre as entidades que encabeçaram essas lutas se destacavam a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira para o Progresso da Ciência, a Associação Brasileira de Imprensa, Comitê Brasileiro pela Anistia, as Comunidades Eclesiais de Base e a União dos Estudantes do Brasil.

Por meio do impresso *O Colegial* e outros canais da imprensa adventista e na imprensa brasileira, percebeu-se que durante os períodos de Redemocratização do Brasil (1945 – 1964) e a Primeira Década da Ditadura Civil-Militar (1964-1974) o Colégio Adventista Brasileiro e posteriormente Instituto Adventista de Ensino, estiveram sempre próximos ao governo federal, fosse por um alinhamento ideológico ou pela busca de apoio ao projeto de expansão e influência dos adventistas no Brasil.

No próximo capítulo será aprofundada a análise de *O Colegial* como um espaço de formação das futuras lideranças para a Igreja Adventista no Brasil em regiões e instituições estratégicas e como um meio de manutenção da confissão da fé adventista e da expansão do número de féis que ocorrem no período de existência do periódico estudantil, entre anos de 1930 e 1974.

Capítulo III – O Colegial: história, editores e contribuições para a igreja

1. História do impresso protestante estudantil O Colegial

Em pesquisas históricas que privilegiam a investigação das práticas escolares, seus sujeitos e sua produção, os periódicos estudantis são considerados elementos potenciais para a compreensão dos discursos e do cotidiano das instituições de ensino. Investigações sobre esses impressos oferecem possibilidades de leituras da rotina escolar, da dimensão pessoal e coletiva de seus agentes escolares, sua relação com o social e o ambiente cultural em que está inserido.

Em um estudo sobre o uso do impresso em uma instituição escolar protestante, não podemos deixar de registrar que a Reforma Protestante foi favorecida pelo impresso, que contribuir por espalhar as ideias dos reformadores por toda a Europa e, de forma semelhante a Reforma Protestante contribui de maneira decisiva para a disseminação do texto impresso, e a expansão da impressa tipográfica.

Santos (2012) afirma que impacto do texto impresso na Reforma Protestante tem sido estudado por alguns pesquisadores, mas poucas pesquisas enfatizam o impacto da Reforma Protestante na disseminação do impresso tipográfica.

A criação da imprensa de tipos móveis, atribuída a Johannes Gutenberg, surgiu no século XV no durante o Renascimento em um contexto de transformações políticas, econômicas e religiosas. Gutenberg não foi o primeiro a propor a impressão de textos, no entanto, sua proposta de um tipo móvel de metal, que podia juntar-se a outros para formar palavras, frases encadeadas em linhas ordenadas, foi o modelo que se tornou notório, considerando sua eficiência e economia. (RODRIGUES, 2012, p. 189).

A imprensa começa a ser estruturada em um contexto de grande agitação, incluindo o campo intelectual, graças à propagação das ideias humanistas, resultando a um anseio que não se limitasse ao campo religioso. A criação da imprensa possibilitou o acesso dos leigos aos textos sagrados e a produção do primeiro livro por meio dos tipos móveis, a Bíblia de Gutemberg, produzida entre os anos de 1450 e 1455.

A ideia dos reformadores era de que a leitura e interpretação dos textos sagrados deveriam fazer parte da vida cotidiana daqueles que aceitasse a fé reformada. Os reformadores passaram a defender que ao lado de cada igreja protestante deveria haver uma escola. A educação para as igrejas protestantes, tinha como objetivo primeiro a alfabetização dos novos fiéis para que estes pudessem ler a bíblia por si mesmos.

A Reforma, com o auxílio da imprensa, provocou uma organização social diferente, inclusive alterando a função doméstica, do lar, elevando, por vezes, esse espaço a uma dimensão educativa relevante. Segundo Eisenstein (1998), nos lares dos protestantes, os textos sagrados eram dirigidos pelos próprios moradores. As leituras eram realizadas pelos homens, mas também com participação a participação das mulheres, o que não ocorria nas residências católicas.

De acordo com Florentino (2018) a imprensa se tornou uma ferramenta política contribuindo que as novas ideias tivessem um largo alcance. Para alcançar as classes mais populares, a imprensa foi utilizada de maneira simples, tendo em vista que o índice de analfabetismo no século XVI era muito grande. Florentino (2018) destaca que diante do alto índice de analfabetismo, utilizava-se do jogo visual, ou seja, as imagens e suas inúmeras possibilidades. Dessa forma a produção de folhetos com gravuras satíricas ou não, eram utilizadas em grande escola.

Sobre a intensa produção impressa neste período e a maneira com que foi utilizada nos campos de disputas político e religioso, o historiador inglês Peter Burke destaca:

Nos anos 1520, publicaram-se muitos panfletos para convencer o povo simples de que Lutero estava certo, ou errado, e as gravuras satíricas levavam as mensagens aos lares. O próprio Lutero tinha clara consciência do valor propagandístico da gravura impressa. "Em todas as paredes (escreveu certa vez), em todos os tipos de papel e baralhos, os padres e monges devem ser retratados de tal forma que o povo sinta repugnância ao ver ou ouvir falar do clero" (BURKE, 1989, p. 281).

Ainda de acordo com Burke (1989), os questionamentos que a Reforma encabeçou não se limitou ao campo religioso. "Na Alemanha, o debate sobre a Reforma extinguiu-se em meados do século XVI, mas suas consequências para a cultura popular continuaram a se fazer sentir em outros lugares" (BURKE, 1989, p. 282). Os ideais protestantes propagados pelo impresso, possibilitou também que houvesse uma série de projeções nas discussões políticas por várias partes da Europa.

O sociólogo Max Weber, fez importantes contribuições para entender o impacto da modernidade na sociedade. Embora ele tenha abordado diversos aspectos da modernidade, incluindo a burocracia, a racionalização e o capitalismo, ele também discutiu a relação entre o protestantismo e a modernização.

Weber (2001) argumentou que certas características do protestantismo, particularmente o protestantismo ascético, desempenharam um papel significativo na formação da mentalidade capitalista moderna. Weber explorou como as crenças e práticas religiosas dos protestantes, especialmente os calvinistas e puritanos, influenciaram o desenvolvimento do modelo de sociedade capitalista.

O protestantismo ascético é um conceito desenvolvido por Max Weber em seu que se refere a uma forma de protestantismo que enfatiza a disciplina, a austeridade e o trabalho árduo como valores religiosos e práticas necessárias para a salvação.

Segundo Weber (2010), o protestantismo ascético, com seu foco no trabalho árduo e no ascetismo, criou uma mentalidade que valorizava a acumulação de riqueza como um sinal de eleição divina. A ideia de que o sucesso material poderia ser um indício de salvação incentivou os fiéis a buscar a prosperidade econômica de forma diligente. Essa mentalidade religiosa contribuiu para o desenvolvimento de uma ética do trabalho que valorizava a poupança, o investimento e o empreendedorismo, características-chave do capitalismo moderno.

Weber identificou certos ramos do protestantismo, particularmente o calvinismo e o puritanismo, como exemplos de movimentos religiosos que promoviam uma ética do trabalho rigorosa e ascética. Essas tradições religiosas valorizavam a dedicação ao trabalho e a busca da excelência profissional como uma maneira de demonstrar a fé e a eleição divina.

A Igreja Católica Romana enfatizava a importância da generosidade e do uso responsável dos bens materiais. Os católicos acreditavam que a riqueza deveria ser compartilhada com os menos afortunados, e a prática das obras de caridade era considerada uma parte essencial da vida cristã. A Igreja condenava a avareza e o egoísmo, destacando a importância de buscar o bem comum e ajudar os necessitados. Além disso, a Igreja também enfatizava a necessidade de viver de acordo com os princípios da justiça social e da solidariedade.

Os reformadores protestantes, no entanto, como Martinho Lutero e João Calvino, argumentavam que o trabalho e o sucesso econômico eram formas de servir a Deus e cumprir os deveres vocacionais. É importante ressaltar que nem todos os protestantes compartilhavam dessa visão favorável ao acúmulo de riqueza. Havia diferenças de interpretação e ênfase entre os diversos grupos e líderes reformistas. Além disso, tanto católicos quanto protestantes concordavam que a ganância, a exploração e a injustiça eram condenáveis e incompatíveis com os princípios cristãos.

No século XVI, católicos e protestantes divergiam em relação ao acúmulo de riqueza. Enquanto os católicos enfatizavam a importância da generosidade, da justiça social e da responsabilidade para com os menos afortunados, alguns ramos do protestantismo valorizavam o trabalho, o empreendedorismo e o sucesso material como expressões da vontade de Deus.

A imprensa e a Reforma foram formas de confrontar as ideias e as práticas católicas, denunciando práticas que passaram a ser condenáveis pela pelos protestantes, principalmente a do alto clero. A grande circulação desses impressos juntamente com a simplicidade de seus textos e gravuras, contribuíram para fomentar um ambiente de intensa propagação das ideais reformadoras junto às classes mais desfavorecidas economicamente.

Florentino (2018) a imprensa possibilitou aos laicos a formulação de críticas ao clero, e a propagação dessas ideias entre as camadas populares mais humildes, inaugurando uma nova forma de instrução política, possibilitando o questionamento, ou seja, o aprofundamento da crítica popular ao clero nos mais variados pontos da Europa.

No Brasil, a influência do protestantismo foi ampliada com a distribuição de impressos diversos como bíblias e folhetos. Para Leonel (2010), os impressos foram um diferencial na estratégia de evangelismo dos protestantes. Os impressos protestantes foram relevantes na disseminação de um novo modelo de indivíduo que se pretendia formar.

O impresso protestante desempenhou um papel significativo na história religiosa e cultural do Brasil. Esses textos foram fundamentais para disseminar as ideias e crenças do protestantismo no Brasil. Através de jornais, revistas, livros e panfletos, a literatura protestante foi amplamente distribuída, alcançando comunidades em todo o país. Isso contribuiu para a expansão do protestantismo e para o fortalecimento das igrejas e organizações protestantes no Brasil.

Outro campo importante que o impresso protestante também desempenhou papel de mudanças foi na educação e alfabetização: As produções de impressos protestantes tiveram um impacto significativo no campo educacional. Muitos desses materiais eram voltados para a instrução religiosa e moral, bem como para a alfabetização. As escolas protestantes desempenharam um papel importante na promoção da educação básica, e os impressos foram usados como ferramentas para esse propósito.

A produção de impressos protestantes contribuiu para o desenvolvimento cultural do Brasil. Muitas editoras protestantes foram responsáveis por traduções e publicações de obras religiosas, literárias e acadêmicas de autores nacionais e internacionais. Essas publicações

ampliaram o acesso à cultura e ao conhecimento, contribuindo para o enriquecimento intelectual e literário do país.

O impresso protestante também foi utilizado como meio de defesa de direitos e valores por parte dos protestantes no Brasil. Durante períodos de restrições religiosas e perseguição, os impressos protestantes eram utilizados para denunciar abusos, promover a liberdade religiosa e compartilhar argumentos teológicos e doutrinários. Isso contribuiu para a construção de uma identidade protestante no país e para a conquista de direitos e reconhecimento legal.

Na medida que o protestantismo avançava em sua atuação no Brasil, tornou-se cada vez mais necessário ensinar aos novos fiéis as doutrinas protestantes. Para esse grupo os impressos passaram a ser um espaço de ensino e formação como descreve o padre Agnelo Rossi, ao destacar o papel do ensino nas chamadas escolas dominicais dos protestantes:

Sempre que é possível, junto ao templo ou sala de culto, abre a escola dominical [...]. Consiste esta escola em reunir meninos e meninas, jovens de ambos os sexos, e mesmo adultos, separados em secções, com o fim de ler e estudar a Bíblia e com a obrigação de todos decorarem, cada domingo, ao menos um texto principal, chamado "áureo". [...] cada seita explica a sua doutrina [...]. (ROSSI, 1938, p. 137)

Os protestantes buscavam solidificar a adesão do convertido à confissão específica à qual se aderira. Para isso era necessário conteúdo doutrinário por todos os meios impressos possíveis. A cultura impressa protestante, por meio de seus impressos, delimitou espaços, demarcou temas e mobilizou opiniões.

As muitas formas e títulos publicados pelos protestantes atendiam com o objetivo do ensino doutrinário. As publicações de caráter educativo - ainda que nem sempre se tratasse de textos com este único objetivo – permitiam às igrejas distinguirem-se umas das outras e diante da religião majoritária no Brasil que era a Católica Apostólica Romana.

No fim do século XIX a Igreja Católica passava por transformações e tensões no Brasil, após o fim dos privilégios como religião oficial do Império e o início da República conforme apontou Pires (2013). A Igreja Católica buscou uniformizar o catolicismo brasileiro ao modelo europeu. A oposição dos católicos contou com publicações na imprensa para combater as novas ideias religiosas que cresciam no país.

Esses periódicos protestantes foram palco de disputas por espaços no campo religioso brasileiro. Vasconcelos (2010) afirma que os conflitos impressos entre protestantes e católicos ultrapassaram a imprensa confessional estendendo-se à imprensa comum, envolvendo jornalistas e políticos.

Vasconcelos (2010) ainda afirma que a disputa no campo religioso, travada por meios dos impressos, não se restringiu às disputas apenas aos católicos, mas também envolveu outras denominações cristãs, como os adventistas e os pentecostais, que não eram considerados protestantes por algumas igrejas cristãs. Uma série de publicações eram dedicadas a combater essas denominações. Grupos de presbiterianos no Nordeste utilizaram o impresso para fazerem oposição aos adventistas por meio de livros como *O Sabbatismo ou Adventismo do Sétimo Dia*, do autor J. Marinho, além de uma série de artigos nas páginas do jornal *Norte Evangélico*:

Os sabbatistas constituem a mais perniciosa das seitas herecticas dos tempos actuaes; porque, professando e ensinando erros funestíssimos sobre a relação do crente para com a lei, subvertendo o ensino profético para perdição das almas, menosprezando e profanando o Dia do Senhor, propagando o grosseiro materialismo do somno da alma, negando as penas eternas com a doutrina do aniquilamento final dos maus, etc. Veste, entretanto, a pelle de ovelha do rebanho de Christo para do melhor logar possível arremessar-se sobre as ovelhas (NORTE EVANGÉLICO, 1910, p. 34)

O periódico *O Colegial* foi um impresso estudantil que surge no Colégio Adventista Brasileiro em um contexto de disputas no campo da religião no Brasil no início do século XX. Neste capítulo buscamos uma análise das edições, estrutura editorial, mudanças na organização e períodos. O *Colegial*, foi um informativo institucional oficial dos estudantes do Colégio Adventista Brasileiro.

Uma matéria do periódico estudantil de março de 1950 por título A A. D. C.A. e a Campanha de 1950 em prol de O Colegial, descreveu com alguns detalhes a trajetória do impresso até aquele momento.

No ano de 1922, pela primeira vez se concretizou no Colégio Adventista Brasileiro a ideia da publicação de um impresso produzido pelos estudantes, denominado *O Seminarista*. Naquele ano nove números do periódico foram publicados. Em 1923 foram

oito números do órgão estudantil, mas a partir desse ano o impresso teria o título *O Astro Colegial*. Posteriormente, entre os anos de 1924 e 1927, o nome *O Seminarista*, retornou, sendo substituído em 1928 para *O Colegial*.

Nos primeiros anos o periódico se denominava jornal e a partir do ano de 1936 passou a se denominar revista. De acordo com o editorial do exemplar do ano de 1936 o impresso não tinha fins lucrativos e não era apenas para divulgação da instituição. O editorial ainda destaca que era produzido pelos estudantes do colégio, sob a supervisão do diretor da instituição. Outro trecho do editorial destaca que o impresso estudantil servia como uma escola de treinamento, que visava desenvolver habilidades nos estudantes para aquilo que a instituição adventista considerava um dos ramos mais importantes para a igreja que era a "palavra impressa" (O COLEGIAL, 1936).

Figura 16 – Edição de O Colegial de fevereiro de 1936 que descrevia objetivos do impresso



Fonte: O Colegial (15 fev. 1936, p.6). Centro Universitário Adventista.

Em 1938, em assembleia geral dos estudantes do Colégio Adventista Brasileiro, a diretoria de *O Colegial* propôs a mudança do nome da revista para *Lanterna de Diógenes*. A ideia era sugerir ao impresso estudantil um sentido filosófico mais profundo. A expressão lanterna de Diógenes é usada por jornalistas e escritores como símbolo da procura de homens honestos. Diógenes de Sínope, conhecido como Diógenes, o cínico, foi um filósofo grego e um dos fundadores da filosofia cínica.

Quando a proposta foi submetida à votação dos alunos, a mudança foi rejeitada pela maioria, permanecendo o título de *O Colegial*:

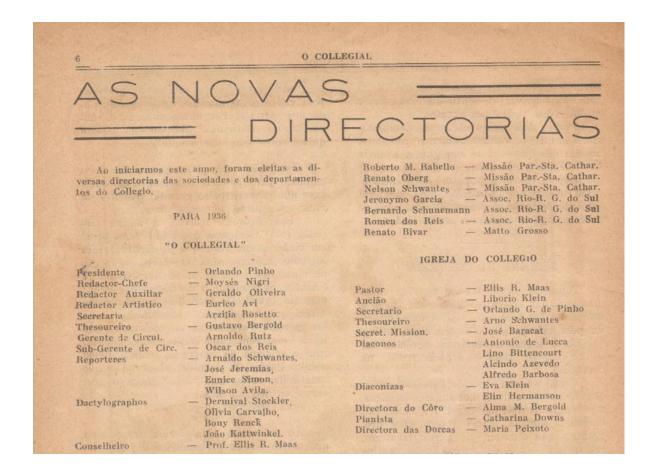
Submetida a proposta à votação geral, foi reprovada pela maioria, perpetuando-se assim o título de "O Colegial", por condizer melhor com o próprio nome do Colégio (C. A. B.), além de invocar um nome sonoro, cheio de entusiasmo juvenil, já confirmado por dez anos de publicação regular e apreciada, simbolizando por isso mesmo uma bela e histórica tradição estudantina, que não deveria e nem poderia ser desprezada. Assim, para todos os efeitos, e por tempo indeterminado, a publicação estudantina do C. A. B. será sempre "O Colegial". (O COLEGIAL, 1950, p. 2)

Essa mesma reportagem do impresso de 1950, afirma que entre 1928 a 1941, graças ao processo de assinaturas. Por iniciativa dos próprios alunos, *O Colegial* foi publicado e divulgado em um número para cada mês do ano letivo, sendo sempre o último do ano o número de formatura. De 1942 a 1946, de acordo com o texto, devido à falta de papel, motivada pela Segunda Guerra Mundial, apenas foram publicados números esporádicos de *O Colegial*.

A revista deixou de circular em 1947 e 1948, segundo a reportagem de 1950, em razão dos custos financeiros de produção (O COLEGIAL, 1950, p. 2). No entanto, em 1949 os alunos voltaram a publicar, agora com os custos assumidos pelo próprio colégio, apenas com distribuição entre a comunidade interna da instituição.

Desde o início de sua existência, havia uma comissão de estudantes responsável pelo impresso *O Colegial*. Entre os anos de 1930 e 1937 essa comissão era formada por presidente, redator-chefe, redator auxiliar, redator-artístico, secretaria, tesoureiro, gerente de circulação, subgerente de circulação, repórteres, datilógrafos e um conselheiro.

Figura 17 – Lista de nomes da comissão editorial de O Colegial de 1936

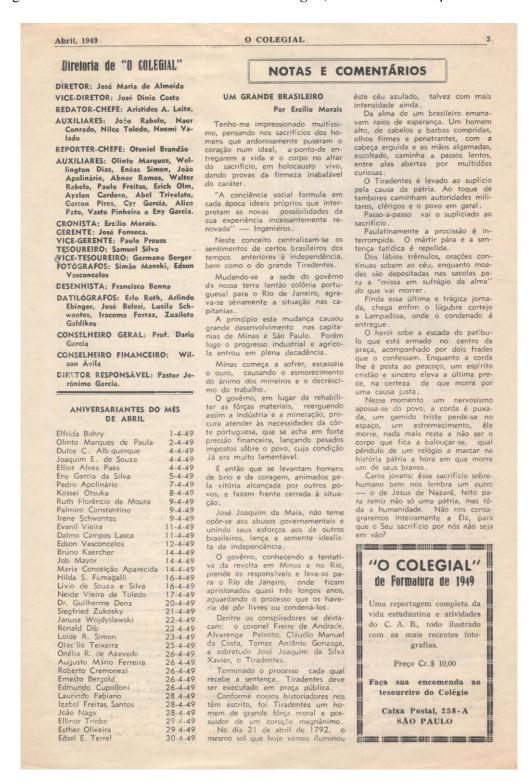


Fonte: O Colegial (15 fev. 1936, p.6). Centro Universitário Adventista.

Entre os anos de 1938 e 1941 não se pode afirmar como era composta a equipe editorial, pois não se localizou exemplares da edição de *O Colegial* nos arquivos da instituição. A partir de 1942 a análise do impresso identificou mudanças nas funções desempenhadas pelos alunos na equipe editorial. A nova comissão do impresso estudantil passou a contar com presidente, vice-presidente, gerente, redator-chefe, redator, secretária, tesoureiro, vice-tesoureiro, chefe de circulação, diretor artístico, repórter, conselheiro e fotógrafo.

Essa comissão passou a ser formada por diretor, vice-diretor, redator-chefe, auxiliares, repórter-chefe, cronista, gerente, vice-gerente, tesoureiro, vice-tesoureiro, fotógrafo, conselheiro geral, conselheiro financeiro.

Figura 18 – Lista dos nomes da diretoria de O Colegial, relacionada na edição de abril de 1949



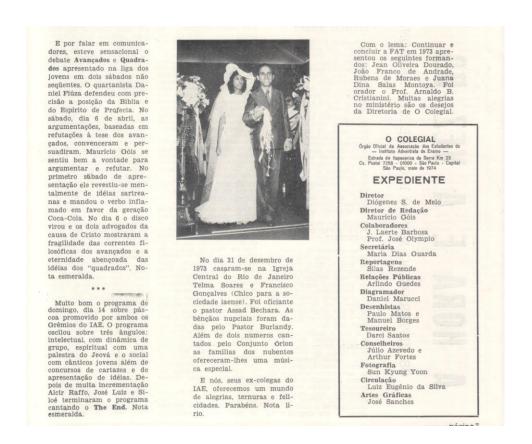
Fonte: O Colegial (abr. 1949, p.3). Centro Universitário Adventista.

O formado da equipe editorial do impresso permaneceu sem alterações entres os anos de 1942 até 1956 quando seria modificado novamente. A análise não revelou qual era o

motivo que levava as mudanças na nomenclatura das funções desempenhadas pelos alunos que atuavam na edição do periódico. O formato da equipe editorial permanece sem alterações entre os anos de 1957 e 1974, na última edição localizada nos arquivos da instituição.

A edição do mês de maio do ano de 1974, que traz o último formato identificado da equipe editorial de *O Colegial*, relacionava diretor, diretor de redação, colaboradores, secretária, reportagens, relações públicas, diagramador, desenhistas, tesoureiro, conselheiros, fotógrafo, circulação e artes gráficas.

Figura 19 – Última equipe editorial do impresso O *Colegial*, relacionada na edição de maio de 1974

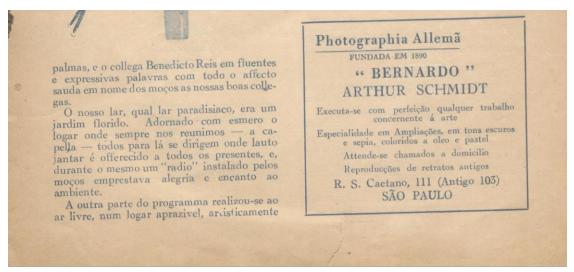


Fonte: O Colegial (maio. 1974, p.7). Centro Universitário Adventista.

Sobre o trecho que menciona a equipe editorial, destacasse a informação de que, nessa última edição, *O Colegial* continuava sendo um impresso produzido pela *Associação dos Estudantes do Instituto Adventista de Ensino*.

A partir de 1933 nota-se os primeiros espaços de publicidade no periódico. Inicialmente os anúncios eram em sua maioria de empresas que ofereciam serviços na região de São Paulo. No entanto, os adventistas também utilizavam *O Colegial* para promover instituições como a sua editora a Casa Publicadora Brasileira, a fábrica de alimentos Superbom e o Hospital Adventista de São Paulo.

Figura 20 – Primeira publicidade identificada no periódico *O Colegial* na edição 1933



Fonte: O Colegial (ago. de 1933, p.6). Centro Universitário Adventista.

A história da publicidade nos impressos remonta ao início da imprensa de tipos móveis e a disseminação de informações por meio de materiais impressos. Pinho (2015) escreve que no século XVIII, com o desenvolvimento das técnicas de impressão e a disseminação de jornais e revistas, os anúncios impressos se tornaram mais comuns. Empresas e comerciantes começaram a utilizar os jornais para promover seus produtos e serviços.

O século XIX marcou um grande avanço na publicidade impressa. O surgimento de revistas populares e jornais de massa criou um ambiente propício para a publicidade. Anunciantes passaram a criar anúncios mais elaborados e atrativos, utilizando ilustrações e texto persuasivo. Com o desenvolvimento da indústria e a expansão do comércio, os catálogos e folhetos impressos se tornaram uma forma eficaz de promover uma ampla variedade de produtos.

No século XX, a publicidade impressa continuou a se desenvolver. A introdução de cores nas impressões permitiu a criação de anúncios mais visualmente atraentes. Duas das

importantes instituições comerciais para os adventistas no Brasil, faziam uso do espaço do impresso estudantil O Colegial para fazer publicidade. A editora Casa Publicadora Brasileira e a indústria de alimentos Suberbom.

Figura 21 – Anúncio da Superbom em O Colegial na edição 1954. Primeira publicidade em cores.



Fonte: O Colegial (dez de 1954, p.51). Centro Universitário Adventista.

De acordo com Souza (2018) a Superbom que inicialmente teve como objetivo atender as necessidades dos alunos do Colégio Adventista Brasileiro. Os trabalhadores da fábrica eram em sua maioria estudantes do colégio. Após a posse de, Ernesto Bergold, ex-

aluno da instituição, em 11 de janeiro de 1944, a Superbom ampliou a oferta de produtos produzidos, buscando a popularização da marca, auxiliaram diretamente no processo.

Até Bergold assumir a Superbom, a produção era basicamente de suco de uva. A partir de sua gestão, novos produtos passaram a ser oferecidos. Para atender às novas metas de produção, Bergold propôs que fosse construído um novo prédio, onde acomodaria as novas instalações da empresa.

Com as instalações da indústria independentes do colégio, Souza (2018) afirma que a Superbom passou a buscar espaço no mercado brasileiro. Uma ação tomada pela administração da Superbom, que teve como pretensão divulgar os produtos da marca, foi o envio de sucos de uva para pessoas de destaque e projeção nacional como o presidente do Brasil, Getúlio Vargas, Fernando Costa, interventor do estado, Gustavo Capanema, ministro de Vargas, general Boanerges Lopes, diretor da arma de infantaria,

A medida que passava o tempo os membros da denominação passaram a reconhecer a marca com maior intensidade. O reconhecimento da marca não ficou restrito à comunidade adventista. Em 1959, a Superbom, percebendo a necessidade de atender as demandas em todo o território nacional, implantou uma filial em Videira, Santa Catarina.

Souza (2019) descreve que o governador do Estado de Santa Catarina, Heriberto Hülse (1902-1972), visitou a fábrica de produtos da Superbom, da cidade de Videira. A comitiva que visitou a fábrica era de umas 70 autoridades estaduais e municipais. Os produtos da Superbom chegaram a ser servidos nos serviços de bordo de voos internacionais, no Oriente Médio.

Os produtos da indústria adventista no Brasil receberam premiações em uma exposição internacional em Bruxelas, de acordo com Souza (2018). Foi no início do ano de 1969 que a Superbom passou a ser controlada diretamente pela sede da Igreja Adventista no Brasil. Atualmente a Superbom é uma indústria especializada na produção de alimentos vegetarianos e veganos no país. A indústria adventista oferece uma ampla variedade de produtos, incluindo substitutos de carne à base de plantas, como hambúrgueres vegetais e salsichas vegetarianas, leites vegetais, sucos, geleias, snacks e outros alimentos vegetarianos e veganos.

Souza (2018) afirma que além da produção de alimentos, a Superbom também se envolve em iniciativas sociais e projetos de responsabilidade ambiental. A empresa busca promover um estilo de vida saudável e sustentável por meio de programas educacionais,

eventos e parcerias com instituições e organizações comprometidas com o bem-estar humano e o cuidado com o meio ambiente.

Assim com a Superbom, as publicidades de outras instituições adventistas como a Casa Publicadora Brasileira, editora que produzia literatura dos adventistas no Brasil, também eram comuns em *O Colegial*.

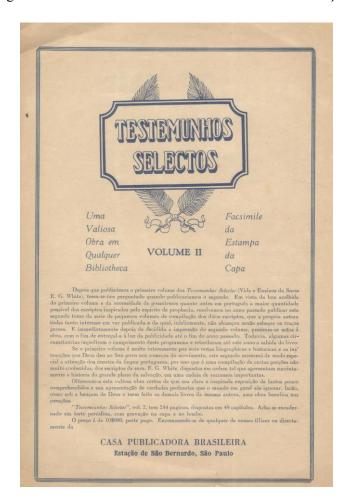


Figura 22 – Publicidade da editora dos adventistas na edição 1933

Fonte: O Colegial (ago. de 1933, p.11). Centro Universitário Adventista

Mas as publicidades que estavam de alguma maneira relacionadas a expansão dos adventistas no Brasil não estavam somente ligadas à editora Casa Publicadora Brasileira e à Superbom. Uma imagem da edição de setembro de 1937, apresentava a publicidade de um dentista por nome João Bechara que também desenvolvia um trabalho missionário para os adventistas no Brasil. A análise do impresso *O Colegial* revelou que as publicidades de profissionais liberais era algo comum nas edições que tiveram espaços para esse fim.

Figura 23 – Publicidade do dentista e missionário adventista João Bechara



Fonte: O Colegial (set. de 1937, p.02). Centro Universitário Adventista.

Segundo a Encyclopedia Adventist (2020) João Bechara (1905–2001) foi aluno do Colégio Adventista Brasileiro, tendo se formando em teologia no ano de 1922, mesmo não sendo membro da Igreja Adventista, algo que não era comum no seminário de teologia da instituição. De acordo com a Encyclopedia Adventist (2020), Bechara não era membro da Igreja Adventista quando estudou e se formou, tendo sido batizado e se tornado membro, posterior ao período que estudou na instituição adventista.

A família do dentista não professava nenhuma religião, porém eram simpatizantes da fé católica, apesar de não a frequentarem a igreja. Os pais de Bechara eram amigos de um pastor adventista chamado por nome Elias Zorub, um imigrante sírio que se mudou para o Brasil. Foi por meio do contato com o pastor adventista que João Bechara foi enviado pelos pais para estudar no Colégio Adventista Brasileiro. Bechara se formou aos 17 anos e dez anos depois, ainda residindo em Santo Amaro, João adquiriu tifo e o restabelecimento da sua saúde foi uma motivação para que ele fosse batizado na fé adventista no ano de 1932.

João Bechara estudou odontologia no município de Pindamonhangaba-SP conforme descreve a Encyclopedia Adventist (2020), e dedicou a sua carreira como dentista ao trabalho missionário adventista. Após a formatura, ele atuou como dentista em uma lancha missionária adventista nos rios Ribeira e Araguaia, oferecendo serviço odontológico gratuito aos indígenas locais.

No município de São Paulo, Bechara tinha um consultório, anunciado na edição de *O Colegial* de setembro de 1937, onde também se voluntariava para atender alunos e pessoas carentes indicados pelo colégio. João Bechara foi o pioneiro do projeto evangelístico adventista para judeus, iniciado na década de 1950, abrindo sua casa para as primeiras reuniões adventistas no Brasil feitas com esse objetivo. Atualmente os adventistas mantem várias comunidades voltadas para o público judeu no país.

Durante o seu ciclo de existem, em nenhuma das edições de *O Colegial* foi informado a tiragem do impresso. No entanto, é possível saber que o periódico tinha circulação nacional, considerando que era distribuída entre os alunos que vinham de outras regiões do país e também envia por postagem para aqueles que tinham interesse, de acordo com o próprio periódico.

Para Magalhães (2004) os arquivos de documentos constituem contribuição fundamental para a análise da história e identidade de uma instituição. Na catalogação e análise das edições traçou-se uma comparação de todos os informativos. Esta pesquisa buscou utilizar as fontes documentais, que de acordo com Mogarro (2006) constituem ferramentas de grande importância para a história da instituição de ensino e da formação de sua memória.

Os arquivos e seus documentos têm adquirido uma importância crescente no campo da história da educação. Eles possuem informações que permitem introduzir a uniformidade na análise realizada sobre os vários discursos que são produzidos por actores educativos. (MOGARRO, 2006, p. 72)

Mogarro (2006) afirma que os arquivos escolares têm adquirido visibilidade nos estudos e publicações de referência em Portugal (Nóvoa & Santa-Clara, 2003; Ramos do Ó, 2003; Magalhães, 2001) e que processo semelhante tem ocorrido nos estudos brasileiros, publicados por Vidal e Moraes (2004), Moraes e Alves (2002), Vidal e Zaia (2002). A tarefa de organizar e mapear os arquivos implica o constante diálogo do pesquisador com as fontes documentais, o que acarreta para a análise histórica a possibilidade de alargar o conhecimento das fontes de história da educação, já que os próprios documentos constituem potencial gerador de novos estudos segundo Nunes (1992).

Para Abbud (2018) a memória pessoal ou coletiva é uma das metodologias que ajudam a narrar a trajetória das instituições educativas. A memória não é apenas uma coleta de informações, é responsabilidade do pesquisador organizar as informações e explicá-las em suas ordens. Para conhecer e compreender a memória de uma instituição, é necessária uma análise crítica e interpretativa. Gatti (2012), ao se referir a leitura e interpretação do material que se usa para pesquisa da memória da instituição, afirma ser importante observar todos detalhes, pois podem revelar informações preciosas para o estudo.

A edição do *Colegial* mais antiga que consta nos arquivos da instituição é a de número 03 do dia 1º de agosto de 1930. Ao todo foram catalogadas 50 edições que circularam entre anos de 1930 e 1974.

Tabela 1: Informações sobre os ciclos de existência de O Colegial

Ano das edições	Edições localizadas	Número de páginas	Responsáveis pelo periódico	Local de Impressão
1930	Agosto	23	Roberto Rabelo e Oscar Castellani	Não identificado
1933	Agosto	9	Jorge Lobo e Arno Schwantes	Não identificado
1934	Fevereiro	9	Arthur Leitzke e Siegfried Schwantes	Não identificado
1935	Março	10	Moysés Nigri e Romeu R. dos Reis	Não identificado
	Fevereiro e			
1936	Março	10	Orlando Pinho e Moysés Nigri	Não identificado
1937	Setembro	6	Derminal Stockler e Geraldo G. Oliveira	Não identificado
1941	Novembro	8	Isaías Dornelles e Domingos Peixoto Silva	Não identificado
1942	Junho	8	Isaías Dornelles e Domingos Peixoto Silva	Não identificado
1943	Agosto	7	Itaniel Ferraz e Domingos Peixoto da Silva	Não identificado
1944	Junho	12	Nelson Brasil, Erison Michiles e Domingos Peixoto da Silva	Não identificado
1945	Dezembro	51	S. F. Lima, Paulo Bork e Benedito Andrade	Não identificado
1046	Setembro e	15 - 55	Erison Michilles, Domingos Peixoto Silva e	Nië e ideatifice de
1946	Dezembro Abril, Agosto,	15 e 55	Luiz de Freitas José Maria de Almeida, Domingos Peixoto	Não identificado
1949	Outubro e Dezembro Março, Abril, Junho,	16, 5, 7 e 63	da Silva e Aristides A. Leite	Não identificado
1950	Agosto, Setembro e Dezembro	8, 8,9, 10, 8, 12, 75	Plinio Rabelo, Domingos Peixoto da Silva e Wellington Dias	Não identificado
1951	Dezembro	48	Wellington Dias Pereira e José Bellesi Filho	Não identificado
1954	Maio e Dezembro	4 e 52	Léo Ranzolin e Aracely do Prado	Gráfica da própria instituição
1955	Dezembro	44	Não identificado	Gráfica da própria instituição
1956	Dezembro	36	Waldir Roloff e Dario Azevedo	Gráfica da própria instituição
1957	Dezembro	87	Assad Bechara e Darci Borba	Gráfica da própria instituição
1958	Dezembro	95	Walter Boger e Joel Sarli	Gráfica da própria instituição
1961	Maio e Junho	07 e 02	Não foi possível identificar os responsáveis por essa edição	Gráfica da própria instituição
1963	Maio	21	Renne dos Reis, Ivan Schmidt e Paulo Azevedo	Gráfica da própria instituição
			Oder Fernandes de Mello, Rubem Milton	Gráfica da própria
1965	Setembro Maio, Junho e	22	Scheffel e José Carlos Ramos Milton Roberto Vieira, Ivan Schmidt e	instituição Gráfica da própria
1966	Setembro	22, 22 e 24	Rubens Lessa José Silvio Pereira, Milton Roberto Vieira e	instituição Gráfica da própria
1967	Junho	8	Rubens Lessa	instituição
1968	Setembro	8	Não identificado	Gráfica da própria instituição
1969	Junho	7	Robenildo Bezerra, Paulo Azevedo e José Carlos Ebling	Gráfica da própria instituição
1970	Abril e Maio	8 e 8	José Carlos Ebling, Paulo Pinheiro e Márcio Dias Guarda	Gráfica da própria instituição
1973	Junho	5	Gilson Prego e Sérgio Quevedo	Gráfica da própria instituição
1974	Outubro	9	Diógenes Melo e Maurício Góis	Gráfica da própria instituição

Fonte: Dados organizados pelo autor com base nas edições localizadas nos arquivos do Centro de Memória Unasp São Paulo - 2023 A catalogação ocorreu com apoio do Centro de Memória do UNASP-SP e foram digitalizadas todas as edições. Nessa pesquisa apresentou-se intelectuais da igreja como Roberto Rabello, Domingos Peixoto, Rubens Lessa, Oscar Castellani, Moysés Nigri, Roberto Azevedo, Orlando Ritter e outros importantes quadros para a estratégia de expansão da Igreja Adventista no Brasil no século XX e que participaram como alunos no corpo editorial do *O Colegial*.

Buscou-se mostrar por meio dessa pesquisa, como o Colégio Adventista Brasileiro era um espaço de manutenção e expansão da confessionalidade adventista, buscando inclusive a conversão de alunos que, ao ingressarem no colégio, não professavam a fé dos membros da igreja.

2. *O Colegial*, a formação de quadros e a manutenção da confissão adventista para uma igreja em expansão

Segundo o filósofo italiano Gramsci:

[...] todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates). Formam-se assim, historicamente categorias especializadas para o exercício da função intelectual (GRAMSCI, 2014, p. 18-19).

Para esse pensador, "os intelectuais são os 'prepostos' do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social " (2014, p. 21). Para o crescimento desejado e maior alcance com a mensagem e missão adventista, a igreja precisava de lideranças em setores e regiões estratégicas no Brasil. O período de nacionalização quando Vargas assume o poder no país, acelerou a necessidade de formação de novos quadros.

Professores, pastores e colportores eram necessários para a conversão e aumento do número de membros para a igreja adventista no Brasil. Esse grupo era necessário para levar as ideias do adventismo para todo território nacional. Exerciam a função de intelectuais, considerando que seus posicionamentos e pensamentos modificavam e intervinham no modo de pensar e estilo de vida dos fiéis religiosos.

Um grande número de editores e colunistas do *O Colegial* se tornou intelectuais e lideranças importantes para a Igreja Adventista. Eles eram estudantes de residiam no Colégio Adventista Brasileiro e que tinham origem em diversas regiões do país. Muitos desses estudantes que participaram da edição do periódico, se tornaram líderes em setores estratégicos da Igreja Adventista como missionários, pastores, professores, músicos, diretores de escolas, enfermeiras e administradores após de formarem na instituição de ensino.

Gramsci (1968) afirmou que a escola desempenhava um papel fundamental na formação da hegemonia cultural, transmitindo os valores, as crenças e as ideologias da classe dominante para as gerações futuras. Ele via a escola como uma instituição responsável por reproduzir as desigualdades sociais e perpetuar as relações de poder existentes.

O filósofo italiano também acreditava que a escola poderia ser um local de resistência e transformação. Ele argumentava que os grupos subalternos, como os trabalhadores, os camponeses e os oprimidos, poderiam usar a educação como uma ferramenta para desafiar as estruturas de poder existentes e criar uma contra hegemonia. Para Gramsci (1968), a escola poderia se tornar um espaço de luta intelectual e cultural, onde as ideias dominantes poderiam ser contestadas e transformadas.

Para Gramsci a educação era uma forma de desenvolver a consciência crítica e a capacidade de análise das classes subalternas. Ele defendia uma educação que fosse libertadora, capacitando os indivíduos a compreenderem as estruturas sociais e a se engajarem ativamente na transformação da sociedade. A escola, segundo Gramsci (1968), é o espaço para elaboração dos intelectuais de todos os níveis, pois ela reflete o desenvolvimento histórico e cultural real de uma dada formação social.

O Colégio Adventista Brasileiro foi por muitas décadas o espaço dos adventistas de formação de intelectuais orgânicos para atuação em diversos setores da denominação religiosa. Intelectual orgânico foi um conceito proposto por Gramsci (1968) e que significa um tipo de intelectual que está ligado à sua classe social originária, atuando como seu portavoz.

Ainda que pouco expressiva, nota-se a participação de alunas em alguns conteúdos de *O Colegial* ao longo de sua existência. O primeiro exemplar localizado no arquivo, em que surge o nome de alunas e professoras, é o periódico de 1935 em que constam o nome de Dinah Apolinário, que escreve um poema, Lygia Cerqueira Dias, que escreve um texto sobre a origem da língua portuguesa, um texto da professora Ruth Oberg, sobre uso da língua portuguesa e o nome de Arzilia Rosetto como secretária do grupo editorial.

O Colegial número 06 de 1937 traz na capa um poema da aluna Lucila Roseto. No exemplar número 01 do ano de 1942 a estudante Lina Souza escreve uma notícia sobre o êxito dos estudantes na venda de livros, uma atividade denominada de colportagem, e como a atividade auxiliava a manutenção dos alunos na instituição.

No mesmo jornal uma outra estudante por nome Gerda Annies, descreve a sua motivação e alegria em estar estudando no Colégio Adventista Brasileiro. É em agosto de 1943, na edição número 02, que surge o nome da primeira redatora, a aluna Estér Silveira.

Figura 24 – Primeira edição de *O Colegial* que trouxe na capa o nome de uma redatora.



Fonte: O Colegial (ago. de 1943, capa). Centro Universitário Adventista.

Após esse período, na análise dos impressos, apenas nota-se outra aluna como redatora no exemplar de março de 1950, por nome Ruth Moura.

Outra informação identificada na análise do periódico, é que desde a sua fundação, o Colégio Adventista Brasileiro não teve uma diretora na instituição. De acordo com Guarda (2015), até o ano de 2015, nenhuma mulher este à frente da instituição até o ano de 2015, e mesmo após 2015, ainda nenhuma mulher ocupou uma função de diretora geral da instituição, de acordo com o site institucional do UNASP (2023).

Na análise de *O Colegial* foi observado que após a primeira redatora ser relacionada, nas edições seguintes, as mulheres que fizeram parte do grupo editorial do impresso estudantil atuaram com o título de "secretária". Apesar de não ser possível localizar em nenhum impresso quais seriam as atribuições da "secretária", conclui-se que era uma função que se distinguia das demais como presidente, redator chefe, redator auxiliar, tesoureiro, gerente, repórter, cronista, fotografo e conselheiro que estavam relacionados como diretoria do impresso. As mulheres não tinham o mesmo espaço dos homens na editoração do periódico estudantil.

O fato das mulheres ocuparem um papel secundário na edição do periódico é compreensível quando analisamos as atribuições das mulheres na liderança da Igreja Adventista. Os adventistas do Sétimo Dia se organizam através de quatro níveis desde o membro individual até a organização mundial: A igreja local, que é um corpo organizado e unido de membros individuais, a Associação ou Missão local, que é um corpo organizado e unido de igrejas de um estado, província ou território, A União, que é um corpo unido de associações, missões ou campos dentro de um território maior. Exemplo: União Sul-Brasileira – compreende os estados da região Sul do Brasil, A Associação Geral, a maior unidade da organização, que abrange todas as uniões em todas as partes do mundo.

As Divisões são seções da Associação Geral, com responsabilidade administrativa a elas atribuída em determinadas áreas geográficas. No caso da América do Sul, oito países (Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai, Chile, Peru, Bolívia e Equador) fazem parte da Divisão Sul-Americana, com sede em Brasília. Os demais países sul-americanos (Colômbia, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname) fazem parte da chamada Divisão Interamericana.

Para ocupar a função de presidentes nas Associações, Missões, Divisões e Associação Geral, é necessário ser um pastor ordenado. A ordenação pastoral ocorre após um período de experiência, em que o pastor formado em teologia nas instituições adventistas,

passa. Então ele recebe um credenciamento para exercer suas atribuições e alguns privilégios.

Atualmente existem no Brasil 04 instituições de ensino superior adventista que oferecem o curso de teologia⁸. Apesar de existirem mulheres que cursam teologia nessas faculdades, de acordo com os manuais de praxe da Igreja Adventista, elas não podem ser pastoras e muito menos ordenadas para o ministério pastoral. Consequentemente até hoje, nenhuma mulher até hoje pode exercer um cargo de presidência na Igreja Adventista.

A Igreja Adventista produz um documento por nome Yearbook, disponível de forma online atualmente na internet. O Yearbook publica anualmente os locais, instituições e as funções dos pastores, administradores e missionários ao redor do mundo. Com ele é possível mapear, ano a ano, cada função e local em que essas lideranças trabalharam ao longo de sua vida.

O que se observa na biografia das mulheres adventistas, em que os nomes surgem no documento, é que a história delas se inicia somente após o casamento, pois este documento se reporta a elas pelo nome completo de seus companheiros. Jessie Viola Rowley (1894–1962), por exemplo, foi uma das pioneiras responsáveis pelo trabalho médico-missionário realizado na região Norte do Brasil. Casou-se com Leo Blair Halliwell (1891–1967) e recebeu seu sobrenome. No entanto, o Yearbook a descreveu da seguinte forma: "Operam nas primeiras mil milhas do rio Amazonas e seus afluentes. L. B. Halliwell no comando, a Sra. L. B. Halliwell, enfermeira". Além da descrição do homem como comandante, o documento oculta a identidade feminina para destacar a figura masculina.

Quando observamos a memória institucional adventista, o que se observa é que toda experiência de vida que as pioneiras tiveram antes do casamento não é mencionada. Em sua maioria as mulheres são vistas como partes complementares ou cooperadoras dos homens.

A partir dessa perspectiva percebesse o tratamento dado as mulheres nas palavras do primeiro brasileiro a chegar na vice-presidente da Igreja Adventista no mundo, que foi Moysés Salim Nigri (1914–2010). Em seu livro Nigri escreve:

Alida e meus filhos não me deram muito trabalho. Foram mãos cooperadoras, especialmente minha esposa que, depois de casada, jamais

_

⁸ As instituições de ensino superior adventista no Brasil são: IAP – Instituto Adventista Paranaense localizada no interior do estado do Paraná. A Faculdade Adventista Paranaense possui várias unidades e a sede está localizada no município de Ivatuba – PR; FADBA – Faculdade Adventista da Bahia localizada no município de Cachoeira – BA; FAAMA – Faculdade Adventista da Amazônia lo

trabalhou de forma remunerada. Vivíamos unicamente com o que eu ganhava. (NIGRI, 2014, p. 80)

Sua fala exprime os significados representativos do lar ideal adventista, bem como a função feminina dentro dele. O homem devia ser o provedor responsável por trazer sustento e cuidado à família e à mulher cabia a responsabilidade das atividades domésticas.

Sobre o protagonismo das mulheres de fé adventista no Brasil, talvez o fato que poderia ser considerado mais relevante, na análise de *O Colegial*, é incialmente uma pequena menção de comemoração do natalício de uma estudante da instituição, que ocorre na edição especial de aniversário do colégio do mês de agosto de 1943.

O nome da aluna era Eunice Mafalda Berger. Eunice casa-se com Darcy Augusto Michiles, aluno do colégio e colunista de *O Colegial* (1945), e que se tornaria deputado estadual do Amazonas pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Ela passaria a partir do casamento se chamar Eunice Mafalda Berger Michiles, muda-se para o município de Maués no Estado do Amazonas e posteriormente se tornaria a primeira senadora eleita no Brasil. Eunice foi vereadora, deputada estadual, deputada federal.

O nome de Eunice Berger aparece na edição de junho de 1944 na relação de alunos matriculados na 3ª série Ginasial do colégio. No ano seguinte o nome e a foto da aluna estavam na página 43 da edição de dezembro de 1945, onde estavam relacionados os formandos do curso Ginasial. A menção a Eunice Berger a descreve como "jovem simpática, natural do Capão Redondo, cursou o ginásio neste Educandário, onde soube ganhar a simpatia de seus colegas". (O COLEGIAL, 1945, pág. 43)

Eunice Michiles ainda fez o Curso Normal no Colégio Adventista Brasileiro, e atuou como professora na instituição adventista antes de iniciar sua carreira política no Amazonas.

Antófila Assumpção Baía R. G. do Sul Humberto Col Minas S. Paulo S. Paulo Oswaldo Maerz Baía S. Paulo Pará _ 43 -

Figura 25 – Edição de *O Colegial* com foto da formanda do Colégio Adventista Brasileiro, Eunice Berger, que viria a ser a primeira senadora eleita no Brasil.

Fonte: O Colegial (ago. de 1943, capa). Centro Universitário Adventista.

Em agosto do ano de 1939, antes de ingressar no colégio, Eunice Berger ficou órfã quando o seu pai Theofilo Frederico Roberto Berger, pastor e evangelista adventista foi diagnosticado com febre tifoide e faleceu em 7 de setembro de 1939, aos 39 anos de idade. Theophilo Berger, que havia sido aluno no Colégio Adventista Brasileiro, é considerado um dos pioneiros Adventistas do Sétimo Dia nos estados de Pernambuco e Bahia. Foi quando Eunice Berger retornou para Capão Redondo para morar e estudar no colégio.

Nessa ocasião Eunice Berger conheceu Darcy Michiles, que tinha vindo do Estado do Amazonas para estudar no Colégio Adventista Brasileiro. Darcy Michiles era filho de José Batista Michiles, que se tornou adventista no ano de 1929 no Amazonas. Nesse ano José Batista Michiles e mais quatro pessoas foram batizadas, tornando-se os primeiros adventistas do Estado.

Dessas primeiras conversões, o adventismo começou a se espalhar pela região amazônica. José Michiles tinha forte influência na comunidade e mesmo não sendo pastor, atuava como missionário com sua canoa. José Michiles, ou Donga Michiles, como era conhecido, posteriormente tornou-se o primeiro prefeito do município de Maués em 1947, cargo que exerceu por três mandatos em 1960, e depois em 1970.

É por meio da família Michelis que Eunice é apresentada à vida pública na política. Sobre o início da trajetória de Eunice Michelis na política, Barbosa (2006) afirma que de 1950 a 1970, Eunice Michiles dedicou-se a construir escolas, prestar assistência médica e ajudar, de maneira direta, o povo amazonense, em Maués. Eunice chegou a construir escolas no município de Maués e treinar pessoalmente os professores. Com a entrada dos militares no poder, Eunice foi perseguida e proibida de entrar na política, com a falsa acusação de peculato. Acusada sem provas Eunice foi sumariamente julgada. Para ela, as acusações falsas de desvio do dinheiro público foi o pretexto encontrado para afastá-la da política.

Eunice Michiles, foi a primeira mulher a chegar ao Senado Federal no ano de 1979 após a morte do titular, o Senador João Bosco Ramos. Eunice Michiles inicia sua trajetória política como deputada estadual pelo Estado do Amazonas, no pleito do dia 15 de novembro de 1974. Em 1986 se tornou uma das 26 mulheres parlamentares que iriam elaborar a nova Constituição Federal.

Souza (2017) em seu livro sobre a senadora, destaca que apesar de Eunice Michiles pertencer a classe média e não ter vindo do movimento feminista que crescia nos anos de 1970, sua chegada ao Senado pode ser considerada uma abertura para que outras mulheres pudessem pensar em se inserir na vida política, já que poucas naquele momento faziam parte da política.

Outro fato relevante sobre a trajetória política da senadora é lembrado por Barbosa (2006) quando escreve sobre o projeto de lei de grande importância no combate ao machismo e à violência contra a mulher apresentado por Eunice Michiles. Em setembro de 1980, a então senadora apresentou o Projeto de Lei Nº 237, no Senado Federal, para revogar os artigos 178 e 219 do Código Civil, que justificavam a anulação do casamento, caso o homem

descobrisse, em dez dias após o matrimônio, que a mulher não era virgem. Os artigos datavam de 1916.

Eunice Michiles é uma mulher cuja trajetória transcende os arquivos de *O Colegial* e dos arquivos oficiais da Igreja Adventista do Sétimo Dia, perpassando espaços sociais aparentemente contraditórios para uma mulher ideal na visão adventista. A biografia da senadora merecia uma análise que não será possível nesta pesquisa. Entendê-la pode revelar que tanto o papel da mulher quanto a representatividade política feminina podem ser de grandes contribuições, tanto para a Igreja Adventista e a sociedade como todo.

Um dos intelectuais orgânicos⁹ mais importantes para o setor de comunicação da Igreja Adventista no Brasil em toda sua história, foi Roberto Mendes Rabello (1909 - 1996). Nascido em 15 de novembro de 1909 em Campestre, município de Santo Antônio da Patrulha, RS, Rabello era filho mais velho de uma família de nove irmãos sendo seis homens e 3 mulheres. Seu pai, Oliveiros Mendes Rabello, foi professor do primário na escola paroquial de Campestre onde Roberto cursou os estudos básicos. Ao completar 15 anos viajou para Santo Amaro, para estudar no Colégio Adventista, onde estudou na área Comercial e formando-se em teologia em 1930.

O Colegial do ano de 1930 tinha como diretor Roberto Rabello. Não se pode afirmar, mas é possível que em edições anteriores Rabello tivesse alguma participação na elaboração do impresso, já que havia estudado em anos anteriores, o que justificaria chegar no último ano na instituição como diretor do periódico.

Após se formar Rabello atua como pastor em algumas igrejas no estado do Paraná e então recebe o convite para estudar no Pacific Union College, nos Estados Unidos.

Ranzolin (2007) aponta que quando Rabello foi escolhido para esta função de orador no novo programa de rádio no Brasil, traduzia os sermões do pastor H.M.S. Richards, orador da *Voz da Profecia* nos Estados Unidos. Foram preparados e gravados 52 programas no período de aproximadamente um ano. Uma curiosidade sobre o novo programa no Brasil eram as músicas que eram inseridas antes e após o sermão do Pr. Roberto Rabello. Assim como os sermões, as músicas eram gravadas nos Estados Unidos e ficavam a cargo do quarteto estadunidense King's Heralds.

De acordo com Ranzolin (2007), as gravações eram um trabalho que exigia muito do grupo, para que pudessem pronunciar de maneira adequada as palavras em português, uma

_

⁹ Intelectual orgânico foi um conceito proposto por Gramsci (1968) e que se refere a um tipo de intelectual que está ligado à sua classe social de origem, atuando como seu interlocutor. São aqueles que atuam para criar, junto à sociedade, a consciência correspondente aos interesses das classes que representam.

vez que nenhum dos integrantes tinha a menor noção do idioma. Por isso, as gravações das canções requeriam horas de muito treino da pronúncia. Muitos discos foram prensados e enviados para o Brasil contendo o programa.

Até o ano de 1962 todas as canções que eram apresentadas no rádio contavam com as vozes dos cantores Bob Edwards, Bob Seamount, Wayne Hooper e Jerry Dill. Mais tarde, o quarteto chamado de Arautos do Rei foi formado como a versão brasileira do The King's Heralds. A primeira formação foi composta por Henry Feyerabend, Luiz Motta, Joel Sarli e Samuel Campos, com Genoveva Bergold ao piano. Joel Sarli e Genoveva Bergold foram alunos no Colégio Adventista Brasileiro, sendo que Joel Sarli foi editor de *O Colegial*.

Embora tenham realizado sua primeira apresentação em 21 de outubro de 1962, a estreia oficial do quarteto Arautos do Rei foi oficializado em 9 de janeiro de 1964.

Em 23 de setembro de 1943, entra no ar no Brasil o programa *A Voz da Profecia*, com meia hora de duração, produzido pela Associação Geral da Igreja Adventista, com sede nos Estados Unidos. Gravado em Los Angeles, o programa era exportado para o Brasil na voz do pastor Roberto Rabello que continuava residindo na América do Norte.

Ranzolin (2007) afirma que no início, o programa não se identificava como sendo da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Em 1946, passados 3 anos desde o programa inaugural, já havia 21 emissoras transmitindo. Foi instalado um escritório em Niterói, no Rio de Janeiro, onde funcionava a Escola Rádio Postal, local onde eram recebidas as correspondências e preparados os cursos bíblicos que eram enviados por correio para os interessados em todo o Brasil.

O volume de cartas recebidas continuava crescendo de acordo com Ranzolin (2007), e já havia cerca de 75 mil pessoas inscritas nos cursos bíblicos oferecidos pela *Voz da Profecia*. É interessante notar que naquela época, um aparelho de rádio não custava barato, e por isso, não era qualquer um que possuía rádio em casa. Alguns fieis se uniam e compravam um aparelho em sociedade para ouvir o programa.

De acordo com Fonseca (2003), o primeiro programa evangélico no rádio e posteriormente na TV, foi apresentado pela igreja dos adventistas. Em meados 1962, a *Voz da Profecia* foi marcada por datas significativas e de grandes eventos. Em todo o Brasil já eram mais de 250 emissoras transmitindo o programa. Neste ano a Voz ganhou novas instalações para continuar crescendo. Neste mesmo ano, foi ao ar o *Fé Para Hoje*, primeiro programa evangélico na TV brasileira tendo como apresentador pastor Alcides Campolongo, que fazia parte da *Voz da Profecia*.

Outro evento importante teve lugar no dia 21 de outubro de 1962: a inauguração da

nova sede de A *Voz da Profecia*, na Rua da Matriz, nº 16, na cidade do Rio de Janeiro. O Auditório Guanabara foi idealizado para se tornar um centro evangelístico com um moderno e bem localizado espaço para realização das séries de conferências. O prédio contava com escritórios e um estúdio para a gravação dos programas no Brasil.

A revista Veja exibiu uma matéria na edição 794 do dia 23 de novembro de 1983, onde o crescimento da igreja no Brasil era destaque por utilizar o rádio e a televisão para transmitir sua mensagem e conteúdo:

Como toda religião, a Igreja Adventista do Sétimo Dia, fundada nos Estados Unidos há um século e meio, quer fazer novos adeptos. E consegue isso graças sobretudo à mensagem que veicula pelo rádio e pela televisão – seus adeptos eram 110 mil no país em 1968 e hoje são 350 mil. (REVISTA VEJA, 1983, ed. 794, p. 77)

Roberto Mendes Rabello deixou um grande legado de visão e liderança na área de comunicação da Igreja Adventista do Sétimo Dia no Brasil. Por mais de 30 anos, dedicouse à pregação da mensagem dos adventistas no Brasil através do rádio. Seu trabalho não se limitou a apenas gravar programas para a versão brasileira da *Voz da Profecia*.

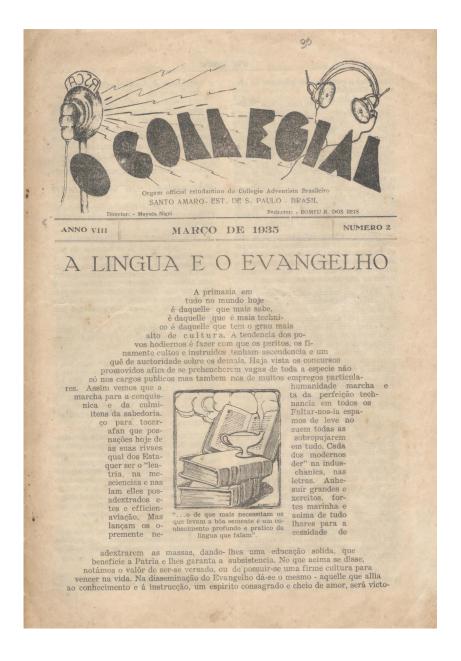
Junto com o quarteto Arautos do Rei, ele viajou por todo o país a fim de divulgar a mensagem dos adventistas para a expansão da igreja. Atualmente existe um museu que leva o nome de Roberto Rabello, localizado na sede da Rede Novo Tempo de Comunicação dos Adventistas do Sétimo Dia, no município de Jacareí - SP. O Museu cumpre um papel importante para a identidade organizacional, de acordo com Lima (2014). Nele encontra-se objetos e muitos documentos que narram a trajetória do setor de comunicação da Igreja Adventista no Brasil.

O Colegial de 1930, além do aluno Roberto Rabello como diretor, tinha Oscar Castellani como redator. Sobre o período de Castellani como aluno na instituição, não foi possível levantar outras informações, além de sua atuação como redator do impresso. Castellani (1933) lembra seu início como pastor evangelista na chamada Missão Nordeste, localizada na cidade de Natal – RN. Posteriormente Oscar Castellani se tornaria um dos primeiros dirigentes da igreja Adventista daquela região administrativa liderando entre os anos de 1940 e 1945.

Analisando a página 10 da edição de março de 1935, observa-se que o diretor de *O Colegial* era o aluno Moysés Nigri. Posteriormente Moysés Salim Nigri (1914–2010) se

tornaria pastor e o primeiro latino-americano a ser vice-presidente da Associação Geral dos Adventistas do Sétimo Dia no Estados Unidos.

Figura 26 – Edição de O Colegial que apresenta Moysés Nigri como diretor do impresso estudantil.



Fonte: O Colegial (mar. de 1935, capa). Centro Universitário Adventista.

O pai de Moysés, Selim Mouscha Nigri, veio do Líbano em 1911 para o Brasil, se instalando na cidade do Rio de Janeiro. Selim fez parte de uma grande onda de imigração que ocorreu no fim do século XIX e início do século XX. Um censo realizado no Brasil em 1872 apontava que africanos, portugueses e alemães formavam a maior parte da população

estrangeira no país. Os italianos somavam cerca de 6.000 pessoas. Entretanto, a onda de imigração trouxe 32.000 imigrantes para o Brasil em 1887. Com a sanção da Lei Áurea em 1888, o número aumentou para 92.000 de acordo com Novais (1997).

A crescente urbanização no Brasil exigia mão de obra livre para realizar atividades antes desempenhadas pelos escravos. Foi nesse contexto que muitos judeus do Oriente Médio emigraram para o Brasil, estabelecendo-se especialmente no Rio de Janeiro, que na época era o centro administrativo e político do País. Na cidade, em busca de uma vida mais próspera, muitos sírios e libaneses ingressaram no campo do varejo e abriram seus próprios negócios.

Nigri (2014) lembra que seu pai fez parte desse grupo que buscava novas oportunidades. Selim tinha visão empresarial e, assim que chegou ao Brasil, abriu uma pequena loja de gravatas. Devido à demanda, não demorou muito para que percebesse que tinha de aumentar a produção. Então colocou um anúncio no jornal à procura de uma costureira. Erina Vieira se ofereceu para o cargo.

Nascida no Rio e católica, Erina era de ascendência portuguesa e havia estudado em um colégio de freiras francês no Rio de Janeiro. Ela falava francês fluente, o que ajudou em sua comunicação com Selim, visto que ele apenas falava árabe, hebraico e francês. Como os dois trabalhavam sozinhos, se apaixonaram e se casaram em 16 de abril de 1913. Em 1914, um ano depois, nasceu Moysés e, em 1916, sua irmã Malaquê.

As diferenças culturais entre o cristianismo e o judaísmo causava conflitos frequentes na família Nigri. Em 1922, devido à morte de seu avô, a história da família mudou de curso. De acordo com a tradição judaica, Selim tinha que ir ao Oriente Médio para cuidar dos detalhes da herança. A princípio, de acordo com Nigri (2014), a viagem deveria durar três meses, mas acabou se tornando três anos, e, quando retornou, trouxe notícias que mudaria para sempre a vida da família de Moysés Nigri. Como o primogênito, Selim se tornara responsável por cuidar de sua mãe e irmã. Além disso, ao chegar no Líbano, Selim ficou sabendo de um acordo matrimonial que havia sido feito pelo seu pai, o qual requeria que o filho se casasse com uma jovem mulher previamente escolhida para se tornar sua esposa. Mesmo sabendo que Erina era católica devota, e que nunca aceitaria a bigamia, ele aceitou se casar com a garota.

Durante o período em que esteve no Líbano, o pai de Moysés apenas se comunicou com sua mãe por meio de três cartas, uma a cada ano. Entretanto, apesar de seus parentes judeus no Brasil saberem sobre o casamento, Erina apenas ficou sabendo quando Selim retornou, o que ocasionou o divórcio do casal em 6 de setembro de 1924. Embora Selim

afirmasse que conseguia sustentar as duas famílias, Erina decidiu terminar o relacionamento e não se casaria uma segunda vez.

Em 1935 Moysés Nigri iniciaria seus estudos no Colégio Adventista Brasileiro e se formaria em 1938 ano que iniciou suas atividades pastorais na região Nordeste do Brasil onde passou 06 meses na cidade de Recife se mudando posteriormente para João Pessoa. Nigri (2014) conta que teve dificuldade em criar igrejas adventistas na região.

Sua primeira série de conferências ocorreu em Campina Grande. Além de sua falta de experiência, muitas igrejas católicas e protestantes impediram as pessoas de assistir às reuniões. Moysés trabalhou no Nordeste brasileiro por quatro anos, até voltar para São Paulo para trabalhar na Associação Paulista, onde se tornou diretor dos departamentos da Escola Sabatina e Trabalho Missionário no escritório regional da igreja.

Em 1950, Moysés Nigri assumiu a liderança da Associação Paraná-Santa Catarina, sediada na cidade de Curitiba, como presidente.

Ao fim de 1951, após dois anos na presidência da associação, Moysés recebeu um convite para ser presidente da União Sul Brasileira (USB). Moysés Nigri foi o segundo brasileiro a liderar a União Sul Brasileira dos Adventistas do Sétimo Dia. Na época, a união abrangia o território que hoje seriam os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso e Goiás. Os estados do Mato Grosso do Sul e Tocantins ainda não existiam.

Em 11 de junho de 1970, na 51ª sessão da Associação Geral dos Adventista do Sétimo dia, que ocorreu na cidade de Atlanta, Nova Jersey, Moysés Nigri seria nomeado vice-presidente da Associação Geral dos adventistas, sendo o primeiro latino-americano a ocupar o cargo. Em 1979 o então presidente mundial dos adventistas Pr. Pierson, inesperadamente anunciou sua aposentadoria oficial da presidência da Associação Geral devido a problemas de saúde. Enquanto a administração se preparava para nomear um novo presidente, Moysés Nigri assumiria como presidente interino. Ainda que interinamente, Moysés Nigri foi até hoje o único presidente latino-americano dos adventistas no mundo.

O mesmo *O Colegial* de março de 1935 que apresentava Moysés Nigri como diretor do periódico, tinha entre os responsáveis pela produção, o estudante japonês Tossaku Kanada (1912–1978) como gerente de circulação. Tossaku Kanada, que posteriormente atuaria como pastor da Igreja Adventista no Brasil e seria o grande responsável pelo início do trabalho de missão evangelística dos adventistas com japoneses vivendo em território nacional.

Tossaku Kanada viveria um episódio em sua vida que jamais seria esquecido, quando foi julgado e preso durante o período do governo ditatorial de Getúlio Vargas, no ano de 1942 quando já era pastor.

Sobre o início da imigração japonês no Brasil em seu estudo Hosokawa afirma:

A imigração para o Brasil começou no período imperial. O primeiro grupo de imigrantes trazidos para o país era de fala alemã e se organizou em colônias no sul do país. No período imperial, o processo de imigração européia para o país foi relativamente lento. A economia sustentada pela escravidão foi um obstáculo significativo para o trabalho imigrante. A partir de 1870, o processo de expansão do café em São Paulo, em especial na região oeste do estado, favoreceu uma política de imigrantes europeus. Após a abolição do sistema de trabalho escravo no país, a questão da imigração envolveu aspectos raciais. O Brasil, no final do século XIX, tinha uma população afrodescendente majoritária. O fato de existir apenas uma pequena população de origem europeia era considerado, pelas elites, como entrave ao desenvolvimento, daí a necessidade de acelerar o processo de imigração para o país. Havia uma proibição para pessoas oriundas da África e da Ásia na constituição republicana. Por essa razão, os japoneses só começaram a chegar no início do século XX, quando foi aprovada uma lei para permitir a entrada deles no Brasil. Até o período da Segunda Guerra Mundial houve uma importante imigração japonesa para o Brasil. (HOSOKAWA, 2008, p.107)

Sakurai (2000) destacou algo importante da imigração japonês. O governo no Japão buscava alocar os excedentes populacionais do país. Para Sakurai (2000) desde a abertura do Japão para o mundo, em 1868, entre as políticas do império estava a preocupação em lidar com o excesso populacional. Ela ainda destaca que esse movimento foi parte de um projeto capitalista, pois havia a intenção não apenas de conduzir os excedentes populacionais, mas ajudá-los a se fixar e prosperar economicamente.

Havia uma diferença entre o desejo dos imigrantes japoneses, de enriquecer rapidamente para voltar ao seu país, e o do governo japonês, que através de ações de controle desejava propiciar condições de sucesso econômico e, assim, evitar que os emigrantes voltassem para o Japão. Durante o período entre guerras, o sucesso do projeto foi importante, pois rapidamente os japoneses conseguiram adquirir pequenas propriedades e desenvolver

uma agricultura diversificada. No Brasil, a maioria das colônias japonesas se instalou no Estado de São Paulo, ao longo das linhas de estrada de ferro, principalmente nas mais recentes, onde havia terras baratas e disponíveis. Esse modelo foi bem-sucedido até o Brasil declarar guerra aos países do Eixo, em 1942.

Os primeiros imigrantes japoneses desembarcaram no porto de Santos no dia 18 de junho de 1908. O deslocamento imigratório entre Japão e Brasil passou por cinco fases de acordo com Yoshioka (1994):

1908-1923, nos primórdios da chegada de grande massa de trabalhadores para suprir com mão-de-obra as lavouras de café, principalmente de São Paulo.

1924-1941, quando o projeto de colonização direcionou o fluxo migratório para o noroeste do Estado de São Paulo e norte do Paraná.

1941-1950, período em que os japoneses sofreram represálias em decorrência da participação do Japão na Segunda Guerra Mundial e já formavam uma comunidade numerosa, já bem representativa nas áreas urbanas.

1951-1990, caracterizado pela assimilação dos imigrantes na sociedade brasileira e pela formação.

E finalmente, 1990 até os dias atuais, período independente marcado pelo movimento dekassegui, quando os primeiros brasileiros naturalizados e descendentes de primeira geração partiram para o Japão em busca de trabalho nas indústrias e fugindo da crise econômica no Brasil.

Tossaku Kanada veio para o Brasil durante a segunda fase de emigração japonesa, ocorrida entre 1924 e 1941. Nasceu em 17 de março de 1912, na província de Okayama, região oeste do Japão. Era filho de Jiro e Kama Kanada, sua família professava o budismo. Em 1931, aos 19 anos de idade, ele emigrou para o Brasil logo após terminar o ensino secundário, devido a dificuldades financeiras. Ele fez parte do projeto de colonização que levava japoneses para as regiões nordeste do estado de São Paulo e norte do estado do Paraná.

Em 1932, pouco depois de chegar a São Paulo, Tossaku Kanada matriculou-se no Colégio Adventista Brasileiro, inicialmente com objetivo de aprender português. De acordo com Hosokawa (2008) o colégio era bem respeitado pelos imigrantes japoneses da região. Em 1927 ocorreu uma visita do embaixador do Japão ao Colégio Adventista. Visita que se tornaria um marco, pois ele passou a recomendar a instituição aos estudantes secundaristas recém-chegados do Japão para que estudassem português e aprendessem a cultivar a terra na fazenda modelo dos adventistas, pioneira na introdução do gado holandês em São Paulo.

Foi no colégio que Kanada teve contato com a mensagem adventista. A princípio, ele era um forte opositor, mas em pouco tempo se converteu, sendo batizado em 10 de setembro de 1932. Após sua conversão, começou a cursar Teologia e formou-se três anos depois, em 21 de setembro de 1935, ano em que fazia parte da diretoria de *O Colegial*.

No mesmo ano, a Associação Paulista dos adventistas convidou o agora pastor Kanada para dirigir uma série de conferências na Igreja Adventista na Vila Matilde. Em 1937, o pastor foi nomeado para dirigir a igreja na região rural de Presidente Prudente, estado de São Paulo, onde ficou responsável por todas as igrejas da região que abrangia as cidades de Assis a Porto Epitácio. Ele ainda atuaria nas regiões de Tupã e Marília.

Foi então que, em agosto de 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil declarou guerra contra as potências do Eixo, que Tossaku Kanada viveria a experiência de 100 dias preso na Casa de Detenção de São Paulo, o Carandiru. Além dos alemães e italianos que passaram por restrições, repressão e perseguição por parte do Estado Novo, a comunidade Japonesa, especialmente em São Paulo viveu essa perseguição. Isso afetou a vida dos membros de igreja, e o trabalho dos obreiros japoneses da Igreja Adventista no Brasil.

Nesse período, um jovem adventista da igreja de Presidente Prudente foi recrutado para o serviço militar no estado do Mato Grosso. O jovem se recusou a trabalhar aos sábados, pois um dos dogmas da Igreja Adventista é se abster das atividades que não estejam ligadas a igreja ou a alguma atividade solidária ou com a família. Depois de descumprir as ordens dos superiores, as autoridades militares perguntaram ao jovem sobre quem lhe havia ensinado essa doutrina religiosa. O jovem disse que ele a havia aprendido de um pastor japonês chamado Tossaku Kanada. O pastor Kanada foi localizado, interrogado e preso pela Segurança Pública do Estado.

A série *Memória Jurisprudencial*, é uma coletânea que surgiu em 2006 e reúne relevantes fatos institucionais e jurídicos do Supremo Tribunal Federal (STF) por meio do resgate da vida e da obra de ministros que marcaram sua história. Leal (2007), na coletânea intitulada *Memória jurisprudencial: Ministro Orozimbo Nonato*, menciona um pedido de *habeas corpus* para pastor Kanada, que foi julgado e preso durante o Estado Novo. O deferimento do pedido trouxe um relatório sobre o inquérito:

O Supremo Tribunal Federal deu solução a conflito decorrente da condenação pelo Tribunal de Segurança Nacional de Tossaku Kanada, pastor da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Sua infração decorreria do fato

de ter instigado a desordem e o não cumprimento de ordens legais, pois, divulgando e explicando os cânones de sua religião, entre os quais o de não trabalhar aos sábado se o de não matar nunca, incutia (...) nos respectivos adeptos a obrigação de se recusarem ao cumprimento de qualquer serviço naqueles dias, salvo quando objetivasse um bem, ou o de repudiarem a defesa do solo pátrio e da honra nacional ainda quando agredido ou vilipendiado por atos de violência de seus inimigos. Ocorre que um soldado do Exército Nacional, obedecendo as normas adventistas, conforme declarou, se recusou, de modo irrevogável, a realizar serviços internos da sua unidade, em certo sábado, porque tal religião não lhe permitia, o que lhe valeu a pena de um ano de prisão aplicada em processo regular. Assim, procedeu-se à abertura de inquérito a fim de apurar os efeitos da orientação tendenciosa das aludidas pregações no tocante aos elevados interesses da segurança nacional, assim comprometidos por motivos da consequente indisciplina militar já concretizada em vários casos determinados pela obediência àquelas normas adventistas, divulgados e aconselhados por forma a incitar a desobediência da lei. Em razão disso, foi o pastor condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional. (LEAL, 2007, p.95)

Com o deferimento do *habeas corpus* o pastor Kanada ganhou liberdade após 100 dias preso. Depois da guerra, em 1947, o pastor foi chamado para lecionar no Instituto Teológico Adventista, hoje Instituto Petropolitano Adventista de Ensino, onde lecionou Matemática, Ciências e Religião até 1951.

Ao final de 1959, o pastor Tossaku Kanada, começou a trabalhar para evangelizar os japoneses e seus descendentes. Para tornar isso possível, o programa de rádio da *Voz da Profecia* Brasil passou a ser transmitido em japonês na cidade de São Paulo. O programa ficou no ar até o início de 1964.

Em 9 de março de 1964, Kanada deixou o porto de Santos com sua esposa e filho com destino ao Japão, onde participou de cursos de Teologia e Evangelismo para obreiros e leigos. Seu propósito em participar desses treinamentos era aprender os métodos de trabalho dos evangelistas japoneses. Em dezembro do mesmo ano, voltou para o Brasil.

Em fevereiro de 1965, organizou o primeiro grupo de adventistas japoneses do Brasil, que se reunia aos sábados no salão de jovens da Igreja Adventista Central Paulistana no

bairro da Liberdade e era frequentado por 16 membros. Ao longo dos anos, as restrições de uso da língua japonesa foram extintas, possibilitando a impressão de panfletos em japonês.

Uma série de estudos bíblicos foi traduzida para o japonês. Como resultado desse trabalho, uma igreja com 60 membros foi organizada em 1970. Tossaku Kanada trabalhou com a comunidade adventista japonesa até sua aposentadoria em 1974.

Em *O Colegial* de dezembro de 1945 na função de repórter, durante análise do impresso, foi localizado o nome do estudante Enoch de Oliveira que desempenhava a função de repórter no periódico. Enoch de Oliveira iria entrar para a história do adventismo no Brasil como o primeiro presidente brasileiro da Igreja Adventista para a região da América do Sul.

A Encyclopedia Adventist (2020) ao descrever a trajetória de Enoch de Oliveira afirma que ele era paranaense de Curitiba. Distinguindo-se da maioria dos pastores que se formavam no Colégio Adventista Brasileiro, em 1945 Enoch se graduou, simultaneamente, nos cursos de Teologia e ensino secundário técnico em Contabilidade pelo, onde na época alguns estudantes realizavam mais de um curso.

Enoch Oliveira foi reprovado nas aulas de homilética, ficou desanimado com a perspectiva de se tornar um pastor, e por isso foi trabalhar para a igreja na área de contabilidade. Em 1946, tornou-se auxiliar de escritório da Missão Paraná-Santa Catarina, sediada em Curitiba, sua cidade de origem.

De 1948 a 1949, Enoch passou a liderar os setores de educação e jovens da Missão Paraná-Santa Catarina. Nesse período graduou-se em 1949 na Faculdade de Ciências Econômicas de Curitiba. Na mesma época, assumiu algumas tarefas pastorais na Igreja Adventista de Curitiba. Em 1952, Enoch de Oliveria se graduaria em Educação pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná.

Em1954 Enoch aceitou um convite para atuar como pastor-evangelista nas regiões dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, onde serviu por dois anos. No ano de 1959 obteve seu primeiro título de mestrado em Teologia Universidade de Potomac em Washington, D.C nos Estados Unidos.

Gullón (2015) escreve que naquele ano, Enoch receberia o convite para atuar como secretário ministerial da Divisão Sul Americana, órgão que administra a Igreja Adventista na América do Sul, hoje com sede em Brasília, mas na ocasião a sede estava no Uruguai. No cargo de ministerial, Enoch Oliveira tinha sob sua responsabilidade o grupo de pastores no Brasil e demais países da América do Sul.

No ano de 1967, ele obteve o segundo título de mestrado em História da Igreja pela Universidade Andrews nos Estados Unidos. Posteriormente, em 1975, recebeu o título de

doutor (Honoris Causa) pela Universidade Andrews em reconhecimento a dois de seus estudos em teologia.

Após servir por 11 anos como secretário ministerial da Divisão Sul Americana, tornou-se o secretário geral da divisão, cargo que exerceu de 1970 a 1975. Gullón (2015) afirma nos anos de 1970 a Igreja Adventista na América do Sul contava com 340 000 membros e tinha o maior crescimento em número de membros de todas as regiões do mundo. Foi então, que em 1975, Enoch foi nomeado o primeiro presidente brasileiro dos adventistas no território Sul-americano.

De 1980 a 1990, serviu como um dos vice-presidentes da Associação Geral dos Adventistas do Sétimo Dia nos Estados Unidos. Como vice-presidente da Associação Geral dos Adventistas do Sétimo Dia, ele viajou para muitos países, atendendo aos desafios administrativos das diferentes divisões.

Durante períodos de crise política em alguns países da Divisão Euro-Africana, a cidadania brasileira de Enoch se mostrou ser de grande ajuda, visto que ele era um dos poucos administradores da Associação Geral dos adventistas que tinha permissão para visitar países africanos, tais como Angola e Moçambique. Em 1988, ele viajou para a União Soviética como representante dos adventistas em uma grande celebração realizada pela Igreja Ortodoxa.

Enoch de Oliveira prestou significativa contribuição à Igreja Adventista do Sétimo Dia, nos territórios brasileiro, Sul-Americano e mundial. Ele trabalhou por 45 anos como pastor, professor, economista, administrador, autor e evangelista. Faleceu em 1 de abril de 1992, aos 68 anos de idade, na cidade de Curitiba em decorrência de um câncer.

Um dos diretores do periódico *O Colegial* foi o pastor e professor, Jerônimo Granero Garcia (1903–1974). Além de diretor do impresso, Jerônimo Garcia atuou como diretor do próprio Colégio Adventista Brasileiro. Garcia é aquele que mais vezes teve o nome relacionado como um dos responsáveis pela produção do impresso. Seu nome surge como diretor responsável pelo impresso em abril de 1949 e por último em dezembro de 1967, quando atuava como conselheiro da equipe de edição.

O nome de Garcia foi o nome que mais surgiu na relação de pessoas responsáveis pelo periódico em todas as edições localizadas nos arquivos da instituição. No entanto, Jerônimo Garcia já era professor quando começou a atuar no impresso estudantil, sendo um dos poucos que atuaram na produção, além dos estudantes. Mas a história de Jerônimo Garcia no Colégio Adventista Brasileiro é anterior ao início das suas contribuições em *O Colegial*, afirmou Garcia (1984).

Jerônimo Garcia nasceu em 1903, na província de Cuenca na Espanha. Nasceu em um lar católico e recebeu seu nome como homenagem a São Jerônimo. Seu pai faleceu quando ainda era criança, e após seu falecimento sua mãe recebeu um convite de um amigo para ir para o Brasil no período em que o país recebia muitos imigrantes espanhóis; tendo aceito o convite, ela morou no país por um ano. Depois desse período, voltou para a Espanha a fim de buscar o filho e se estabelecer no Brasil. Jerônimo e sua mãe chegaram ao país quando ele tinha seis anos de idade e, pouco tempo depois, sua mãe o matriculou em um internato católico no bairro da Vila Mariana, São Paulo.

Martins (1989) em sua pesquisa *A Imigração Espanhola para o Brasil e a Formação da Força-de-Trabalho na Economia Cafeeira: 1880-1930*, afirma que a imigração espanhola teve sua característica particular. A partir de 1905, a imigração de espanhóis para São Paulo passou a ser, por um determinado período, a mais numerosa. No período entre 1908 e 1926 192.206 espanhóis entraram em São Paulo conforme aponta Martins (1989)

Até então a imigração de italianos era a numerosa. Os imigrantes vindos da Itália estavam retornando a seu país, ou indo para a Argentina e o Uruguai. Um dos principais destinos do imigrante espanhol no Brasil eram os cafezais das novas zonas cafeeiras de São Paulo.

O fluxo de abastecimento dos cafezais com trabalhadores italianos havia sido interrompido, em 1902, com o *Decreto Prinetti*. Esse decreto foi um ato normativo do Ministério do Exterior, aprovado pelo Comissariado Geral da Emigração na Itália, em 26 de março de 1902, que proibia a emigração subvencionada para o Brasil. A Portaria recebeu o nome do então Ministro do Exterior da Itália, Giulio Prinetti, e foi aprovada em decorrência de um relatório sobre as condições de trabalho nas fazendas brasileiras.

O relatório denunciava as situações vividas pelos imigrantes nas plantações cafeeiras. Apesar de tornar proibida a migração subsidiada de italianos para o Brasil, não restringiu a migração espontânea, ou seja, os italianos que quisessem imigrar para o Brasil teriam que comprar suas próprias passagens.

Desde 1881, o governo de São Paulo, motivado pelos interesses dos fazendeiros de café, aplicou grandes recursos na imigração estrangeira, até 1927, pouco antes da grande crise de 1929 que afetaria o mundo. Martins (1989) assegura que a partir de 1900 a imigração espanhola para São Paulo praticamente chegou aos 3/4 da imigração para o Brasil.

O número mais expressivo dos imigrantes que recebiam subvenção e que se dirigiram a São Paulo, tiveram sua viagem paga pelo governo paulista. Nesse caso, o imigrante praticamente não tinha liberdade de decidir para onde ir e o que fazer. Desembarcado no

porto de Santos, eram conduzidos à Hospedaria dos Imigrantes, na cidade de São Paulo, onde hoje está localizado o Museu da Imigração no bairro do Braz.

O governo mantinha, desde 1911, um serviço de avaliação do mercado de trabalho, que lhe garantia informações sobre a demanda de mão-de-obra, tipo de trabalho, salário ou modalidade de pagamento do trabalho, nas diferentes regiões. Martins (1989) afirma que nos livros de registros da Hospedaria dos Imigrantes, é possível acompanhar a trajetória de algumas famílias de colonos, praticamente dia a dia, desde a sua aldeia de origem, na Espanha, até a fazenda de café a que fora especificamente destinada no interior de São Paulo.

No entanto, havia dificuldade em reter o imigrante e ampliar o contingente de mãode-obra estrangeira na região paulista em razão das condições de trabalho e salários. E é nesse contexto que em 1914, de acordo com Garcia (1984), Vicenta, mãe de Jerônimo Garcia, se mudaram para Havana em Cuba em busca de um trabalho que remunerasse melhor.

Outro motivo para a mudança era a língua falada no país, o castelhano, língua nativa de sua mãe. Vicenta Garcia se tornou empregada de uma família rica em Cuba, mas não podia ter Jerônimo com ela. Como a família apreciava o trabalho de Vicenta, eles decidiram enviar Jerônimo para um internato adventista. Não se pode identificar por meio da pesquisa e análise documental, para qual internato Jerônimo teria sido enviado. Mas seguramente, não foi para uma instituição adventista de ensino em Cuba, haja visto que a primeira escola adventista na ilha, somente seria inaugurada no ano 1922, quando Jerônimo já tinha retornado ao Brasil.

É possível conjecturar que Garcia tenha sido enviado para algum internato nos Estados Unidos, diante do fato que o futuro pastor dominaria a língua inglesa, a ponto de se tornar tradutor no Brasil, de pregadores adventistas dos Estados Unidos, que visitavam o país em missão de evangelismo. Mas não se pode fazer a afirmação para qual internato adventista ele foi enviado com base nos registros analisados.

O fato é que esse período no internato adventista mudaria para sempre a vida de Jerônimo Garcia, o garoto que recebeu o seu nome em homenagem ao santo católico. No fim do ano letivo, Jerônimo Garcia voltou junto de sua mãe. Ela notou que ele havia abandonado as crenças católicas e se tornado um protestante. Garcia (1984) conta que Vicenta ficou bem contrariada e retirou imediatamente o filho da escola. Quatro anos depois, influenciado por um amigo do internato, começou a frequentar uma Igreja Adventista, apesar da desaprovação de sua mãe.

Quando Garcia decidiu se tornar adventista, sua mãe o expulsou de casa e fez com que fosse demitido de um emprego que ela mesmo havia conseguido para ele em uma oficina mecânica. Jerônimo Garcia foi morar na casa de um pastor adventista. Em 1920, após seis anos em Cuba, sua mãe decide voltar para o Brasil em uma tentativa de afastá-lo da Igreja Adventista. Garcia decidiu retornar para o Brasil com sua mãe, mas antes de ir, perguntou ao seu pastor o endereço do Seminário Adventista em São Paulo, futuro Colégio Adventista Brasileiro.

Em 1925, graduou-se em Teologia, e no mesmo ano iniciou suas atividades pastorais no litoral paulista na cidade de Bertioga. Nos anos iniciais de seu trabalho, Garcia contribuiu para fundar igrejas e escolas pelo interior de São Paulo. Em 1934 foi transferido para o Rio Grande do Sul.

Em 1936 Garcia foi eleito presidente da Missão Nordeste em Recife. Ali Jerônimo auxiliou muitas igrejas, além de fundar, em 1938, a Escola Adventista de Arruda, na cidade de Recife. Em 1940, depois de quatro anos e meio no nordeste brasileiro, Garcia foi chamado para lecionar para futuros pastores, no agora Colégio Adventista Brasileiro.

Garcia (1984) lembra que em 1944, o então professor de teologia, recebeu um chamado para voltar ao estado do Rio Grande do Sul, dessa vez como presidente da Associação dos adventistas no estado. Nessa ocasião liderou a fundação da *Clínica O Bom Samaritano*, um espaço de atendimento médico-missionário. No ano de 1946, retornou ao estado de São Paulo como evangelista, e m 1949, foi chamado para retornar ao Colégio Adventista Brasileiro como vice-diretor, professor e posteriormente diretor até 1954.

Em 1954, Garcia foi chamado para liderar os departamentos da *Voz da Profecia*, ligado ao evangelismo por meio das ondas de rádio, e de Relações Públicas da Divisão Sul Americana dos Adventistas, na época sediada em Montevideo, Uruguai. Em 1956 deixou a Divisão Sul Americana e assumiu o setor de Relações Públicas do Colégio Adventista Brasileiro. No entanto, mas um ataque de coração forçou-o a tirar uma licença.

Depois de se recuperar, o pastor Garcia retornaria ao colégio como professor, onde permaneceu até sua aposentadoria em 1966. Em 1972, mesmo aposentado, o pastor professor recebeu um convite para lecionar no curso de Teologia do Colégio União Inca, em Lima, Peru. Dentre as várias atividades que desempenhou, Jerônimo Garcia se destacou ao interpretar vários pregadores estadunidenses em visita ao Brasil, como mencionado anteriormente. Sua última interpretação ocorreu em janeiro de 1974, ao acompanhar o Pastor N. R. Dower, então secretário Ministerial da Conferência Geral dos adventistas.

Garcia encerrou suas atividades ministeriais em 8 de junho de 1974. Em 13 de junho de 1974, sofreu outro ataque de coração, e veio a falecer em 30 de junho de 1974. O culto fúnebre seria realizado no próprio Colégio Adventista Brasileiro e seu corpo enterrado em São Paulo.

De acordo com a edição de dezembro de *O Colegial* de 1958, foi aluno do Colégio Adventista Brasileiro, outro presidente da Igreja Adventista na América do Sul e que ocuparia o cargo de presidente da Divisão Sul Americana, além de atuar como tesoureiro desta sede administrativa. Formado em técnico em contabilidade no ano de 1958, Ruy Heinrich Nagel ainda se formaria em teologia no ano de 1962 para iniciar como servidor da igreja.

Ruy Heirich Nagel nasceu em 27 de setembro de 1939, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, de acordo com Sarli (2009). Seus pais eram imigrantes adventistas alemães, mas, no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a família se dissociou das tradições de seu país, inclusive da língua alemã. Por esse motivo, Ruy era o único de sua família que não falava alemão.

Ruy Nagel iniciou no trabalho pastoral em 1962, quando aceitou o convite para liderar um grupo de 13 igrejas adventistas em Porto Alegre. Mais tarde, Ruy aceitou o convite para trabalhar no escritório da Associação Sul-Rio-Grandense dos adventistas, sendo responsável por cuidar do patrimônio das igrejas do campo. Parte de sua responsabilidade era dar auxílio às igrejas em construção. Sarli (2009) destaca que a pedido da liderança da igreja, Ruy Nagel coordenou o Departamento de Educação em 1966, sendo responsável pelas escolas adventistas do campo. Muitas delas escolas paroquiais, funcionando em prédios no fundo das igrejas

Em janeiro de 1967, o pastor de origem alemã ele foi chamado pela União Sul Brasileira para ser secretário-tesoureiro, se tornando responsável pelas igrejas adventistas nos estados de Goiás, Distrito Federal e Minas Gerais. Ruy contribuiu para a ideia e uso de uma lancha médico-missionário pioneira no rio Araguaia. A lancha missionária promovia instrução sobre princípios de vida saudável, assistência médica e odontológica gratuita à população. Ele auxiliou o trabalho evangelístico com os índios Carajás, localizado no antigo Posto de Fontoura, na ilha do Bananal. Participou do processo de construção da Igreja Adventista Central de Brasília, inaugurada em 1968.

Em dezembro de 1969, Ruy Nagel foi transferido para São Paulo, onde desempenharia a função de tesoureiro da Casa de Saúde no bairro da Liberdade, futuro

Hospital Adventista de São Paulo. No ano de 1970, foi chamado para trabalhar como secretário/tesoureiro em Belém do Pará, na União Norte Brasileira dos adventistas.

Posteriormente, em 1971, foi chamado para ser o diretor administrativo do Hospital Adventista Silvestre, no Rio de Janeiro. De acordo com Sarli (2009) em 1975, Nagel participou de um treinamento de administração hospitalar no Centro Médico de Loma Linda, Califórnia. Além disso, participou de um curso de administração hospitalar na Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em 1977, idealizou e criou o Grupo Hospitalar Adventista do Brasil (GHAB) para ampliar a atuação médica-missionária dos adventistas em território nacional.

Ruy Nagel se tornaria o primeiro tesoureiro sul-americano da Divisão Sul-Americana, atuando nessa função de 1980 a 1995. Na Assembleia da Conferência Geral dos adventistas no mundo, realizada em Utrecht, Holanda, em 1995, Ruy foi nomeado presidente da Divisão Sul-Americana.

Sob a gestão do pastor e administrador Ruy Nagel, foi criado o Sistema Adventista de Comunicação (SISAC), dando suporte para a compra de estações de rádio FM na América do Sul; esse foi o primeiro passo para o que viria a ser a Rede de Comunicação Novo Tempo. Foi sob a liderança do pastor Nagel, que em agosto de 1997, o Brasil se tornaria o país com o maior número de adventistas do mundo, superando os Estados Unidos.

O padre Agnelo Rossi, em sua pesquisa sobre atuação dos protestantes no Brasil no início do século XX, destaca as estratégias dos Adventistas do Sétimo Dia para disseminação de sua doutrina. Rossi (1938) informa que a colportagem era a forma dos adventistas denominarem a venda de literatura religiosa por membros da igreja. Foi, e ainda é, uma das maneiras de se buscar novos membros. Muitas das edições de *O Colegial* traziam publicidade sobre a Casa Publicadora Brasileira, editora dos adventistas no Brasil.

Outro editor identificado na análise de *O Colegial* e que pode ser considerado um intelectual orgânico da igreja Adventista, foi Rubens Lessa. Seu nome é relacionado como redator de *O Colegial* nos anos de 1966 e 1967. O editor chefe da Casa Publicadora Brasileira que mais tempo atuou à frete da editora foi Rubens da Silva Lessa (1937 – 2019), atuando por 41 anos.

Lessa (2010) afirma que as primeiras publicações adventistas no Brasil foram produzidas por William Henry Thurston (1855–1924). Thurston foi administrador, missionário e colportor evangelista. Nasceu em 1855, em Kingston, Wisconsin, Estados Unidos. Ele foi um dos primeiros missionários a chegar ao Brasil no final do século 19.

Em 12 de agosto de 1894 Thurston desembarcou no Rio de Janeiro. Trazendo consigo duas caixas de livros e revistas publicadas pelas editoras adventistas nos Estados Unidos Review and Herald e Pacific Press. Lessa (2010) conta que como as publicações estavam predominantemente em inglês e alemão, e algumas em espanhol, ele obteve pouco sucesso em suas vendas. Ao perceber a necessidade de material em português, e mesmo com poucos recursos, em julho de 1900 editou o primeiro periódico na língua portuguesa chamado de O Arauto da Verdade, uma tradução da revista americana The Herald of Truth.

De acordo com Lessa (2010) a tipografia Almeida Marques, no Rio de Janeiro, imprimiu as revistas. Guilherme Stein Jr. foi responsável pela tradução e revisão do periódico, trabalhando na casa de Thurston. Ali eles deram início à Sociedade de Tratados do Brasil, uma precursora da editora Casa Publicadora Brasileira.

A editora Casa Publicadora Brasileira é uma das 63 editoras da Igreja Adventista do Sétimo Dia espalhadas pelo mundo e que produz as literaturas distribuídas pela igreja no país. Segundo Lessa (2010) como em 1903, líderes como John Lipke, Huldreich F. Graf e Frederico W. Spies discutiram a necessidade de ter uma tipografia para imprimir as publicações dos adventistas no Brasil.

Esses pioneiros viajam então ao Emmanuel Missionary College (atual Universidade Andrews), em Berrien Springs, Michigan, nos Estados Unidos, onde John Lipke obteve doações no valor de 1.500 dólares para fundar uma gráfica. Além dessa quantia, Lipke ganhou uma impressora usada que pertencia à Review and Herald Publishing Association. Lessa (2010) conta que esse equipamento havia sido salvo de um incêndio ocorrido na instiuição.

Lessa (2010) considera que John Lipke foi o primeiro diretor administrativo da editora, o mesmo que fundou o Colégio Adventista Brasileiro. No ano de 1907, foi impresso o primeiro livro *A Gloriosa Vinda de Cristo* sendo este o primeiro livro de colportagem publicado no Brasil.

Em 1904, a editora foi transferida para o município de Taquari, no estado do Rio Grande do Sul. A Revista Adventista foi lançada em 1906, sendo que, na época, recebeu o nome de Revista Mensal. Lessa (2010) afirma que no ano 1907, a editora produziria o primeiro livro impresso na gráfica de Taquari, intitulado A Gloriosa Vinda de Cristo, com 96 páginas e 27 gravuras. Entretanto, a localização da editora não era estratégica, pois estava longe dos principais centros do país, e os meios de comunicação e transporte eram precários.

Foi então que em 15 de fevereiro de 1907, em uma assembleia da Igreja Adventista no Rio Grande do Sul, a liderança da igreja chegou à conclusão de que a editora precisava

mudar seu endereço. Em fevereiro 1907 foi adquirida uma propriedade próxima a Estação de São Bernardo e a editora foi transferida ainda naquele ano.

Posteriormente a região passaria a pertencer ao município de Santo André. A casa publicadora permaneceu nesse local por setenta e oito anos. Na primeira década de sua história, a editora produziu cerca de 2.700 livros. Lessa (2010) destaca que no ano de 1920, a editora recebeu o nome pelo qual é chamada hoje: Casa Publicadora Brasileira.

Em setembro desse mesmo ano, foi lançado o livro O Destino do Mundo. Essa década foi marcada por um grande progresso na editora. Em 1921, as antigas máquinas deram lugar à primeira máquina linotipo. No mesmo ano, ocorreu um marco editorial importante para os adventistas, de acordo com Lessa (2010): o lançamento do livro O Conflito dos Séculos, que por muitos anos foi o livro adventista de maior circulação no Brasil. Em 1929, foi adquirido o primeiro caminhão de transporte da editora. De acordo com Lessa (2010), a carroceria do caminhão havia sido construída na carpintaria do Colégio Adventista Brasileiro.

No ano de 1931, a Revista Mensal passou a se chamar Revista Adventista. No mesmo ano, foi publicado o segundo volume do livro Testemunhos Seletos e, em 1934, o livro Vida e Ensinos, ambos de Ellen White. Ainda nessa década, Luiz Waldvogel (1897–1990) foi nomeado para assumir o cargo de editor-chefe, sendo um dos mais importantes escritores adventistas do Brasil.

Luiz Waldvogel nasceu em 1897, na cidade de Santa Cruz da Conceição, estado de São Paulo. De acordo com a Encyclopedia Adventist (2020) em 1920, Waldvogel e um grupo de amigos fundaram o periódico O Seminarista, quando eram estudantes do Seminário Adventista Brasileiro, que posteriormente se tornaria Colégio Adventista Brasileiro. Importante destacar que O Seminarista foi o periódico que antecedeu o impresso estudantil *O Colegial*.

O conhecimento da língua inglesa possibilitou a Waldvogel, ainda como estudante, traduzir publicações adventistas importantes. Em dezembro de 1922, ele graduou-se na primeira classe do Seminário Adventista Brasileiro, tendo sido contemporâneo de Domingos Peixoto da Silva.

No final da década, em 1939, ocorreram dois eventos importantes para a editora dos adventistas no brasil. O primeiro foi a aquisição da segunda máquina linotipo, e o segundo foi o início da revista Vida e Saúde, uma das mais importantes revistas dos adventistas no Brasil. Apesar de não haver nenhum registro oficial de que a revista Vida e Saúde seja a primeira revista popular do Brasil sobre estilo de vida saudável, os adventistas acreditam

que ela seja a precursora do jornalismo em saúde, promovendo mecanismos de prevenção e longevidade.

Em 4 de outubro de 1985 a propriedade de Santo André é vendida para a Casa Anglo Brasileira S.A- MAPPIN e a inauguração da nova sede ocorre no dia 4 de janeiro de 1987 no interior de São Paulo na cidade de Tatuí onde permanece até hoje. A Casa Publicadora Brasileira é responsável pela produção de todo o material didático utilizado pela rede de escolas adventistas no Brasil

A cultura impressa se refere à maneira como materiais impressos são elaborados, produzidos, divulgados, vendidos, lidos; e como se relacionam com outros impressos, num contexto de circulação social. Roger Chartier (1990) apontou para uma dupla definição de cultura impressa como processo social: a primeira trata-se de uma profunda transformação da vida pública e privada, espiritual e material trazida pela descoberta de novas técnicas de reprodução de textos. A segunda se refere ao conjunto de novos usos pedagógicos, religiosos, rituais, cívicos, dentre outros, que surgem da produção em massa de escrita e imagens.

No Brasil, explica Bellotti (2021), a mídia impressa foi amplamente utilizada por protestantes desde sua chegada em meados do século XIX. Os objetivos desses impressos era atingir o público de classe média e de elite no Brasil, e promover o letramento das camadas mais pobres, pois uma das estratégias de inserção protestante no Brasil foi a construção de escolas, para que os analfabetos pudessem aprender a ler, dentre outras coisas, a Bíblia.

Para Andrade (2019), foi por meio dos impressos que a Igreja Adventista iniciou suas atividades no Brasil, entre comunidades de imigrantes alemães. As publicações adventistas tinham formatos de revista, folhetos e livros sobre diferentes temas: saúde, nutrição, educação, profecias, maternidade, criação de filhos, casamento, que serviam de cartão de visitas para um interesse futuro no adventismo. A estratégia era atrair pessoas com leituras e ações que demonstravam o quanto a igreja pretendia melhorar a vida dos sujeitos em diversos sentidos, sem demonstrar proselitismo num primeiro contato, para não causar espanto ou rejeição no público.

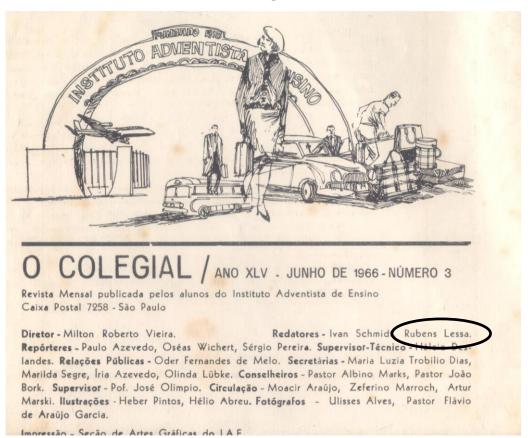
Quando analisamos os impressos como os que os adventistas produziram e ainda produzem, é importante consideramos o conceito de representação de Roger Chartier (2002) nessa análise, pois grupos sociais elaboram suas representações sociais para dar sentido à sua realidade, estabelecendo narrativas para suas práticas e discursos, além de limites de identidade para grupos distintos. Na imprensa religiosa, podemos identificar uma

abundância de representações sobre como determinas grupos se veem, e como eles gostariam de ser vistos por outros grupos ou por seus próprios fiéis.

Quem decide qual representação é válida ou não em geral é quem exerce poder dentro do grupo social. Lideranças da Igreja Adventista formadas no Colégio Adventista Brasileiro e em *O Colegial* elaboraram tais representações sobre os impressos e os leitores.

Quando analisados os editores de *O Colegial*, o nome de Rubens Lessa pode ser considerado um exemplo da importância desse impresso estudantil do Colégio Adventista Brasileiro, como espaço de formação de quadros para a Igreja Adventista e sua expansão no Brasil.

Figura 27 – Edição de *O Colegial* de 1966 em que o nome de Rubens Lessa e descrito como um dos redatores do periódico.



Fonte: O Colegial (jun. de 1966, capa). Colégio Adventista Brasileiro.

Lessa foi editor chefe da editora Casa Publicadora Brasileira, atuando por quarenta e um anos. Rubens Lessa nasceu em 24 de maio de 1937, na cidade de Anápolis, Goiás, Brasil. Filho de José da Silva Lessa e Elvira Porto Lima, seus pais foram batizados e se uniram à fé adventista em 1938, por influência de dois livros da Casa Publicadora Brasileira vendido por colportores.

Em 1954, seu pai o matriculou no Colégio Adventista Brasileiro, onde cursou a quinta série ginasial enquanto morava na casa de um tio. Entretanto, mudou-se em seguida para Uberlândia, onde concluiu o ginásio. Ao final de 1959, ele foi para o Educandário Nordestino Adventista em Pernambuco, onde estudou de 1960 a 1964, concluindo o ensino secundário e dois anos de Teologia.

Em 1965, voltou ao Colégio Adventista Brasileiro, onde terminou o terceiro e quarto anos de Teologia, e é quando atuou como redator do *O Colegial* por dois anos (1965 e 1966). Em dezembro de 1967, Rubens Lessa recebeu se formou em teologia.

Após a conclusão do curso de Teologia, Lessa ingressou no ministério pastoral em janeiro de 1968, como pastor na Igreja Adventista do distrito de Marambaia em Belém, estado do Pará. Nesse mesmo ano ele passou a escrever para uma coluna no jornal *A Folha do Norte*, que existe até hoje com o nome de *O Liberal*.

A Encyclopedia Adventist (2020) aponta que nos anos de 1969 e 1970, Lessa foi pastor da Igreja Adventista de Macapá, estado do Amapá, onde construiu uma escola e realizou uma série de conferências públicas de evangelismo. Enquanto trabalhou nesse estado, Lessa escreveu para o jornal *O Novo Amapá*.

No início de 1971, foi chamado para retornar a Belém, onde trabalhou por dois anos na Missão Baixo-Amazonas dos adventistas em vários departamentos: Jovens, Educação, Mordomia, Temperança, Relações Públicas e Liberdade Religiosa.

Depois de servir por cinco anos como pastor e diretor de departamentos no Norte do Brasil, foi chamado para trabalhar na Casa Publicadora Brasileira. Rubens Lessa iniciou seu trabalho editorial em janeiro de 1973, em Santo André, São Paulo. Suas primeiras responsabilidades foram preparar notícias para a *Revista Adventista*, traduzir o *Informativo Mundial das Missões* periódico que era produzido nos Estados Unidos, com informações da área da atuação de missionários em várias regiões do mundo e cuidar das demandas para a produção da revista *Nosso Amiguinho*, destinada ao público infantil.

De 1974 a 1976, estudou Jornalismo na Faculdade Cásper Líbaro em São Paulo. Em janeiro de 1978, Lessa foi nomeado editor chefe, cargo que ocupou por 36 anos. Nessa posição, participou da mudança da Casa Publicadora Brasileira de Santo André para o interior na cidade de Tatuí.

Em 1982 recebeu uma bolsa para estudar no Newbold College, na Inglaterra. Permaneceu ali por dois anos e três meses, estudando inglês e dando início a um mestrado em teologia. Posteriormente, em 1985, completou o mestrado pela Universidade Andrews, Michigan, Estados Unidos. Aos 77 anos de idade, Lessa decidiu se aposentar, após servir a Igreja Adventista por 46 anos, dos quais 41 foram dedicados ao setor de imprensa da igreja.

A Encyclopedia Adventist (2020) menciona que durante o período que atuou na Casa Publicadora Brasileira, Rubens Lessa tinha em sua equipe de editores alguns colegas do tempo do Colégio Adventista Brasileiro como Carlos Alberto Trezza (1917–2009). Na análise de *O Colegial* de junho de 1944, foi identificado o nome de Trezza, como estudante do curso de teologia. Carlos Trezza nasceu em 18 de outubro de 1917, na cidade de São José dos Botelhos, estado de Minas Gerais, Brasil. Era o quinto filho de José Trezza, italiano naturalizado cidadão brasileiro, e Honorata Ferreira.

A imigração italiana em massa inicia-se logo após a unificação política da Itália, no ano de 1871 conforme descreve Alvim (2000). Os primeiros imigrantes italianos que desembarcam no Brasil vieram da do Vêneto. Essa foi uma região italiana em que o processo de industrialização iniciou e deixou muitos agricultores sem trabalho e sem mercado para os produtos artesanais que produziam. Entre 1870 e 1920, o território brasileiro foi o único da América a receber imigrantes do Vêneto: 30% do total de emigrados italianos no Brasil. Esses imigrantes compunham famílias extensas formadas por 12 ou até 15 pessoas.

A disponibilidade de terras para o cultivo, a baixa concentração de habitantes e a necessidade estratégica de ocupar a região sul brasileira responderam pela concentração pioneira desses imigrantes italianos nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Após 1885, cresce a participação da Itália meridional nos fluxos migratórios que tomam o Brasil como destino. Alvim (2000) afirma que esse fluxo cresceu com os chamados *braccianti*, trabalhadores braçais que não tinham nenhum outro recurso, a não ser a própria força de trabalho, que se dirigiram principalmente para a lavoura de café, em especial, para o estado de São Paulo.

Estima-se que, no período 1870-1970, cerca de 28 milhões de italianos emigraram para diversos países da Europa, América do Norte e América do Sul. Em terras brasileiras, entre 1870 e 1920, desembarcaram 1,4 milhões de imigrantes italianos, 42% dos mais de 3 milhões de estrangeiros que vieram para o Brasil nesse mesmo período.

O crescimento da lavoura cafeeira, principalmente em São Paulo, constituiu o principal elemento de motivação da vinda dos imigrantes italianos para o Sudeste do Brasil. A maioria desses italianos fixaram residência nessa região, apesar de terem sido os estados do Sul os primeiros a recebe-los.

Até o ano de 1890 o fluxo migratório de italianos para o São Paulo era composto por grandes famílias que pertenciam ao universo dos pequenos proprietários e arrendatários do norte italiano. A partir desse momento, predominaram as famílias menores e cresceu a participação dos imigrantes procedentes do sul da Itália.

Dos imigrantes italianos que se transferiram para o Brasil ao longo do período 1870-1920, cerca de 1,4 milhão, 70% concentrou-se em São Paulo. Os centros urbanos paulistas tornaram-se lugares de destino dos italianos à medida que entra em decadência a produção cafeeira. Além de constituírem a maior parte da mão-de-obra nas indústrias paulistas, esses imigrantes se tornariam importante mercado consumidor.

No Rio de Janeiro, os imigrantes italianos ocuparam, principalmente, os postos de trabalho oferecidos pela indústria e o comércio cariocas. Viviam em terras fluminenses, em 1900, cerca de 35 mil italianos, a maioria na cidade do Rio de Janeiro e o restante em outras regiões produtoras de café do estado (ALVIM, 2000).

Os primeiros italianos chegam no estado do Espírito Santo em 1875 e se dirigiram para Santa Leopoldina, de onde seguiram para Timbuí e fundaram Santa Teresa. Dois foram os segmentos nos quais se subdividiu a imigração dos italianos no estado de Minas Gerais: o dos colonos agricultores que foram atraídos para os arredores da capital do estado; e o dos que se encaminharam para o sul de Minas com o objetivo de trabalhar na lavoura de café. Cerca de 70 mil italianos residiam em território mineiro, no ano de 1900.

José Trezza, pai de Carlos estava entre os imigrantes italianos que se estabeleceram no sul de Minas Gerais. Inicialmente na cidade de São José dos Botelhos, mais tarde na cidade de São Gonçalo e depois no município de Campestre, onde Carlos Trezza concluiria o ensino secundário antes de ir para São Paulo, estudar teologia no Colégio Adventista Brasileiro.

Em 1940, Carlos se matriculou no curso de Teologia no Colégio Adventista Brasileiro graduou-se em e novembro de 1944. Sobre a trajetória de Carlos Trezza como pastor da Igreja Adventista, a Encyclopedia Adventist (2020) relata que Trezza ingressou em seu primeiro campo missionário em 1945, servindo como obreiro bíblico em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Alguns meses depois, aceitou o convite para servir em Cataguazes, no mesmo estado, onde atuou com evangelista com o objetivo de converter novos fiéis e fundar novas igrejas. No final do ano de 1945 o pastor Trezza, assumiria temporariamente as responsabilidades de Roberto Rabello, diretor e orador da *Voz da Profecia*, que estava em viagem aos Estados Unidos. Nesse período a sede da *Voz da Profecia* era na cidade de Niterói, no Rio de Janeiro,

onde Carlos trabalhou até o fim de 1946, quando aceitou um convite para trabalhar com instrutor bíblico no Mato Grosso.

Depois, de 1948 a 1951, serviu como missionário e pastor auxiliar na igreja de Goiânia e liderou os departamentos de Publicação, Ministério Pessoal e Escola Sabatina da Igreja Adventista naquele estado. Em seguida, durante o ano de 1952, Carlos serviu na igreja de Uberlândia. No ano seguinte, aceitou o chamado para trabalhar na Casa Publicadora Brasileira, onde serviu pelos 25 anos seguintes juntamente com Rubens Lessa, seu antigo colega de Colégio Adventista Brasileiro. Trezza se aposentou em 1978. Na publicadora, foi editor de alguns periódicos proeminentes, tais como *O Atalaia, Ide, O Ministério Adventista, Sinais de Fumo, Folha Evangélica, Alerta*.

Nota-se por meio do impresso estudantil *O Colegial*, a visão e importância do campo educacional para os adventistas no Brasil. Na busca da expansão da igreja se utilizando do ensino nas escolas paroquiais, o exemplar do ano de 1945, sem número, em uma matéria por título "*Porquê do Curso Normal*" o aluno Silas Lima trata sobre os objetivos do Curso Normal, que buscava formar professores adventistas para atuar no magistério nas escolas paroquias que cresciam nesse período:

É para combater esta falta que o Curso Normal do C. A. B. existe. Existe, sim, para criar elementos aptos para a formação de caracteres novos no rebanho da Igreja de Deus no Brasil, e tal curso leva os professores a saberem substituir a disciplina rigorosa, baseada no constrangimento, pela doçura. Leva-nos a desenvolver a iniciativa pessoal do aluno e sua responsabilidade. Leva-nos a favorecer a colaboração entre os membros das escolas, de maneira que os professores e discípulos saibam e compreendam o valor dos diversos caracteres. Leva-nos a saber dirigir a educação de modo que corresponda às exigências intelectuais de seus alunos. Tal curso ensina o professor a estudar os temperamentos dos alunos, para lhes aplicar a educação congruente. (COLEGIAL, 1945, p.21)

O setor educacional é, depois das igrejas, o setor mais importante dos Adventistas do Sétimo Dia. No Brasil, um dos intelectuais de maior destaque para o setor educacional da igreja foi Roberto Azevedo. Aluno, professor e posteriormente diretor do Colégio Adventista Brasileiro, Azevedo se tornaria diretor do Departamento de Educação da Igreja Adventista em todo o território da América do Sul. Tendo como uma de suas atribuições conduzir todas as instituições de ensino no território brasileiro.

No *O Colegial* de 1961, Roberto Azevedo, ainda estudante do colégio, escreveu uma matéria intitulada "A capoeira". Em seu texto, Azevedo discorria sobre o surgimento da capoeira no Brasil e sua importância como herança da cultura dos africanos escravizados e trazidos para o país. Importante destacar que somente a partir das publicações de Azevedo encontrou-se artigos que abordassem o tema sobre a etnia de povos africanos e indígenas.

Azevedo foi autor de livros e em um deles, tratava sobre argumentos contra a teoria evolucionista e a favor do criacionismo. Em artigo para o XXIX Congresso de Iniciação Científica da UNICAMP ocorrido em 2021 Hosokawa (2021) chama a atenção para o fato de que Roberto César de Azevedo, liderou o processo de ajuste da Rede Adventista às exigências da LDB de 1971.

A Igreja Adventista tinha o desafio de transformar as escolas paroquiais, e estabelecida no fundo de suas igrejas, em escolas oficializadas e dentro das recomendações legais. Ainda em 1973, o Prof. Roberto Azevedo assume a direção do Departamento de Educação da União Sul-Brasileira responsável por todas as escolas adventistas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, cargo que exerceu até o ano de 1985.

Roberto Azevedo foi uma liderança importante para transformar uma rede confessional que se iniciou com escolas de igreja, localizadas em núcleos coloniais de imigração europeia, para estabelecer na década de 1970, escolas oficiais nas médias e grandes cidades do Brasil. Isso acabou por impulsionar líderes e membros adventistas a uma reflexão sobre a filosofia educacional adventista com aproximações aos valores culturais e cristãos da sociedade brasileira.

Roberto Azevedo contribuiu para o estabelecimento de um plano estratégico que orientou as ações a tomar para atender as exigências legais do primeiro e segundo graus. De acordo com Hosokawa (2021) a rede adventista enfrentou uma crise em 1971, mas parte das escolas se reestruturaram, iniciando um processo de consolidação das oito séries em consonância com abertura de novas escolas e o aumento das matrículas.

As consequências para a rede pública da legislação de 1971 se aplicaram ao caso da rede adventista cujo impacto da legislação se ateve aos aspectos técnicos e econômicos. Azevedo afirma que como resultado dessa lei, cerca de cem escolas adventistas foram fechadas em todo o Brasil.

No ano de 1985, Roberto Azevedo é convidado para assumir a direção do Instituto Adventista de Ensino, o antigo Colégio Adventista Brasileiro, onde outrora havia sido aluno. Como diretor do Instituto Adventista de Ensino foi um dos responsáveis pela ampliação do Ensino Superior com a oferta de mais cursos. Ali permaneceria até 1990 quando foi

convidado para assumir o Departamento de Educação da Divisão Sul Americana onde permaneceria até 2006. Roberto Azevedo foi aquele que mais tempo atuou à frente do setor de escolas adventistas no Brasil e América do Sul.

Outro importante intelectual para o campo educacional dos adventistas e que fez parte do corpo editorial de *O Colegial* foi, Orlando Rubem Ritter (1924–2020. Orlando Ritter nasceu na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. Filho de Germano Guilherme Ritter e Julieta Nagel. Os pais de Orlando Ritter eram de famílias alemãs e que se tornariam uma geração de lideranças importantes para a história da Igreja Adventista no Brasil. (RITTER, 2014).

Os pais de Ritter contribuíram grandemente para a fundação de instituições de ensino como o Instituto Adventista Paranaense (IAP) em Maringá e o Instituto Adventista de São Paulo, hoje Centro Universitário Adventista de São Paulo (Unasp), campus Hortolândia.

Apesar de não ter sido possível identificar o nome de Orlando Ritter como aluno em *O Colegial*, na edição de dezembro de 1945 surge o seu nome como professor e colaborador do impresso. No ano de 1937, a família de Ritter mudou-se para a cidade de São Paulo. Orlando cursou a sexta série complementar na Escola Adventista da igreja de Santo Amaro. Em 1938 ingressou no Colégio Adventista Brasileiro.

Ritter concluiu o ensino secundário no ano de 1943 quando seria convidado pelo colégio para fazer parte de um programa para formação de novos professores para a instituição. Orlando Ritter foi enviado para estudar o curso de física na Universidade de São Paulo – USP, sendo o primeiro Adventista a estudar em um curso no campo de exatas na USP (RITTER,2014).

A criação da USP ocorre em um período particular da história brasileira e mundial. Com a crise econômica mundial de 1929, o modelo econômico das principais potências mundiais seria alterado, favorecendo os mercados internos e diminuindo de maneira gradativa as importações. A partir de então, o mundo veria a ascensão de governos totalitários e nacionalistas, enquanto os Estados Unidos progrediram com a política do New Deal.

O Brasil, movido pela exportação de café, sentia a interferência da crise pelo fim da "política do café-com-leite", a partir da Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas. A lógica de centralização de poder na Federação refletiu na perda de poder político de São Paulo e de Minas Gerais, fomentando a *Revolução Constitucionalista* de 1932, cujo objetivo era retomar as identidades e poder dos estados, bem como propor uma nova Constituição baseada nos modelos de soberania nacional europeus. Essa violenta investida contra a

Federação acabou interrompida pelo poderio militar federal, mas suas demandas ecoaram para a formulação da Constituição de 1934.

Neste contexto mundial político e econômico, por meio do decreto nº 6.283 de 25 de janeiro de 1934, foi criada a Universidade de São Paulo (USP) que incorporou instituições criadas anteriormente como a Faculdade de Direito (1827), a Escola Politécnica (1894), a Escola Superior de Agricultura (1899) e a Faculdade de Medicina (1912). Foi a primeira universidade brasileira a ter uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o que trouxe mudanças significativas em seus objetivos. (NORMAS USP, 1934)

Em uma tentativa de revalorização da soberania paulista, após a Revolução Constitucionalista, e em busca de fomentar o desenvolvimento tecnológico, a concepção da USP buscou inspiração nas universidades alemãs (Berlim, 1810).

O novo modelo tinha como proposta o foco em pesquisa e ensino com formação humanista, desenvolvimento da ciência desinteressada e autonomia relativa da universidade diante do Estado e da sociedade civil. Observa-se as convergências entre essa estrutura e a USP desde seu decreto de criação. Júlio de Mesquita Filho, proprietário do jornal O Estado de São Paulo e um dos fundadores da USP, afirmou o seguinte conforme pesquisa de Ferreira (2009): "Vencidos pelas armas, sabíamos perfeitamente que só pela ciência e pela perseverança no esforço voltaríamos a exercer a hegemonia que durante longas décadas desfrutáramos no seio da federação.

A USP, buscava formar uma elite preparada para estabelecer as bases para o progresso desejado no Brasil nesse período e buscar a soberania paulista. Para isso, não seria suficiente recorrer aos conhecimentos e métodos - de ensino e pesquisa - produzidos no país. Para a formação do corpo docente de cursos na USP buscou-se professores na Alemanha, França e Itália. O sucesso desta iniciativa passou a ser considerado a explicação para a boa reputação que a USP passaria a desfrutar.

A influência internacional na USP fez com que governos de países europeus, como a França e a Itália, incentivassem seus docentes universitários a aceitar os convites do estado de São Paulo para lecionar. Desta forma, em 1934, vieram para São Paulo professores franceses, nas ciências humanas; italianos, nas ciências exatas; alemães, nas ciências biológicas.

Formando em Física na USP, Orlando Ritter lecionou matemática e física no ensino secundário e posteriormente segundo grau por mais de 30 anos, de 1944 a 1976. Além disso, de 1950 a 1992, lecionou ciência e religião, filosofia cristã e educação para a escola de teologia.

De acordo com Ritter (2014) ao todo, mais de 1.000 líderes e pastores da Igreja Adventista tiveram aulas com o professor enquanto. Como professor, Orlando foi um dos primeiros a abordar o tema do criacionismo no Brasil com um caráter acadêmico. Ritter apoiou esse movimento escrevendo artigos e participando de conferências acadêmicas. Contribuiu para a fundação da Sociedade Criacionista Brasileira.

Nos anos de 1965 e 1966, a pedido da liderança da Igreja Adventista no Brasil, fez um mestrado em educação na Universidade Andrews nos Estados Unidos. Ritter foi diretor do Seminário de Teologia entre 1969 e 1970 quando já havia retornado ao Brasil. A partir de 1973, passou a lecionar as disciplinas de Administração Escolar e Supervisão Escolar no recém-inaugurado curso de Pedagogia. Em 1977, foi nomeado diretor do programa.

Como líder do curso de Pedagogia, Orlando Ritter desejava estabelecer uma escola primária para treinamento prático, com o objetivo de proporcionar um ambiente adequado para os alunos vivenciarem na prática as teorias que estavam aprendendo em sala de aula. O projeto da escola foi inaugurado em 1989, com o nome de Escola Modelo. Mais tarde, passou a se chamar Escola Modelo Prof. Orlando R. Ritter, em sua homenagem.

Tinha um projeto de arquitetura único; os espaços, formas, pisos, paredes, cores, equipamentos e playgrounds foram cuidadosamente planejados. Compreendia uma biblioteca em cada sala de aula, uma horta, um orquidário e um apiário, além de espaços de observação para os estagiários observarem as crianças sem serem vistos. Essa escola passou a ser um ponto de atração do Colégio Adventista Brasileiro e tornou-se referência na educação adventista no Brasil na época.

Ritter aposentou-se em 2004 e em seguida, mudou-se de sua casa no campus para a cidade de Campo Grande, estado do Mato Grosso do Sul e viveu até sua morte em 27 de junho de 2020, aos 95 anos de idade.

A análise de *O Colegial* identificou um tema recorrente no impresso que foi a colportagem. A colportagem tem sido historicamente associada à divulgação de ideias religiosas, sendo praticada por organizações religiosas ou por indivíduos que desejam compartilhar sua fé e promover sua doutrina. Os colportores podem oferecer materiais de leitura religiosa, como bíblias, livros de estudos bíblicos, literatura devocional, tratados evangelísticos e outras publicações relacionadas à sua fé.

A prática da colportagem remonta o período que a impressão em larga escala se tornou possível. Ela foi particularmente difundida durante o século XIX, quando missionários e organizações religiosas utilizaram a colportagem como uma estratégia para alcançar comunidades remotas, disseminar sua mensagem e estabelecer novas igrejas.

A colportagem adventista é uma forma específica de colportagem praticada pelos membros da Igreja Adventista. É uma atividade importante dentro da igreja, com a venda ou distribuição de uma variedade de materiais impressos, incluindo bíblias, livros de estudo bíblico, revistas, tratados evangelísticos, literatura devocional, livros infantis e outros recursos adventistas. Esses materiais têm como objetivo compartilhar a mensagem adventista, promover a compreensão da bíblia e ensinar os princípios e as doutrinas da igreja.

A prática da colportagem adventista busca alcançar pessoas que podem não ter acesso a uma igreja adventista ou que estão interessadas em aprender mais sobre os ensinamentos adventistas. Os colportores podem abordar indivíduos em suas casas, em locais públicos ou em eventos específicos, oferecendo materiais e realizando estudos bíblicos ou conversas para responder a perguntas e compartilhar a mensagem adventista.

A colportagem adventista é vista como uma parte importante do evangelismo e da missão da Igreja Adventista do Sétimo Dia, com o objetivo de alcançar e ajudar pessoas em sua busca espiritual. Além disso, a venda de materiais também pode ajudar a financiar estudantes, projetos missionários e a apoiar instituições e iniciativas adventistas ao redor do mundo. A Igreja Adventista promove recrutamento e treinamento para os colportores que atuam como seus vendedores e servidores.

O site institucional do UNASP (2022), em notícia sobre as atividades promovidas no campus, descreve que existem cursos de colportagem para estudantes da instituição. A matéria informa que o curso é um evento que mobiliza colportores, diretores de publicações de todas as regiões administrativas dos adventistas do Brasil, líderes da editora Casa Publicadora Brasileira e líderes da Divisão Sul-Americana dos Adventistas.

De acordo com a notícia esses encontros, que também ocorrem em outras instituições adventistas, tem como objetivo fomentar e aumentar o número de jovens envolvidos na evangelização por meio da venda de literatura adventista. Esses colportores são recrutados pelos departamentos de publicações dos escritórios administrativos da Igreja Adventista.

No Brasil, a colportagem entre os estudantes das instituições adventistas é uma forma de custear as mensalidades estudantis. Os alunos costumam utilizar o período de férias escolares e trabalham em equipes em determinadas regiões do país, onde visitam residências, comércios e industriais para a comercialização das literaturas adventistas produzidas pela editora Casa Publicadora Brasileira.

A primeira edição que descreve a expressão colportagem é a de 31 de julho de 1933. A notícia de *O Colegial* era sobre um curso de colportagem realizado nas dependências do Colégio Adventista Brasileiro entres os dias 20 e 28 de agosto.

Figura 28 - Edição de O Colegial de 1933 noticiando o Curso de colportagem.



Fonte: O Colegial (31 de jul. de 1933). Centro Universitário Adventista.

A edição de fevereiro de 1936 de *O Colegial*, noticiou não apenas um curso de colportagem dos adventistas realizado no colégio, como também destacou a importância desse setor para igreja no Brasil naquele momento:

Patrocinado pelos irmãos Coelho e Margarido realizou-se aqui no Collegio nos dias 8-14 de janeiro o Curso de Colportagem. Pudemos então conhecer a forte coluna e sustentáculo do trabalho evangelistico da Associação Paulista. Transpareceu no decorrer daquelles dias, um vivo interesse nas coisas espirituais. No sábado de manhã desde as quatro horas da madrugada éramos despertados pelos fieis soldados que se aprontavam e se embrenhavam nas matas do Collegio para o culto e devoção; ao romper o esplendoroso sol ouviam-se os hymnos maravilhosos por elles elevados. A colportagem no Brasil tem sido o braço direito da obra, ella tem feito mais do que a obra medica em outras partes, e os nossos valentes batalhadores bem representam a alta espécie desse trabalho. (COLEGIAL, 1936, p.4)

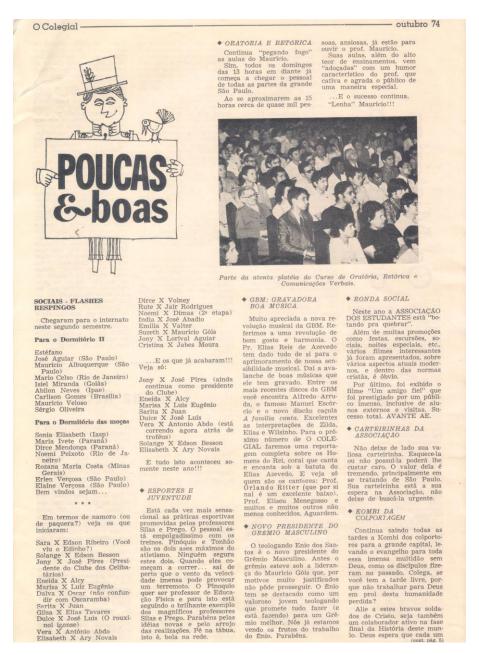
A Encyclopedia Adventist (2023) informa que o primeiro curso de colportagem no Brasil foi realizado no ano de 1897, na cidade de Rio de Janeiro. O curso contou com a participação da Sociedade Colportora Internacional, uma organização missionária protestante que promovia a venda e distribuição de literatura religiosa. De acordo com a Encyclopedia Adventist (2023) o objetivo do curso era capacitar os participantes que aprendiam técnicas de venda, conhecimento dos materiais impressos disponíveis e estratégias para alcançar e engajar o público.

O curso foi ministrado por missionários estrangeiros, principalmente vindos dos Estados Unidos, onde a prática da colportagem já estava bem estabelecida. Os participantes eram jovens adventistas do Brasil interessados em se envolver no trabalho missionário e na disseminação da fé adventista. A realização desse primeiro curso de colportagem no Brasil foi um marco para o início da prática da colportagem adventista no país.

Uma matéria por título *O sucesso da Colportagem em 1942*, na edição de junho de 1942 de *O Colegial*, descreveu que naquele período a colportagem já era um meio pelo qual os estudantes conseguiam o custeamento dos seus estudos. A matéria ainda informou que no ano anterior, quarenta e dois estudantes conseguiram o valor anual total das mensalidades escolares com o trabalho da colportagem. Outra matéria de *O Colegial* de junho de 1944 intitulada *Em pleno desenvolvimento o Colégio Adventista Brasileiro* destacou que no ano

de 1943 o Colégio Adventista Brasileiro era a instituição adventista na América do Sul que tinha o maior número de colportores e que alcançou o maior número de livros vendidos. A última edição localizada em arquivo de *O Colegial* de outubro de 1974 revelou que a instituição continuava tendo na colportagem um espaço de promoção da literatura adventista e manutenção das matriculas de estudantes no colégio.

Figura 29 – Edição de *O Colegial* de 1974 noticiando que o Colégio Adventista mantinha uma Kombi para transportar os estudantes colportores para o centro de São Paulo.



Fonte: O Colegial (out. de 1974). Colégio Adventista Brasileiro.

Além de um espaço de formação das lideranças adventistas, em seu período de existência *O Colegial* serviu como um espaço de manutenção da fé adventista. Além de textos poéticos, informações do cotidiano dos estudantes, reportagens que apesentavam curiosidades do mundo acadêmico para os estudantes, *O Colegial* era um periódico que buscava propagar os dogmas dos adventistas como a manifestação pública de aceitação da religião.

Hilsdorf (1977) afirma que as escolas protestantes americanas funcionavam com evidentes fins proselitistas. Estes estabelecimentos de ensino eram usados como local de evangelização. *O Colegial* foi um impresso que buscava a manutenção e ampliação da fé Adventista dentro do colégio. Muitas das matérias e notícias buscavam evidenciar os dogmas e a conversão de alunos na instituição.

Schunemann (2009) em sua pesquisa A Educação Confessional Fundamentalista no Brasil Atual: Uma análise do sistema escolar da IASD examinou as publicações relacionadas com a educação adventista. Em sua análise do material o autor afirma que o objetivo central da educação era a conversão religiosa dos alunos. Ainda que na análise dos documentos de arquivos analisados não seja possível confirmar a afirmação de Schunemann, de que o objetivo primeiro da educação adventista seria a conversão dos estudantes, desde as primeiras décadas podemos observar que de fato a conversão de alunos ocorre por influência da confissão da instituição.

A conversão à religião protestante em algumas igrejas como a denominação adventista é marca pelo batismo, uma cerimônia pública realizada por um pastor que imerge o fiel em um local com água suficiente para fazê-lo.

No *O Colegial* de novembro de 1941 a matéria destaca uma cerimônia batismal realizada na própria instituição que contou com a participação de 23 jovens estudantes:

Neste número dedicado à formatura de 1941, queremos registrar a cerimônia batismal realizada neste educandário, em 18 de outubro último. Pela manhã houve o exame dos candidatos efetuado, como de praxe, pelo pastor da igreja, na presença da congregação. O cerimonial propriamente dito teve lugar no pitoresco lago do Colégio. Foi tocante, na verdade. Quantos assistiram a ele levaram gravada no íntimo a solenidade dessa "sepultura viva", cuja inteira significação ainda está além de nosso entendimento mortal. Vinte e três batizandos ao todo: 11 rapazes e 12

moças! É confortador ver-se um grupo assim tão garrido de jovens entregar-se, no verdor dos anos, ao serviço do Mestre. A classe batismal que os preparou foi dirigida pelo prof. Lloyd Downs. Esta classe está em funcionamento, cada ano, durante o período letivo. (COLEGIAL, 1941, p.23)

Outra cerimonia batismal de alunos do colégio foi noticiada na edição de junho1942. A reportagem informou que doze estudantes foram batizados naquele mês e outros vinte e oito alunos estavam sendo preparados em uma classe de estudo da bíblia para a próxima cerimônia batismal.

Andrade (2019) em sua pesquisa aponta que o batismo de alunos em instituições de ensino adventista é uma prática que permanece ainda hoje, tendo em vista que a maioria dos estudantes que ingressam nos colégios adventistas não são membros da igreja.

O Colegial dezembro de 1955 apresentou matéria que buscava comunicar com a comunidade adventista dentro e fora do colégio, o trabalho desenvolvido pela igreja no Brasil e no mundo. Um artigo intitulado *Que Fazem os Adventistas* destacava aspectos da fé adventista e estatísticas sobre o seu crescimento no Brasil e outras regiões do mundo:

Adventista é todo aquêle que crê na grande esperança católica, ou universal, do bem-aventurado retorno de Cristo Jesus a esta Terra, não mais como o humilde infante de Belém, mas, sim como Rei, em glória e majestade, a fim de estabelecer entre os homens, e para todo o sempre, o tão almejado Império do Amor, da Justiça e da Paz. Foi apenas de 1844 para cá, que o movimento adventista, uma vez soada sua hora no relógio profético do tempo, despertou com um novo e vigoroso impulso no mundo inteiro, para dar cumprimento à incumbência evangélica: "Ide e ensinai a todas as nações ... ensinando-as a guardar todas as coisas que Eu vos tenho mandado ... porque virei outra vez. . ." E, para melhor cumprir a tarefa que lhe foi imposta por Cristo, o movimento adventista corporificou-se na Igreja Adventista do Sétimo Dia, a fim de melhor organizar, dirigir e coordenar as suas atividades sobre as quais o Sol nunca se põe, pois o seu campo de ação tão vasto abarca todo o mundo. No momento atual já excede de um milhão o número de adventistas adultos que vivem imbuídos do mesmo ideal de valorização da pessoa humana, e realizam os seus cultos em cêrca de 10.900 igrejas esparsas através dos mais variados países e regiões do globo; e propagam a sua mensagem de esperança em todo o mundo através de 930 rádio emissoras e 93 estações de televisão, no conhecido programa da "Voz da Profecia" ou da "Voz da Esperança". E pelo trabalho da Escola Radiopostal, somente na índia cêrca de 20.000 hindus, até 1954, abandonaram o budismo e outras formas de paganismo com as suas práticas, para aceitar a Jesus como seu Salvador pessoal.

A mensagem adventista é também apresentada oralmente em 721 idiomas e dialetos diferentes, enquanto que a literatura correspondente é impressa em 198 línguas diversas. As casas publicadoras, 39 ao todo, imprimem 350 periódicos, e cêrca de 75 livros novos são publicados anualmente, versando sôbre os temas mais vários, desde religião, história, saúde, ciência, educação, puericultura, pró-tempe-rança, alimentação, além de biografias, narrativas construtivas e inspiradoras, e temas outros. (COLEGIAL, 1955, p.14)

Ainda de acordo com o artigo, dos 230 países e territórios do mundo, no ano de 1955 os adventistas estavam presentes em 197 países. O impresso também informava que no Brasil, eram mantidos pelos adventistas 190 educandários, quatro hospitais, além de clínicas e lanchas para assistência médico social às populações ribeirinhas dos grandes Rios, Amazonas, S. Francisco, Araguaia e Ribeira.

Andrade (2019) em sua pesquisa identifica que o criacionismo é um tema estudado e defendido nas instituições de ensino adventistas. A teoria criacionista busca explicar a origem da vida e a criação do homem com base na criação divina, como narra a bíblia, na qual Deus seria o criador de todo o universo. De acordo com os criacionistas, Deus teria criado o homem e os demais seres vivos há menos de 10 mil anos.

Para os adventistas, Deus teria criado todos os seres vivos no planeta Terra em uma semana literal, seguindo um propósito e uma intenção e a espécie humana não descenderia dos primatas ou símios. Apesar de não ser uma teoria popularizada nas escolas brasileiras, quando Andrade (2019) analisou regimento escolar do ano de 2017 do Colégio UNASP, antigo Colégio Adventista Brasileiro, observou-se afirmações que admitem o claro posicionamento criacionista dentro da instituição adventista:

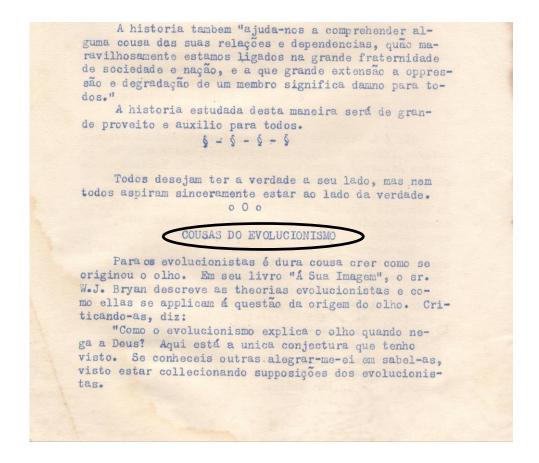
O sistema educacional Adventista objetiva promover no ensino contextos em que possa ser vivenciada a filosofia cristã. Assim fazendo, provê modelos das mais diversas ordens para professores, estudantes, administradores e estudiosos em geral. A Filosofia Cristã de Educação é fundamentada nas seguintes crenças:

- 1. Deus o Criador, é realidade última do universo. Por isso conhecê-lo e compreender Sua vontade é de crucial importância desde cedo na vida;
- 2. O homem, criado perfeito por Deus, é o resultado de uma sutil e judiciosa combinação do material com o espiritual, um ser racional destinado a ser completo e feliz na medida em que harmoniosamente se relacionar com Seu Criador e bem conviver com seus semelhantes;
- 3. Separado de Deus, o homem está sujeito à degradação. Por isso restabelecer ligação com Deus na forma e no tempo devidos deve ser o grande objetivo da vida;
- 4. Criado o homem, com potenciais a desenvolver, chama-se Educação Cristã à obra que permite seu harmonioso desenvolvimento em comunhão com o Criador. A maior tragédia é não desenvolver plena e harmoniosamente seus potenciais. Em outras palavras, é apenas "poder ter sido". Por isso, em se tratando de educação, excelência é o mínimo desejável (REGIMENTO ESCOLAR COMUM DA REDE DE ESCOLAS ADVENTISTAS NO ESTADO DE SÃO PAULO, 2017, p.3).

Em *O Colegial* de 1930 identificou-se a intencionalidade dos editores em defenderem o posicionamento criacionista do colégio, ou seja, o pensamento de que o universo e este mundo foram planejados e criados por um ser superior e transcendente, contrariando a teoria evolucionista de que tudo que existe é resultado de um processo evolutivo e que aconteceu aleatoriamente e sem um propósito aparente. Os editores do impresso, nesta edição de número 03, apresentam um artigo intitulado "Cousas do Evolucionismo", trazendo em seu texto uma crítica à teoria da evolução:

Para os evolucionistas é dura cousa crer como se originou o olho. Em seu livro "À sua imagem" o senhor W. J. Brian descreve as theorias evolucionistas e como ellas se aplicam à questão da origem do olho. Criticando-as diz: "Como o evolucionismo explica o olho quando nega a Deus? Aqui está a única conjectura que tenho visto. Se conheceis outra, alegrar-me-ei em sabe-las. Visto estar collecionando suposições evolucionistas. (COLEGIAL, 1930, p. 5)

Figura 30 – Edição de *O Colegial* de 1966 em que o nome de Rubens Lessa e descrito como um dos redatores do periódico.



Fonte: O Colegial (jun. de 1966, capa). Centro Universitário Adventista.

Semelhante crítica pode ser observada em *O Colegial* de dezembro de 1944 quando Walkírio Souza Lima escreve artigo intitulado "*A Educação Cristã no Colégio Adventista Brasileiro*":

Pais adventistas, espero que ao lerdes estas palavras, que, de um modo particular, são dirigidas a vós, possais tirar o véu que empana muitas mentes e ver a sublimidade da educação que oferece o Colégio Adventista Brasileiro. Ao pensardes na educação dos vossos filhos lembrai-vos de que ao lado das teorias da evolução, dos sistemas de conjeturas dos filósofos e dos sábios, encontra-se a falsidade que, certamente levará os vossos filhos – a herança do Senhor – ao caminho do ceticismo e da dúvida. (O COLEGIAL, 1944, p. 5)

O Colegial de dezembro de 1950 destaca no artigo intitulado "A fé e a ciência" mais uma vez o conceito de "Deus como Creador de tudo e de todos". (O COLEGIAL, 1950, p. 52)

Em 1967 um texto do pastor S. Kümpel, diretor da Faculdade de Teologia do antigo Colégio Adventista Brasileiro e agora Instituto Adventista de Ensino, tinha por título *Escola dos Profetas*. No texto o pastor Kümpel chama a atenção para os números de estudantes que já haviam se formado e que estavam à serviço da Igreja Adventista no Brasil e no exterior:

Os formados em Teologia durante estes 52 anos de existência da Escola somam cinco centenas. Cerca de trezentos alunos aproximadamente já se formaram em cada um dos cursos: Colegial, Comercial e Normal. Número bem mais elevado é daqueles que terminaram aqui o seu curso Ginasial. Estes formados em grande parte ocupam as mais variadas responsabilidades na obra adventista em todo o Brasil e mesmo no estrangeiro. Pensemos no que seria a Igreja Adventista em nossa terra se retirássemos dos seus postos os formados por esta escola! Nossas igrejas, Missões, Associações, Uniões e instituições, na sua grande maioria marcham e progridem graças à bênção de Deus e ao trabalho abnegado e idealista daqueles que receberam nesta Casa do Saber parte da sua educação. (O COLEGIAL, 1967, p. 7)

A análise do periódico identificou por meio de artigos e notícia, que a liderança da instituição adventista continuava buscando a manutenção do caráter confessional e missional para a expansão do adventismo no país.

A última edição de *O Colegial* do ano de 1974, localizada nos arquivos da instituição, demonstra que os editores do impresso estudantil, utilizavam do espaço do periódico para que pudessem combater aquilo que os adventistas consideravam ideias heréticas ou contrárias aos dogmas da igreja.

Em um artigo de quase uma página na edição de outubro de 1974 intitulado *Os 10* mandamentos do *Diabo*, o estudante Maurício Góis parafraseou os dez mandamentos, localizados no livro de *Êxodo* do antigo testamento da *Bíblia*. O texto de maneira satírica afirmava que haviam regras determinadas pelo diabo para aqueles que desejavam segui-lo.

Figura 31 – Última edição de *O Colegial* de 1974 com artigo intitulado os 10 Mandamentos do Diabo.

outubro 74 -— O Colegial FOFOCENTER ACUSA: Ser "Celibatário" é o me-lhor meio de atrair a aten-ção das "Meninas", nes-Estes foram, nestas férias de julho, os 2 campeões na colportagem. Seja você tam-bém um deles nas próximas férias, animado que, temos certeza, você ficará com estes Os 10 Mandamentos tes tempos agitados pela carência de "Meninos". (Qualquer dúvida, fale com o Bernardino). certeza, voce heara exemplos:

1º lugar: Enio Santos — 1º
Teológico. Colportou na Missão Catarinense da I.A.S.D. Cidade: Criclúma — SC. Livros: Alimentese com Proveito, O Moço e Seus Problemas e A Moça e Seus Problemas. No IAE o indice de form ção de "Pares" é mai do que as "Separações" Teologandos!... As "Edu-candas" — também espe-ram por vocês... (O Ja-bes já foi...) Problemas,
Entregou Cr. 21.000,00.
2º lugar: Orlando Sartorti
1º Teológico. Colportou
também na Missão Catarinense da I.A.S.D. Cidade: Canoi-Então falou o Diabo à alma dos mortais, dizendo: é atrasar-se no tempo, es-tacionar o progresso e ba-nir a liberdade. 1. Eu sou o Senhor teu deus, que te tirei do seio da Igreja, da casa de oração e do altar da Verdade. Não trarás o sangue de Cristo diante de mim, nem invocarás o Espírito Santo. nir a liberdade.

6. Não matarás... um ser humano. Isto não significa, entretanto, que não deverás matar a esperança na face de um infante, iludir uma jovem moça de bons princípios, matandolhe o amor que desabrocha para a vida, corromper o coração das pessoas, assassinando-lhes todo e qualquer bom sentimento voltado para Jesus e matar frontalmente, com os punhais sangüinários da indiferença, a vontade de servir a Deus.

7. Não adulterarás... nhas — SC. Livros: Alimente-se com Proveito, O Moço e Seus Problemas e A Moça e Seus O 3º Colegial é a classe preferida pelos Teologan dos. (Havendo dúvidas fa le com o Maurício Góis) roblemas. Entregou Cr\$ 16.000,00. Santo. 2. Não farás para ti a imagem do crucificado em Confissão de um Impera-Um grandalhão deu um opapo no Pequeno... imagem do crucificado em tua mente, nem pensarás na extensão do que este sacrificio representa, não te encurvarás ao Seu divino amor, nem O servirás, porque eu sou deus zeloso com os meus que visita a bondade dos que me aborrecem es inflamam de orações contra mim. Imperador — Meu filho você é um herói! Pequeno — Isto é de ver-dade ou é brincadeira? Filho — Por que papai?
Imperador — Ora meu filho! Eu conquistei este império, sua mãe me governa e
você domina sua mãe. Grandalhão — De verdade! Por quê!? Pequeno — Ainda bem, porque eu não tolero brinca-deiras! 7. Não adulterarás... sem sensualidade e consem sensualidade e concupiscência, E como farás, então, ficando sem
dares vasão a toda materialidade que arde em teu
organismo de fogo? Saiba
que a repressão sexual
provoca neurose (fatos já
comprovados nos laboratórios de meus servos Freud
e Lamarck). E não te esquecas de adulterar texoraçoes contra mim.

3. Não tomarás o nome de Deus para coisas sérias e espirituais. Eu tomarei por inocente quem invocar o nome dElle em vão. Pois o nome é um rótulo e a reverência uma sufocada manifestação de insegurança emocional. furtares a consciência da presença de Deus, se fur-tares a ti as horas dedica-das à Lição da Escola Sames, podando a histérica raiz do antiprogresso. 10. Não cobiçarás a casa do teu próximo, se ela estiver em alienação fibatina, se furtares o mo-mento de ouvir o pastor, ganharás tempo que me é muito precioso. Os grandes eta estiver em atenação in-duciária; não cobiçarás a espiritualidade dos santos, mas aplica-te em destruir neles os traços de seme-lhanças com Jesus; não co-biçarás a beleza suave de e Lamarck). E não te es-queças de adulterar tex-tualmente a lei de Deus, torcendo suas claras ver-dades para tua própria salvação, não cumprir as determinações administra-tivas e morais do IAE, adulterando com teu toque 4. Lembra-te que ca-da dia é dia para o Senhor homens furtaram na lança dos negócios, furtateu deus e, por isso, quan-do te cansares, não farás nenhuma obra, nem tu, ram à sociedade todos os princípios de nobreza. Por-tanto, não furtes o que te furtarás. uma moça, somente em pensamento, porém, cuida-te em transformá-la em nenhuma obra, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem teu servo, nem o teu animal, nem o teu estrangeiro que está dentro de tuas portas. Se descansares no sábado, aproveita-o para dormir, nem te aborreças por chegares tarde à Escola Sabatina. O sábado é dia de descansaros. Se fizeres trabalho missionário, não descansarás, trabalharás. grosseira, poluída e amo-ral; neste século tu não 9. Não dirás falso tesral; neste século tu não precisas mesmo cobiçar o boi e o jumento de teu servo, mas cobiçe o Dodge Dart, o Opala, o Passat, a mansão luxuosa, o brilho intelectual, a indumentária carissima. Quem cobiça é ambicioso e quem é ambicioso, triunfa. adulterando com, pre-pessoal a toda ordem, pre-ceito e regulamento. Pois as leis educacionais e os temunho contra o teu pró-ximo, mas te inflamarás de críticas rovinadoras. Lembra-te, cada pastor Lembra-te, cada pastor tem o seu defeito. Criti-que-lhe publicamente as faltas. Fale mal da Assis-tência Social Advanta regulamentos morais são o dique repressor de uma civilização compulsória e de uma estrutura cancero-sa, cujo tumor virulento se abre, pestilento, conta-minando o teu livre-arbi-trio e ironizando tua es-colha de homem opcional. da Conferência Geral, da União Sul e da Associação Paulista. Os seus dirigen-tes são homens falhos e Lembrete: Ir aos cultos toda manhã e noite, à Igreja sábados, quartas-feiras e domingos, estudar a Meditação Matinal, a 5. Houra a teu pai e a tua mãe desde que eles obedeçam às tuas determi-nações. E para que te pro-longuem a tua insensatez e a tua demência que o Se-nhor teu deus te dá. Lem-pra-te de que os teus nais humanos. Mostre isto ao 8. Não furtarás... O Banco do Brasil para que te prendam. Eu quero tua vida livre para servir-me. Se furtares uma organiza-ção bancária colocarás teu povo, conscientize as pes-soas da falibilidade dos Lição da Escola Sabatina homens que se dizem servos do Altíssimo. Não te esqueças que a língua é uma espada de dois gutodo dia e, ainda por cima, a Bíblia, não é prova de rebra-te de que os teus pais são antiquados, obsoletos e quadrados Respeitá-los ligiosidade consagrada, É corpo em perigo, mas se

Fonte: O Colegial (out. de 1974). Centro Universitário Adventista

Durante a análise do impresso, a leitura do artigo de Maurício Góis chamou a atenção quanto ao sétimo mandamento. Usando um tom de ironia, o autor afirmava que os seguidores do diabo e observadores de seus mandamentos deveriam dar vasão aos desejos sexuais, pois a repressão desses desejos causaria neurose de acordo com as teorias de Freud e Larmack.

As teorias de Jean-Baptiste Lamarck (1744-1829) e Sigmund Freud (1856-1939) tiveram momentos distintos de popularização no Brasil. No caso de Lamarck, um biólogo

francês conhecido por sua teoria da herança dos caracteres adquiridos, suas ideias começaram a ser divulgadas e discutidas no Brasil a partir do final do século XIX e início do século XX.

Nesse período, as teorias evolutivas estavam sendo amplamente debatidas no meio científico e intelectual brasileiro, e Lamarck teve sua influência na formação das primeiras gerações de biólogos no país. No entanto, com o avanço dos estudos de Charles Darwin e a consolidação da teoria da seleção natural, as ideias de Lamarck foram gradativamente perdendo espaço para o darwinismo no cenário científico brasileiro.

As ideias de Sigmund Freud, o pai da psicanálise, começaram a ser popularizadas no Brasil a partir da década de 1910. Nessa época, as obras de Freud já estavam sendo traduzidas e divulgadas em diversos países, e no Brasil não foi diferente. A introdução da psicanálise no Brasil foi realizada principalmente por médicos e intelectuais interessados no campo da psicologia e na compreensão do funcionamento da mente humana.

Em 1919, foi fundada a Sociedade Brasileira de Psicanálise, que teve um papel importante na disseminação das ideias de Freud no país. A partir desse momento, os estudos e discussões psicanalíticas foram se expandindo e se tornando cada vez mais presentes na sociedade brasileira. A partir da década de 1930, a psicanálise começou a ser incorporada nos currículos das faculdades de medicina e nas formações de psicólogos no Brasil.

As contribuições de Freud para a compreensão da mente humana e o desenvolvimento da psicanálise continuam sendo estudadas e debatidas no Brasil e no mundo. No entanto, as ideias de Freud também encontraram resistência e críticas em setores da sociedade como os religiosos. A visão da psicanálise como uma abordagem revolucionária e controversa contribuiu para debates e polêmicas sobre suas aplicações e validade.

Uma seção da *Revista Adventista* de outubro de 1961, em que os editores buscavam responder perguntas sobre relacionamentos enviadas pelos leitores, indicou sobre qual era na ocasião o pensamento da igreja sobre as propostas de Freud:

Há pelo mundo muito drama íntimo, muita tragédia que bem se poderiam evitar, se os casais tivessem tido menos precipitação, tivessem pensado maduramente antes de se unirem por laços vitalícios; se tivesse havido mais orientação aos jovens, da parte dos responsáveis; se fossem mais lidos e acatados a Bíblia e os inspirados escritos do Espírito de Profecia, e outros

livros escolhidos; se os interessados na constituição de um lar tivessem orado mais, muito mais. *Mensagens aos Jovens, A Ciência do Bom Viver, Felicidade Conjugai, O Lar Ideal, Segredos de um Lar Feliz, Serões de Tio Silas*, todos de edição da Casa Publicadora Brasileira, trazem boa orientação e conselhos sobre o assunto. Está em trabalho um livro da irmã White (O Lar Adventista), repleto das mais salutares instruções. Se nosso povo consultasse mais obras como essas, e menos os livros pretensamente científicos, eivados da tremenda heresia freudiana, estaria mais ao abrigo de casos infelizes. (REVISTA ADVENTISTA, 1961, p. 12)

A psicanálise foi vista por alguns religiosos, como uma abordagem que questionava os ensinamentos religiosos sobre a moralidade e a sexualidade. Conceitos como o de libido e o complexo de *Édipo* foram considerados polêmicos e até mesmo perigosos por algumas igrejas. Além disso, o fato de a psicanálise enfatizar a importância dos impulsos e desejos inconscientes, muitas vezes relacionados à sexualidade, gerou desconforto e resistência por parte de líderes religiosos conservadores, que viam a sexualidade como um assunto privado e restrito ao âmbito conjugal.

Outro artigo da *Revista Adventista* em um artigo intitulado *A Juventude*, *a Bíblia e a Pureza*, fazia críticas e condenava os líderes religiosos que citavam as ideias de Freud:

A literatura obscena faz parte dos currículos escolares e o palavrão tornase comum. As mulheres reclamam também o direito à pornografia. Na França, um juiz foi surpreendido numa igreja com estampas de mulheres nuas dentro do seu breviário. Na Inglaterra, um bispo aprova o casamento entre homens. Marcuse considera a "educação moral um instrumento de opressão." Alexandre Neil diz que "o homossexualismo não é pecado." Pastores americanos pregam que o sétimo mandamento não é válido para os solteiros. Líderes religiosos substituem Cristo pelos postulados de Freud e Marx. (REVISTA ADVENTISTA, 1969, p. 15)

A *Revista Adventista* (1974) ainda afirmava naquele período que a psicologia havia introduzido conceitos, por meio de Freud, que prejudicava a fé dos adventistas, negando a ideia cristã de Deus.

O que se pode observar sobre o impresso *O Colegial* é que, ainda que algumas vezes, como no que se refere ao artigo do estudante Maurício Góis, o periódico buscasse tratar em

uma linguagem adaptada ao público do impresso estudantil, os editores buscavam defender os posicionamentos da Igreja Adventistas sobre determinados temas, buscando uma unidade no que se referia as suas crenças religiosas.

.

Considerações Finais

O objetivo da presente pesquisa foi o de investigar o impresso estudantil *O Colegial* em seu ciclo de existência entre os anos de 1930 e 1974, por meio de seus editores, artigos e notícias. Buscou-se por meio dessa análise salientar a importância sobre o estudo da instituição escolar bem por meio dos impressos estudantis produzidos por alunos dentro das instituições.

Esses periódicos impressos, nem sempre disponíveis no acervo documental das escolas, podem servir tanto como fonte, quanto como objeto de pesquisas no âmbito da História da Educação, fazendo emergir a produção e participação de um sujeito estudado em pesquisa histórico-educacionais: o aluno, como sujeito de transformação da sociedade.

A proposta investigativa apresentada teve a pretensão de contribuir para mais estudos no campo dos impressos escolares produzidos por estudantes como forma de compreender a história da instituição escolar e sua compreensão. Analisou-se a contribuição de uma instituição escolar para um projeto de expansão de uma denominação religiosa como os Adventista no Brasil. O diálogo entre protestantismo, educação e impressos, compreendendo *O Colegial* como espaço relevante na manutenção e propagação da confissão religiosa, e na formação de intelectuais para compor quadros importantes e estratégicos para a igreja e seu projeto.

No primeiro capítulo da pesquisa analisou-se a Igreja Adventista no contexto das tentativas de estabelecimento do protestantismo no Brasil. No Brasil, a Igreja Adventista do Sétimo Dia estabeleceu sua primeira escola em 1896, o Colégio Internacional de Curitiba. No entanto, a educação adventista no Brasil se desenvolveu principalmente através da influência dos imigrantes alemães, que estabeleceram escolas e comunidades fechadas nas zonas rurais.

Também foi analisado O Colégio Adventista Brasileiro, uma instituição de educação cuja história está intimamente ligada à região de Santo Amaro, localizado na região sul da cidade de São Paulo. Santo Amaro teve suas raízes no período colonial do Brasil, sendo formada por uma população diversa de mestiços, indígenas, portugueses e jesuítas.

A fundação do colégio ocorreu em um momento em que São Paulo passava por grandes transformações, com a construção de obras urbanas importantes e o crescimento econômico e demográfico. A imigração alemã desempenhou um papel significativo na região, contribuindo para o desenvolvimento da agricultura comercial e tornando Santo Amaro um centro de abastecimento para a capital.

Nesse contexto, um grupo de missionários adventistas desembarcou na região em 1913. Eles realizaram palestras sobre saúde e questões religiosas, e um novo convertido, Pantaleao Teizen, ofereceu terras para a construção de uma escola missionária. Os adventistas compraram a propriedade em 1915 e começaram a construir o colégio.

O crescimento da cidade de São Paulo e as mudanças sociais, econômicas e culturais que ocorreram ao longo do século XX influenciaram a escolha dos líderes adventistas em investir na educação na cidade. Assim, o Colégio Adventista Brasileiro teve sua história entrelaçada com o contexto histórico de Santo Amaro, São Paulo e do país como um todo, refletindo as transformações e influências políticas, econômicas e culturais da época.

O estudo explorou a análise da influência das instituições de ensino protestantes estadunidenses no estado de São Paulo a partir da década de 1870. No período mencionado, houve um crescimento populacional significativo em São Paulo devido ao desenvolvimento da indústria do café.

As escolas protestantes estadunidenses foram consideradas diferentes das escolas católicas e associadas a princípios democráticos e liberais. Lideranças progressistas paulistas apoiavam essas escolas, considerando-as como manifestações dos ideais americanos de democracia e liberdade.

Essas instituições de ensino introduziram métodos pedagógicos inovadores, currículos diversificados, educação cooperativa e valorização da educação feminina. E nesse contexto, em 1915, foi fundado o Colégio Adventista em Santo Amaro, São Paulo, com a chegada de missionários estrangeiros.

O colégio enfrentou desafios durante a Primeira Guerra Mundial devido à presença de missionários alemães e acabou sendo investigado pelas autoridades. Para se manter em funcionamento, a instituição teve que contratar professores brasileiros e adaptar-se às exigências legais, como a inclusão de disciplinas relacionadas à história e geografia do Brasil.

O estudo considerou a importância de se compreender as mudanças ocorridas nas instituições educacionais ao longo do tempo, considerando as transformações culturais, sociais, políticas e econômicas que influenciam sua missão e objetivos atuais.

No segundo capítulo o presente estudo focou em analisar o período de consolidação, nacionalização e expansão do Colégio Adventista Brasileiro e a igreja Adventista durante o ciclo de existência do periódico estudantil *O Colegial*, que compreendeu os anos de 1930 a 1974, abrangendo os governos de Getúlio Vargas, passando

pelo período de redemocratização do Brasil e se estendendo pela primeira década do regime de Ditadura Civil-Militar.

A análise do impresso *O Colegial* e outros documentos dos arquivos da denominação adventista, identificou que os primeiros anos administrados por pioneiros, o colégio foi liderado por diretores norte-americanos. Em seguida, passou pelo processo de nacionalização, em que medidas foram adotadas para promover a educação e a cultura brasileira.

Durante a década de 1930, Getúlio Vargas assumiu a presidência e governou de forma provisória e depois como presidente eleito. Durante o governo de Vargas, Domingos Peixoto, foi nomeado diretor do ensino secundário do Colégio Adventista Brasileiro. O período anterior à gestão de Domingos Peixoto, foi marcado pela influência do americanismo, que trouxe novos modelos de cultura, padrões intelectuais e morais.

Peixoto teve uma habilidade especial para se relacionar com autoridades políticas e governamentais, estabelecendo amizades com figuras como Getúlio Vargas, Juscelino Kubistchek, João Goulart, Magalhães Pinto, Auro de Moura Andrade e Ulysses Magalhães. Essas conexões foram importantes para obter autorização e financiamento público para a ampliação e melhoria do Colégio Adventista Brasileiro durante sua gestão.

A análise de *O Colegial* revelou que durante a gestão de Peixoto, o colégio experimentou um período de crescimento e realizações. Enquanto a Igreja Adventista no Brasil teve um aumento de membros de 70%, o Colégio Adventista Brasileiro cresceu cerca de 48%.

O estudo identificou que durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o Colégio Adventista Brasileiro continuou desfrutando de prestígio, bem como a própria Igreja Adventista no Brasil. O número de igrejas, membros, escolas e alunos adventistas aumentou consideravelmente entre as décadas de 1950 e 1960.

No estado de São Paulo, ocorreu a construção de igrejas, a inauguração da fábrica de alimentos Superbom e do Hospital Adventista de São Paulo, além do crescimento do evangelismo adventista no rádio. A Casa Publicadora Brasileira, editora dos adventistas, também teve um aumento na produção de publicações.

Durante o período ditatorial no Brasil, que se iniciou em 1964, este estudo observou a relação da instituição adventista com autoridades e empresas alinhadas ao governo militar. A análise do periódico *O Colegial* mostrou uma visita do cônsul alemão Gert Weiz ao colégio adventista, que buscava fundos para a abertura de uma faculdade de enfermagem. A

Volkswagen, empresa que recebeu investimentos da Alemanha Ocidental e colaborou com o governo militar, também teve uma relação próxima com a instituição adventista.

Durante o período ditatorial no Brasil, entre 1964 e 1974 a instituição adventista teve relações com autoridades e empresas alinhadas ao governo militar. As edições de *O Colegial* revelaram uma ênfase patriótica e indícios de proximidade com os militares, fossem por interesses ou afinidades ideológicas.

O último capítulo foi dedicado ao aprofundamento do estudo da história do impresso protestante estudantil *O Colegial* e como o periódico serviu de espaço para a formação de quadros estratégicos para a Igreja Adventista no Brasil e a expansão do adventismo.

O estudo abordou o papel dos periódicos estudantis e do impresso no contexto da Reforma Protestante e sua influência na disseminação de ideias e transformações sociais. Iniciou destacando a importância dos periódicos estudantis como fonte para compreender os discursos e a rotina das instituições de ensino. A pesquisa também citou o impacto da Reforma Protestante na disseminação do texto impresso e a criação da imprensa de tipos móveis por Johannes Gutenberg. A partir disso, discutiu-se como a imprensa contribuiu para a propagação das ideias reformadoras, a alfabetização dos fiéis e a organização social.

Nesse capítulo também foi abordada a relação entre o protestantismo e a modernização, destacando as contribuições de Max Weber, quando tratou sobre as características do protestantismo ascético e como ele influenciou a formação da mentalidade da sociedade capitalista moderna. A ética do trabalho valorizada pelos protestantes incentivou a acumulação de riqueza como um sinal de eleição divina e contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo.

Além disso, a pesquisa também mencionou a importância dos impressos protestantes na disseminação das ideias e crenças do protestantismo no Brasil, tanto no campo religioso quanto na educação e na cultura. Analisou-se como os impressos foram utilizados para defender direitos, promover a liberdade religiosa e ensinar as doutrinas protestantes aos novos fiéis. Também se ressaltou as disputas entre protestantes e católicos por meio dos impressos, envolvendo jornalistas e políticos.

O estudo identificou o periódico *O Colegial* como um impresso estudantil que surgiu no Colégio Adventista Brasileiro no início do século XX. Inicialmente chamado de O Seminarista, o impresso passou por mudanças de nome ao longo dos anos, até se tornar *O Colegial* em 1928. O objetivo do periódico era servir como uma escola de treinamento para os estudantes, desenvolvendo habilidades de comunicação por meio da palavra impressa.

A análise demonstrou que a equipe editorial do impresso passou por diversas mudanças ao longo dos anos, com diferentes cargos e funções. No entanto, a análise do periódico não revelou o motivo dessas alterações. A partir de 1933, foram incluídos espaços de publicidade no *O Colegial*, sendo que as instituições adventistas, como a Casa Publicadora Brasileira e a Superbom, faziam uso desses espaços para promover seus produtos.

A indústria adventista Superbom, em particular, teve um papel significativo na expansão dos adventistas no Brasil. Inicialmente criada para atender às necessidades dos alunos do Colégio Adventista Brasileiro, a empresa ampliou sua oferta de produtos e buscou espaço no mercado nacional. De um departamento do Colégio Adventista Brasileiro, a Superbom tornou-se uma indústria especializada na produção de alimentos vegetarianos e veganos no Brasil.

Além da Superbom, a Casa Publicadora Brasileira, que produzia literatura adventista, também era frequentemente anunciada no *O Colegial*. Outros profissionais liberais, como o dentista João Bechara, que esteve envolvido com o trabalho missionário adventista, também anunciavam em algumas edições do periódico.

A última parte da pesquisa, dedicada ao papel que *O Colegial* desempenhou para os adventistas, discutiu como o periódico serviu de espaço para a formação de líderes, necessário para a expansão que a igreja buscava no Brasil. Professores, pastores e colportores desempenhavam o papel de intelectuais, influenciando o pensamento e o estilo de vida dos fiéis e busca de novos membros.

A análise do impresso estudantil, identificou que O Colégio Adventista Brasileiro foi um local importante para a formação desses líderes. O estudo também destacou a falta de representação feminina no periódico e nas lideranças da Igreja Adventista, tanto no passado quanto no presente.

A participação das mulheres no periódico estudantil era limitada, refletindo o tratamento dado às mulheres na igreja. No entanto, é mencionada a trajetória de Eunice Berger, que se tornou a primeira senadora eleita no Brasil após passar pelo Colégio Adventista Brasileiro.

A análise de *O Colegial* identificou alunos que foram editores do primeiro impresso localizado nos arquivos da instituição e que foram importantes quadros para o desenvolvimento da igreja como Roberto Rabello, no campo da comunicação adventista e Oscar Castellani na expansão do adventismo no Nordeste do Brasil.

A pesquisa também apresentou informações sobre Moysés Nigri e Tossaku Kanada como editores do periódico. Moysés Nigri foi diretor de *O Colegial* na época e mais tarde se tornou pastor e o primeiro latino-americano a ser vice-presidente da Associação Geral dos Adventistas do Sétimo Dia nos Estados Unidos.

Tossaku Kanada, um imigrante japonês, que veio para o Brasil durante a segunda fase de imigração japonesa, também editor de *O Colegial* exerceu papel importante para a Igreja Adventista no trabalho de conversão de imigrantes e descendentes de japoneses.

Outras duas personalidades adventistas, Enoch de Oliveira e Jerônimo Granero Garcia também foram identificadas como editores de *O Colegial*. Enoch de Oliveira tornouse o primeiro presidente brasileiro da Igreja Adventista para a região da América do Sul, além de atuar como vice-presidente da Associação Geral dos Adventistas do Sétimo Dia nos Estados Unidos e Jerônimo Garcia, outro editor, ajudou a fundar igrejas e escolas adventistas, atuando no Nordeste e no Sul. Ambos tiveram um papel significativo na expansão e liderança da igreja, contribuindo para sua educação, crescimento e trabalho missionário.

O estudo mencionou o estudante Rubens Lessa, que desempenhou um papel importante na produção do periódico nos anos de 1966 e 1967. Lessa foi uma figura importante para o desenvolvimento da editora Casa Publicadora. Rubens Lessa, além de seu papel como editor-chefe da Casa Publicadora Brasileira, teve uma trajetória ligada ao ministério pastoral e foi responsável pela construção de escolas e realização de conferências de evangelismo em diferentes estados do Brasil.

Notou-se por meio do impresso estudantil *O Colegial*, a visão e importância do campo educacional para os adventistas no Brasil. Um dos intelectuais de maior destaque para o setor educacional da igreja foi Roberto Azevedo. Aluno, professor, editor do impresso e posteriormente diretor do Colégio Adventista Brasileiro, Azevedo se tornou diretor do Departamento de Educação da Igreja Adventista em todo o território da América do Sul. Tendo como uma de suas atribuições conduzir todas as instituições de ensino no território brasileiro.

Roberto Azevedo foi uma liderança importante para transformar uma rede confessional que se iniciou com escolas de igreja, localizadas em núcleos coloniais de imigração europeia, para estabelecer na década de 1970, escolas oficiais nas médias e grandes cidades do Brasil. Isso acabou por impulsionar líderes e membros adventistas a uma reflexão sobre a filosofia educacional adventista com aproximações aos valores culturais e cristãos da sociedade brasileira.

Outro importante intelectual para o campo educacional dos adventistas e que a pesquisa identificou como parte do corpo editorial de *O Colegial* foi, Orlando Ritter. Ritter foi diretor do Seminário de Teologia entre 1969 e 1970, líder do curso de Pedagogia e inaugurou um projeto pioneiro para a educação adventista no Brasil no ano de 1989, com o nome de Escola Modelo. Essa escola passou a ser um ponto de atração do Colégio Adventista Brasileiro e tornou-se referência na educação adventista no Brasil na época.

A análise de *O Colegial* abordou o tema da colportagem, presente no impresso durante o seu ciclo de existência. No contexto adventista, a colportagem foi um meio estratégico de divulgação religiosa para o alcance de novos membros.

A colportagem adventista é considerada uma parte importante do evangelismo e da missão da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Além de promover a fé adventista, a venda de materiais também pode ajudar a financiar projetos missionários, apoiar instituições e iniciativas adventistas ao redor do mundo e custear as mensalidades estudantis em instituições adventistas no Brasil.

A pesquisa identificou que *O Colegial*, serviu como um espaço de manutenção da fé adventista. Além de informações do cotidiano dos estudantes, o periódico buscava propagar os dogmas, valores e os ideias que norteavam os adventistas. Serviu como espaço de defesa de temas como o criacionismo, o batismo de alunos e a luta contra ideias consideradas heréticas.

Percebeu-se que o Colégio Adventista Brasileiro nesse período era um espaço de uma rede de contatos e ideias formados por pessoas de todo o Brasil e de outros lugares do mundo e que esse espaço foi fundamental para criar a identidade adventista no país. Setores estratégicos da Igreja Adventista como o de comunicação (por meio do rádio e TV), editora, escolas e igrejas, cresceram por meio de alunos e editores do impresso estudantil do Colégio Adventista Brasileiro, *O Colegial*.

Na análise documental do impresso estudantil, detectou-se o empenho da Colégio Adventista Brasileiro em manter a confissão religiosa no ambiente escolar por meio de textos que apresentavam aspectos da confissão adventista e também da conversão de estudantes que ingressaram no colégio. Durante o período de existência do impresso *O Colegial* de 1930 a 1974 percebe-se a importância do periódico e da instituição para a expansão do adventismo no Brasil.

Nos estudos sobre a história das instituições educativas por meio dos impressos escolares, faz-se necessário um olhar mais amplo, complexo e abrangente, dando a devida importância às suas características e singularidades, como o estudo da identidade religiosa

de instituições como o Colégio Adventista Brasileiro e suas contribuições para a construção de uma sociedade como a brasileira.

Um espaço escolar como o Colégio Adventista Brasileiro compõe sua própria identidade e produz sua cultura escolar, que vai desde a história das atividades pedagógicas realizadas e a rede de contatos e ideias que circulam nesse espaço. Magalhães (1996) chama a atenção para o fato de que uma investigação da história da escola só pode ser construída entre a memória e o arquivo. A memória busca explicar as relações de hierarquia e valores tanto entre as coisas como entre as pessoas, pois o que acontece no espaço da instituição não é em vão nem tão pouco se perde, às vezes permanece ou se transforma.

Referências bibliográficas

ABBUD, Maria Luiza M., IVASHITA, Simone B., JUNIOR, Celso Luiz, FAVARO, Marta Regina G., Sérgio, GERELUS, Henrique (ORG.). *História das instituições escolares de Londrina e região*. Curitiba: CRV, 2018.

ALVIM, Zuleica Maria Forcione. O Brasil italiano (1880-1920). In: FAUSTO, Boris (Org.). Fazer a América. São Paulo: EDUSP, 2000. p. 39-52.

AMARAL, Giana Lange. Os impressos estudantis em investigação da cultura escolar nas pesquisas em histórico-institucionais. Revista História da Educação/ Associação Sul-riograndense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE) FaE/UFPel.Pelotas, N. 11. Abril de 2002. p. 117 – 146.

_____. Os Jornais Estudantis Ecos Gonzagueanos e Estudante: apontamentos sobre o ensino secundário católico e laico (Pelotas/RS, 1930-1960). História da Educação Porto Alegre v. 17 n. 40 Maio/ago. 2013 p. 121-142

ANDRADE, Jefferson Ricardo de. *Alterações no aspecto confessional em dois colégios protestantes de Educação Básica na cidade de São Paulo (1978-2018)*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade. 2019.

AZEVEDO, Roberto César. Panorama Educacional da Divisão Sul-Americana, Revista da Escola Adventista. Fev. 1992.

BARBOSA, Henrianne. Eunice Michiles: a primeira senadora do Brasil. s/ed. São Paulo, SP: 2006

BARREIRA, Luiz Carlos. (Org.). Estudo de periódicos: possibilidades para a história da educação brasileira. In: MENEZES, Maria Cristina (Org.). Educação, memória, história: possibilidades, leituras. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.

BARUA, Gicieli Hohemberger. Do Tear ao Tecido: Uma Experiência com Jornal Escolar. Fundação Universidade Federal do Pampa. Mestrado Profissional em Ensino de Línguas. 2015.

BASTOS, Maria Helena Camara. Apresentação do Dossiê – Escritas estudantis em periódicos escolares. Revista História da Educação, Porto Alegre, v. 17, n. 40, p. 143-173, maio/ago. 2013. Disponível em http://dx.doi.org/10.1590/S2236-34592013000200007>. Acesso em 27 ago. 2013.

BATISTA DA SILVA, Claudia. Ênio Silveira e a Companhia Editora Nacional: uma Grande ofensiva cultural. Quaestio - Revista de Estudos em Educação, Sorocaba, SP, v. 5, n. 2, 2003. Disponível em: https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/1366. Acesso em: 30 maio. 2023.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Educação e sociedade no Brasil após 1930. In: FAUSTO, Boris. O Brasil republicano – Economia e Cultura (1930-1964). São Paulo: Difel, 1984.

BELLOTTI, Karina Kosicki. Alistando-se no invencível exército da página impressa – Cultura impressa adventista no Brasil no século XX. Revista Topoi, Rio de Janeiro, v. 22, n. 48, p. 850-874, set./dez. 2021. Disponível em https://www.scielo.br/j/topoi/a/85YMB4SVqpcqcTtKHmbcpyC/#. Acesso em: 25 fev. 2023.

BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História. In: Walter BENJAMIN. Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura. (Tradução de Sérgio Paulo Rouanet). 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERARDI, Maria Helena P. *História dos bairros de São Paulo: Santo Amaro*. São Paulo: Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, 1969.

·	Santo	Amaro	memória	e	história:	da	botina	amarela	ao	chapéu	de	couro.	São
Paulo: Sco	rtecci,	2005											

BIAZZETTO, Giovanni. Nas Páginas de "O Julinho": Percepções e narrativas de jovens escreventes sobre uma história da política do Brasil, sobre histórias de um colégio padrão (1960). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestrado em Educação. 2016.

BONTEMPI JUNIOR, Bruno. *Aspectos históricos da escola em São Paulo*, v. 205, 2014., p. 19-38

_____. Modelos de instrução e cultura política: os países estrangeiros no Inquérito sobre a instrução pública no estado de São Paulo e suas necessidades. History of Education & Children's Litterature, v. 3, p. 265-284, 2008. Disponível em: http://www.hecl.it/. Acesso em: 10 janeiro. 2019.

BOUMENY, H. M. B. *Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo*. In: PANDOLFI, D. Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas. 1999.

BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CARVALHO; ARAUJO; GONÇALVES NETO. Discutindo a história da Educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia – MG, 1930-1959). In: ARAUJO, J.C.S.; DÉCIO JÚNIO, G. Novos tempos em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Editora autores associados, 2002.

CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CARVALHO, Luiz Gomes de. Adventismo e Educação no Brasil: A formação do Obreiro no Seminário / Colégio Adventista Brasileiro e a Experiência Religiosa de Obreiros Jubilados. Universidade Federal de Juiz de Fora. Tese Doutorado em Ciências da Religião. 2017.

CASTELLANI, Oscar, "O Rio Grande do Norte Avança", Revista Adventista, n. 8 (agosto de 1932, 12; "North East Mission," Seventh-day Adventist Yearbook (Washington, DC: Review and Herald Publishing Association)193.

CATANI, D. B. A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. Educação e Filosofia. p. 115-130. 1996 http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/928 . Acesso em: 25 set. 2020.

CATANI, D.; BASTOS, M. H. C. (Org.). Educação em revista: A imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 2002.

CAVALCANTI, H.B. *O Projeto Missionário Protestante no Brasil do Século XIX:* Comparando a Experiência Presbiteriana e Batista. REVER – Revista de Estudos da Religião – PUC/SP, São Paulo, SP, n. 4, 2001, pp. 61-93. Disponível em: < http://www4.pucsp.br/rever/rv4_2001/p_cavalc.pdf>. Acessado em: 20 de abr. de2019.

CHARTIER, Roger. História cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

_____. (org). As utilizações do Objeto Impresso: Impressos e acabamentos. Tipografia Guerra, 1998.

_____. O mundo como representação. In: CHARTIER, Roger. À beira da falésia. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002. p. 61-79.

COSTA, Márcia Maria da Graça. *Lugares de Memória do Bairro de Santo Amaro: A Estátua de Borba Gato*. Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas. Universidade de Santo Amaro. 2017

DIAS, Zwinglio Mota. *Fundamentalismo: o delírio dos amedrontados* (Anotações sócioteológicas sobre uma atitude religiosa). Tempo e Presença Digital, Rio de Janeiro. ano 3, n. 13, dez. 2008. Disponível em: < http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=254&cod_boletim=14&tipo = Artigo> Acessado em 21 de abr. de 2019.

D' ARAUJO, Maria C. (Org.). *Getulio Vargas*. Brasília, DF: Camâra dos Deputados, Edições 2011.

EISENSTEIN, Elisabeth L. A revolução da cultura impressa: os primórdios da Europa Moderna. Trad. Osvaldo Biato. São Paulo: Editora Ática, 1998.

ELIAS, Beatriz Vicentini. ... *Vieram e ensinaram* (Colégio Piracicabano, 120 anos). Piracicaba: Editora UNIMEP, 2001.

ENCYCLOPEDIA ADVENTIST. General Conference of Seventh-day Adventists Old Columbia Pike Silver Spring. 2020. Disponível em: < https://encyclopedia.adventist.org> Acessado em 27 de fev. de 2023

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

_____. *Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920.* 2ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FERNANDES, Rogério; MAGALHÃES, Justino (Orgs.). Para a história do ensino liceal em Portugal: Actas do Colóquio do I centenário da reforma de Jaime Moniz (1894-1895) (p. 63-77). Braga: Secção de História da Educação da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação/Universidade do Minho. 1999.

FERREIRA, Alexandre Marcos de Mattos Pires. A Criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP - Um Estudo sobre a Formação de Pesquisadores e Professores de Matemática e Física em São Paulo. São Paulo: Tese de Doutorado PUC-SP, 2009.

FICO, Carlos. Reinventando o otimismo. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FLORENTINO, Luiz Felipe; SILVA, Hudson Louback Coutinho da. *Os reflexos da imprensa na Reforma Protestante e seus efeitos sobre a crítica popular europeia ao cler.* Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.8, n°15, jul-dez, 2018. p. 321-333

FREINET, C. O jornal escolar. Portugal: Estampa, 1974.

FONSECA, A. B. Evangélicos e mídia no Brasil. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2003.

FURTADO, Luciana Nathalia Morais. A imprensa Estudantil Liceísta Maranhense na Primeira República. Universidade Federal do Maranhão. Universidade Federal do Maranhão. Mestrado em Educação. 2016.

GARCIA, Ana Araújo, Jerônimo Era Assim. Santo André, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1984.

GATTI, Décio Júnior. *A História das Instituições Escolares em Revista:* fundamentos conceituais, historiografia e aspectos da investigação recente. RevistaEducativa, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 327-359, jul./dez. 2015. Disponível em: http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/4553/2591. Acesso em: 05 de mar. de 2009.

_____. *História das instituições educativas:* Um novo olhar historiográfico. Cadernos de História da Educação - v. 1. - no. 1 - jan./dez. 2002. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/310/302>. Acesso em: 22 jan. 2019.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935)*. In: FAUSTO, Boris (Org.). O Brasil republicano – Sociedade e política (1930-1964). 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

GORSKI, Nevil. De aluno a reitor : o legado de Nevil Gorski. — 1. Ed. — Engenheiro Coelho, SP : Unaspress - Imprensa Universitária Adventista, 2011.

GRAMSCI, Antonio. *A concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. Cadernos do Cárcere. vol. 2., 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,
1968
<i>Maquiavel, a política e o Estado moderno</i> . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
GUARDA, Marcio Dias. <i>UNASP: Muito Além do Ensino</i> . 100 Anos de história (1915-2015). Hortolândia: Multicomm, 2015.
GULLÓN, Roberto Canedo. Una Semilla de Esperanza. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2015)
HAUER, Licia Maciel. A imprensa estudantil no Colégio Pedro II dos anos 1930: vozes dos estudantes secundaristas. Universidade Federal Fluminense. Doutorado em Educação. 2015.
HILSDORF, Maria Lucia Spedo. <i>Escolas americanas de confissão protestante na Província de São Paulo:</i> um estudo de suas origens. 1977. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.
HOSOKAWA, Helder. <i>Da Colina Rumo ao Mar:</i> O Colégio Adventista Brasileiro em Santo Amaro (1915-1947). Dissertação (Mestrado História) - Universidade de São Paulo - USP/FFLCH, São Paulo. 2001.
A Rede Adventista de Educação no Brasil e o Contexto da Lei 5.692/1971 (1968 - 1974). XXIX Congresso de Iniciação Científica da UNICAMP. 2021. Disponível em https://www.prp.unicamp.br/inscricao-congresso/resumos/2021P18284A35949O5473.pdf. Acesso em: 19 de mar. de 2023
HOSOKAWA, Helder; SCHUNEMAN, Haller E. S. "A Conversão de Imigrantes Japoneses no Brasil à Igreja Adventista do Sétimo Dia". Revista de Estudos da Religião, PUC-SP. setembro, 2008 pág. 101 a 125. Disponível em < https://www.pucsp.br/rever/rv3 2008/i hosokawa.pdf> Acesso em: 19 de fev. de 2023.

KNIGHT, George R. *Early adventists educators*. Berrien Springs, MI: Andrews University Press, 1983.

KREUTZ, Lúcio. *Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio*. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 15, p. 159- 176, set-dez 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a10.pdf>. Acesso em 18 mai. 2023.

_____. Escolas étnicas na história da educação brasileira: a contribuição dos imigrantes. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Vol. II: século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

LEAL, Roger Stiefelmann. Memória jurisprudencial: Ministro Orozimbo Nonato – Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2007.

LESSA, Rubens. "Casa Publicadora Brasileira 100 anos: edição comemorativo", Tatuí/SP: Casa Publicadora Brasileira, 2010.

LIMA, Rentato Marques. A Voz da Profecia, Uma Voz de Esperança. Universidade do Vale do Paraíba. Graduação em Comunicação Social. São José do Campos. 2014.

LE GOFF, Jaques. História e memória. (Bernardo Leitão et al, trads.) 5ª ed. Campinas: Unicamp, 2013

LEONEL, João. *História da leitura e protestantismo brasileiro*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie; Paulinas Editora, 2010.

LINDER, Larrisa. Relatório detalha colaboração da Volks com a ditadura Deutsche Welle. Disponível em < https://www.dw.com/pt-br/relat%C3%B3rio-detalha-colabora%C3%A7%C3%A3o-da-volks-com-a-ditadura-militar/a-57071602> Acesso em: 19 de fev. de 2023.

LUCA, T.R. de. Fontes impresas: história, do, nos e por meio periódicos. In: PINSKY, C. B. Fontes históricas. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. P. 111-53.

MACENA, Thiago Vaz. A Redação de Notícias em um Jornal Escolar na Tela: De Trairi para o Mundo. Universidade Estadual do Ceará. Mestrado em Linguística Aplicada. 2013.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *A construção de um objecto do conhecimento histórico*. Do arquivo ao texto – a investigação em história das instituições educativas. Educação Unisinos vol. 11 (n°2): 69-74, maio/agosto 2007 p. 69-74. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/5694>. Acesso em: 05 de mar. de 2019.

Breve apontamento para a história das instituições educativas. In: História da
educação: perspectivas para um intercâmbio internacional. Campinas, SP: Autores
Associados, Histedbr, p. 67-72, 1999.
Contributo para a história das instituições educativas — entre a memória e o
arquivo. Braga (Portugal): Universidade do Minho, 1996.
Roteiro de fontes para a história da educação. Lisboa: Instituto de Inovação
Educacional. 2001
Tecendo Nexos: história das instituições educativas. Bragança Paulista. Editora
Universitária São Francisco. 2004
Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In:
SOUSA, Cinthia Pereira de; CATANI, Denice Bárbara. Práticas educativas,
culturasescolares, profissão docente. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

MARTINS, Andrea. Estratégias de difusão da Igreja Adventista do Sétimo Dia do Brasil – um estudo sobre o Seminário/Colégio Adventista de São Paulo. Revista Brasileira de História das Religiões. Set. 2014. pp. 219-231

MARTINS, Cintia Gonçalves. As representações de mulher, mãe e maternidade à luz de Simone de Beauvoir no jornal escolar O Estudante Orlandense. Universidade do Extremo Sul Catarinense. Mestrado em Educação. 2017.

MARTINS, José de Souza. A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força-detrabalho na economia cafeeira: 1880-1930. Revista História, São Paulo, n. 121, p. 5-26, ago/dez. 1989. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/18605/20668/22136. Acesso em: 25 jan. 2023.

MEMÓRIAS DA DITADURA. O golpe e a perseguição aos líderes da educação brasileira. Disponível em: https://memoriasdaditadura.org.br> Acesso em: 25 jan. 2023.

MENDES, Fabiano ramos. *A sensibilidade Cultural do Adventismo como modelo missiológico em grandes centros urbanos: uma análise de igrejas Adventistas Étnicas na cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) — Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2015.

MENGUE, P. Conpresp tomba centro universitário da Unasp, na zona sul de SP. O Estado de S. Paulo. São Paulo, 2018. Disponível em https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,conselho-municipal-de-sp-tomba-centro-universitario-no-capao-redondo,70002376699 Acesso em: 14 de fev. 2019.

MESQUIDA, Peri. *Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil*: um estudo de caso. Tradução de Celso Rodrigues Filho. Juiz de Fora: EDUFJF; São Bernardo do Campo: Editeo, 1994.

MOGARRO, Maria João. *Arquivos e educação: a construção da memória educativa*. Revista de Ciências da Educação. n. 1 set./dez. 2006, p. 71-84. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9875/1/Arquivos%20e%20educacao.pdf>. Acesso em: 05 de mar. de 2019.

MOLICA, Fernando. FOLHA DE SÃO PAULO. Filho diz que Médici foi traído na sucessão. 16 de julho de 1995. Publicação não paginada. Disponível em http://almanaque.folha.uol.com.br/bairros_santo_amaro.htm>. Acesso em: 08 fev 2023.

MORAES, C. S. V., ALVES, J. F. (org.). *Inventário de fontes documentais. Contribuição à pesquisa sobre o ensino técnico no Estado de S. Paulo. S. Paulo*: Centro Paula Souza e Imprensa Oficial do Estado. 2002

NORMAS USP. DECRETO N.º 6.283 DE 25 DE JANEIRO DE 1934. São Paulo-SP. Disponível em: http://www.leginf.usp.br/?historica=decreto-n-o-6-283-de-25-de-janeiro-de-1934. Acesso em: 28 mar. 2023.

NORTE Evangélico. Garanhuns: Ano II, N. 34, p. 3, 19 de novembro de 1910

NIGRI, Moysés S. Sem fronteiras. 1 ed. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2014, p. 80.

NOLASCO, Simone Ribeiro. *O Fazer-se Cidadão - O Jornalismo Estudantil Secundarista nas Décadas de 20 e 30 no Liceu Cuiabano em Mato Grosso*. Universidade Federal de Mato Grosso. Doutorado em Educação. 2015.

NOVAIS, Fernando A.; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. História da vida privada no Brasil 2: Império, a corte e a modernidade nacional. São Paulo. Companhia das Letras.1997.

NÓVOA. A. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. In: CATANI, D. B.; BASTOS, M.H.C. Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 11-31.

O GLOBO. 07 de Setembro de 1976, página 03. Disponível em: https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=adventistas+oram. Acesso em: 08 fev 2023.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 30: as incertezas do regime. XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH): João Pessoa, 2003.

PETRONE, P. *A Cidade de São Paulo no Século XX*. Revista de História. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, volume 10 n. 22. pág. 127-170, 1955. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/36445>. Acesso em: 24 Jan. 2022.

PINHO, J. B. Trajetória da publicidade no Brasil: das origens à maturidade técnico-profissional. In: PINHO, J. B. Trajetória e questões contemporâneas da publicidade brasileira. São Paulo: Intercom, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 1995.

PIRES, Jackson Luiz de Oliveira. Empreendimento Missionário e Americanismo: o modelo educacional granberyense e o universo político cultural de Juiz de Fora (1889-1930). Dissertação (Mestrado em História Social) — Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

PORTELLA JUNIOR, Elio. *A Cruz e a Espada: memórias docentes da educação de confissão batista em tempos de ditadura civil-militar (1964-1985*. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

QUADROS, Raquel dos Santos. *Gustavo Capanema: A Organização do Ensino Primário Brasileiro no Período de 1934-1945*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2013.

QUERIDO, Débora. *O Liceu Sagrado Coração de Jesus e a instalação da congregação salesiana na capital paulista do final do XIX*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2011.

RABELLO, João. John Boehm: educador pioneiro. São Paulo. Editora IAE. 1990.

RAMALHO, Jether Pereira. *Prática Educativa e Sociedade:* Um Estudo de Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

RANZOLIN, Leo. Uma voz dedicada a Deus: a vida de Roberto Rabello, o inesquecível orador da Voz da Profecia. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2007.

REVISTA	ADVENTISTA.	Novembro	de	1939.	p.	34.	Disponível	em:
https://acerv	o.cpb.com.br/ra. Ac	cesso em 21/02	2/2023	3.				
Ou	utubro de 1961. p. 1	2. Disponível	l em: l	nttps://ac	ervo.	cpb.co	om.br/ra. Aces	so em
Aş	gosto de 1969. p. 1	5. Disponível	em: ł	nttps://ac	ervo.	epb.co	m.br/ra. Aces	so em
De	ezembro de 1972. p.	18. Disponíve	el em:	https://ac	cervo.	cpb.co	om.br/ra. Aces	sso em
Ja	neiro de 1974. p. 3	0. Disponível	em: h	nttps://ac	ervo.	epb.co	m.br/ra. Aces	so em
Ou 24/05/2023.	utubro de 1980. p. 1	8. Disponível	l em: l	nttps://ac	ervo.	cpb.co	om.br/ra. Aces	so em

RITER, Orlando Rubem. O professor. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2014.

ROCHA, Marlos B. M. *Projeto nacional e escolarização:* A transição para a república e suas primeiras décadas. In: MORAIS, Christianni C.; PORTES, Écio A.; ARRUDA, Maria A. (orgs.) História da educação: ensino e pesquisa. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

RODRIGUES, Marcos Henrique Camargo. *Gutemberg e o letramento do ocidente*. Revista Educação e Linguagens. Campo Mourão, vol. 1, n.1, ago./dez. 2012.

ROSSI, Agnelo. Diretório Protestante no Brasil - Tipografia Paulista: Campinas, 1938

REINHEIMER, Patrícia. Identidade nacional como estratégia política. Mana [online]. 2007, vol.13, n.1, pp. 153-179. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/mana/v13n1/a06v13n1.pdf> Acessado em: 24 de jan. de 2022.

ROSCHEL, Renato. História dos bairros paulistanos – Santo Amaro. Folha da Manhã: Caderno Almanaque. 1997. Publicação não paginada. Disponível em http://almanaque.folha.uol.com.br/bairros_santo_amaro.htm . Acesso em: 08 jan 2022.

SAKURAI, C. Imigração Japonesa para o Brasil: Um Exemplo de Imigração Tutelada, in FAUSTO, B. (org) Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina, São Paulo, EDUSP, 2000.

SALES, Giza Guimarães Pereira. *A Faculdade Adventista de Educação - FAED (1973-1999): o curso de pedagogia e sua contribuição para a formação de professores no Brasil*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista. Marília. 2019.

SÃO PAULO. Decreto Nº 2944, de 08 de agosto de 1918. *Approva o Regulamento para a execução da Lei n. 1.579, de 19 de Dezembro de 1917, que estabelece diversas disposições sobre a Instrucção Publica do Estado*. São Paulo, SP: Assembleia Legislativa de São Paulo, 1990. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1918/decreto-2944-08.08.1918.html. Acesso em: 28 mai. 2023.

SANTOS, Eliezer Lírio dos. *O Impacto da Reforma Protestante na Disseminação do Livro Impresso*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) — Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2012.

SANTOS, Hercules Pimenta dos, 1971 Católicos e Protestantes: escolas confessionais fundadas por missionários estrangeiros, Belo Horizonte – MG (1900-1950). Dissertação - (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2010. n

SANTOS, Silas Daniel dos. O jornal Imprensa Evangélica e as origens do protestantismo brasileiro no século XIX. Tese (Doutorado em Letras) Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018

SARLI, Tércio. Minha Vida de Pastor II. Campinas, SP: Certeza Editorial, 2009.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SCANDELAI, A. L de Oliveira. Revista Colloquium Humanarum, Presidente Prudente, v. 8, n. 2, p. 22-33, jul/dez 2011.

SCHUNEMANN, Haller Elinar Stach A inserção do adventismo no Brasil através da comunidade alemã. Rever. ano 3, nº 1, 2003, p. 27-40. Disponível em: 253 http://www.pucsp.br/rever/rv1_2003/index.html>. Acesso em: 10 ago. 2022.

______. *A Educação Confessional Fundamentalista no Brasil Atual:* Uma análise do sistema escolar da IASD. Revista de Estudos da Religião. Set. 2009 pp. 71-97. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv3_2009/t_schunemann.pdf>. Acesso em: 05 de mar. de 2019.

SCHWARTZMANN, Simon (orgs). Os desafios da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. pp.9-52.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Tempos de Capanema. São Paulo: EDUSP: Paz e Terra, 1984.

SCHWETER, Isis Sanfins. Organização e Imprensa Estudantil no Instituto de Educação Sud Mennucci. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade. 2015.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos Blocos,* 1930-1942: o processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial. São Paulo: Editora Nacional (Brasília): INL Fundação Pró-Memória, 1985.

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora UnB, 1990.

_____. *Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo*. In: PANDOLFI, D. (org.) Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p.199-228.

SEVENTH-DAY ADVENTIST YEARBOOK.Washington, D.C.: United States: https://www.adventistyearbook.org/old-yearbooks Acesso em: 05 de mar. de 2023.

SILVA, Domingos Peixoto, "Recordar é Viver," Revista Adventista, ano 67, no. 2, fevereiro 1972.

SOARES, Maria Alda Pinto. "A Escola" em manchete: Educação e sociedade codoense (1916-1920). Universidade Federal do Piauí. Mestrado em Educação. 2018.

SOARES, Thais Gonsales. *Representações de uma escola protestante na imprensa: Colégio Piracicabano (1881-1886)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas / Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Metodista de Piracicaba. 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Burguesia Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SOUZA, Cleyton Ribeiro de. *A filosofia por trás da Superbom: uma história do Adventismo*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

SOUZA, Michelle Rabelo de. *Eunice Michiles e a política: uma história para contar*. Editora da Universidade Federal do Amazonas. Manaus. 2017.

SUZUKI, Julio. Metamorfoses da expansão urbana na gênese da moderna cidade de São Paulo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). Geografias de São Paulo: A metrópole do século XXI. São Paulo: Contexto, 2004, v. 1, p. 131-156.

TORREGROSSA, Danilo de Souza. (Re)lembrar é preciso: A Imprensa Estudantil de Londrina na Resistência à Ditadura Militar. Universidade Estadual de Londrina. Mestrado em História Social. 2016.

TORRES, Carla Michele Ramos. O Pensamento Progressista na Revista Movimento da União Nacional dos Estudantes (1962-1963). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Doutorado em Educação. 2019.

UNASP. *IDEC promove semana de colportagem no UNASP*. Centro Universitário Adventista de São Paulo. São Paulo. 2022. Disponível em: https://unasp.br/noticias/idec-promove-semana-de-colportagem-no-unasp/. Acessado em: 09 de junho de 2023

VASCONCELOS, Micheline Reinaux de. *As boas novas pela palavra impressa: impressos e imprensa protestante no Brasil (1837-1930)*. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

VIEIRA, Carlos Alberto. Jornal do Vestibular: Um Desafio Interdisciplinar. Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestrado em Educação Arte e História da Cultura. 2009.

VIEIRA, César Romero Amaral. *Escolas Protestantes no Final do Século XIX:* Entre o Novo e o Velho. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300890869_ARQUIVO_Artigo_Pira Piracica_na_Primeira_Republica.pdf>. Acesso em: 13 de jan. de 2023.

______. Protestantismo e educação: a presença liberal norte americana na Reforma Caetano de Campos – 1890. 2006. 204 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2006.

VIDAL, D. G., MORAES, C. S. V. (orgs.). *Escola de Aplicação*: o arquivo da escola e a memória Escolar. São Paulo: Centro de Memória da Educação. FEUSP. 2004

VIDA, D. G., ZAIA, I. B (2002). De arquivo morto a permanente: o arquivo escolar e a construção da cidadania. In C.S:V. Moraes & J.F. Alves (orgs.), Inventário de fontes

documentais. Contribuição à pesquisa sobre o ensino técnico no Estado de S. Paulo. S. Paulo: Centro Paula Souza e Imprensa Oficial do Estado, 2002. pp. 33-42.

VIÑAO FRAGO, Antônio. *Fracasan las reformas educativas? La respostas de um historiador*. In.: Sociedade Brasileira de História da Educação (org.), Educação no Brasil: História e historiografia (pp. 21-52). Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

WARDE, Mirian Jorge. Americanismo e educação: um ensaio no espelho. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, vol. 14, no. 2, pp. 37-43, 2000.

WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. 2ª ed. rev. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

YOSHIOKA, Reimei. Porque migramos do e para o japao: os exemplos das aliancas e dos atuais dekasseguis. 1994. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. Acesso em: 26 mar. 2023.

Anexos

Capas de Edições do O Colegial

Capa do Colegial 1930 – Edição mais antiga no arquivo



Capa do Colegial Edição 1935



ANNO VIII

MARCO DE 1935

NUMERO 2

A LINGUA E O EVANGELHO

A primazia em
tudo no mundo hoje
é daquelle que mais sabe,
é daquelle que é mais technico é daquelle que tem o grau mais
alto de cultura. A tendencia dos povos hodiernos é fazer com que os peritos, os finamente cultos e instruidos tenham ascendencia e um
quê de auctoridade sobre os demais. Haja vista os concursos
promovidos afim de se prehencherem vagas de toda a especie não
só nos cargos publicos mas tambem nos de muitos empregos particula-

Assim vemos que a marcha para a conquisnica e da culmiitens da sabedoria. co para tocarafan que pos-nações hoje de as suas rivaes qual dos Estaquer ser o "leatria, na mesciencias e nas lam elles posadextrados etes e efficienaviação. Mas lançam os opremente ne-



"...o de que mais necessitam os que levam a bôa semente é um conhecimento profundo e pratico da lingua que falam"

humanidade marcha ta da perfeição tech-nancia em todos os Faltar-nos-ia espamos de leve no suem todas as sobrepujarem em tudo. Cada dos modernos der" na induschanica, nas letras. Anhesuir grandes e xercitos, fortes marinha e acima de tudo lhares para a

cessidade

adextrarem as massas, dando- lhes uma educação solida, que beneficie a Patria e lhes garanta a subsistencia. No que acima se disse, notámos o valôr de ser-se versado, ou de possuir-se uma firme cultura para vencer na vida. Na disseminação do Evangelho dá-se o mesmo - aquelle que allia ao conhecimento e á instrucção, um espirito consagrado e cheio de amor, será victoCapa d*o Colegial* Edição 1942, que traz trecho do Diário Oficial que apresentava parecer de inspeção do governo com os relatores Leonel Franca, Alceu de Amoroso Lima e os nomes de Gustavo Capanema e Getúlio Gargas.



Capa d*o Colegial* Edição 1950, que traz imagem de um dos prédios escolares do Colégio Adventista Brasileiro. Recentemente esse mesmo prédio foi tombado como patrimônio da cidade São Paulo.





Capa do Colegial Edição 1974. Última edição localizada em arquivo



ANO III

OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DO IAE

N.o 2

NESTE NÚMERO:



- Quando ele chegou no IAE as meninas desmaiavam de emoção e os rapazes se en-cantavam com sua presen-ça mágica. Saiba quem é ele lendo o Editorial.
- Se você se considera uma pessoa de valor não deve deixar de ler os VALO-RES do Presidente Moa-cyr Storch. Está na pági-na 8
- Você sabia que o Diabo também tem os seus dez mandamentos? Prepare-se contra eles lendo as "ma-nhas" de Satanás na pá-gina ?
- O Sal, um dos mais mara-vilhosos mistérios da Na-tureza está espalhado na página 3. O artigo do Di-retor Diógenes Melo está vibrante.
- No sucesso do MIM está o talento de Anibal Silva. Compreenda porque lendo a página 6
- Conheça o maior criador de lorotas do mundo, o o maior mentiroso de to-dos os tempos lendo o artigo Porque os deuses não eram astronautas. Está em A hora e a Voz do Universitário e na página 9
- Você gostaria de conhecer um pouco da vida do maestro Flávio Garcia? É fácil. Pare na página 2

EDITORIAL

RASGAVA CORAÇÕES

Um dia ele apareceu por aqui. O Sol estava sentado no lago do crepúsculo e não havia pescado ainda a noite, quando o estranho chegou. As mulheres do dormitório III, quando souberam de sua presença, correram para III, quando souberam de sua presença, correram para abraçá-lo (claro que eu não posso dizer que algumas até tentaram beijá-lo). Ele sentou-se no jardim nenem do IAE e lá permaneceu, sorrindo para os transeuntes. As meninas se inquietavam na expectativa de ganhar dele um sorriso especial. Mas ele saudava a todas com amor, docura, delicadeza e singularidade, enquanto que o vagalhão frágil dos suspiros femininos rebentava-se afetivamininos rebentava-se afetivamente no ar.

O moço louro respirou masculinamente, embebedou-se de sua simplicidade oti-mista, fixou os extensos cam-pos, estendidos no colorido

da colina, e premiou a cada da colina, e premiou a cada moça que o admirava com uma frase perfumada e um lirio branco, quase musical. Em seguida, ofereceu o seu lugar a uma idosa mãe que se aproximava e gotejou uma palavra rosásea a todos os corações, que se abriam de cânticos ao seu estranho comportamento.

Algumas moças exaltadas se alvoroçaram numa abalada ânsia de busca e encontro, na expectativa de ganhar sua afeição e levá-lo ao altar. Entretanto, ele atirava seu sorriso para todas indistintamente e embriagava as suas mãos nos suaves perfumes dos cabelos das meninas.

O estranho visitante se esvaziava em bondade e se re-bastecia em cortesias, sem-pre acompanhado pelo hipno-tizado olhar de todas as pessoas que passavam.

Uma senhora que passeava pelo jardim da FAE com seu marido, ao saber de sua presença não se conteve: dá um grito agudo de descoberta, desgarra-se dos braços fortes de seu esposo e, arfando nervosamente, ensaia um beijo nas mãos perfumosas do estranho visitante.

satisfações:

"— Mulher, como é que você faz umas coisas dessas? Quer me humilhar, sua me-gera irreversível, sua molus-ca, sua cratera fossilizada, sua energúmena. Eu..."

"— Ó meu querido, por favor, me desculpe, é que eu não resisti aos encantos delicados deste estranho ser. Por favor..." — Interrompeu a esposa, arrependida.

Um moço industriário, morador do dormitório I, ficou tão envolvido pelos aflúvios sorrisos do estranho, que segurou-lhe as mãos por alguns

gordos minutos, desabafan-

"— Puxa vida, você é o pai que eu sempre quis ter, como você atrai toda beleza adormecida em meu espírito. Puxa vida...

E uma senhora mãe, segurando a bengalinha de seus enfraquecidos anos, intercepta-o para dizer:

"_ Ó meu filho, querido, "— O meu filno, querido, faça aquecer em meu escuro mundo a brasa de seu contágio e a alegria de sua presença. Filho meu, envolve-me com seu carisma."

O jardim do colégio ficou porejado de arrepios femini-nos e de moças que des-maiavam numa vertigem in-contida, semiderretida.

O estranho visitante ouve as badaladas do sino do cre-púsculo, avisando que a Noite acabara de entrar no dormi-tório do Ocidente.

Ele parte.

Antes de atravessar o por-tão de cima, sempre acom-panhado pelas lágrimas das moças e das marchas silen-ciosas dos rapazes, lamentan-do sua partida, saúda gentil-mente o vácuo que deixou na alma coletiva.

Ele mal acabara de subir no ônibus do Adeus, quando uma fã sofredora atravessa o portão (sem saída da preceptoria) numa corrida desembalada. Pára diante de sua angústia e grita a todos pulmões:

"- Por favor, diga-me ao menos o seu nome!"

O ônibus do adeus ainda não dera a segunda marcha quando o estranho responde:

"Sou o Cortesildo, Senador destronado do império da Cortesia. Eu voltarei logo para realizar no IAE uma semana de reverência à D. Gentileza. E erguer na alma acimentada dos jovens os pilares dourados da Cortesia.

Fontes

Arquivo Centro de Centro de Memória Unasp São Paulo

O Colegial

1930 - agosto

1933 - agosto

1934 – fevereiro

1935 – março

1936 – fevereiro e março

1937 – setembro

1942 – junho

1943 - agosto

1945 – dezembro: edição especial formaturas

1946 – setembro e dezembro

1949 – abril, agosto, set-out, dez

1950 – março, abril, junho, agosto, setembro, outubro/novembro, dezembro

1951 - dezembro: edição especial formaturas

1953 – outubro, dezembro: edição especial formaturas

1954 – maio, dezembro: edição especial formaturas

1955 - sem capa

1957 – dezembro

1958 - dezembro

1956 - dezembro: edição especial formaturas

1961 – maio e junho

1963 - dezembro

1965 - setembro

1966 – maio, junho, setembro

1967 – junho

1969 – Agosto, novembro

1968 – outubro

1969 – junho

1970 – abril, maio

1971 – dezembro

1973 – junho

1974 – outubro